

**FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS – FLACSO
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO**

**Programa de Pós-graduação *stricto sensu*
Mestrado Profissional em Estado e Políticas Públicas**

Miguel Paião Junior

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMUNICAÇÃO:
DIREITOS SOCIAIS DAS FAMÍLIAS NO CAMPO**

São Paulo, SP – 2018

Miguel Paião Junior

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMUNICAÇÃO:
DIREITOS SOCIAIS DAS FAMÍLIAS NO CAMPO**

Dissertação apresentada à Fundação Perseu Abramo
e à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO)
como parte dos requisitos exigidos para obtenção
do título de Mestre Profissional em Estado, Governo e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Greiner Teixeira Marinho Costa.
Este exemplar corresponde à versão final da
dissertação apresentada
e a ser defendida pelo aluno
Miguel Paião Junior e orientada pelo Prof. Dr.
Greiner Teixeira Marinho Costa.

São Paulo - 2018

AGRADECIMENTOS

À Fundação Perseu Abramo (FPA) e à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), pela qualidade do curso, pelos excelentes professores e pela oportunidade.

Ao meu orientador, Greiner Costa, que me incentivou, deu-me forças e que, pacientemente, me conduziu para que eu pudesse concluir a dissertação.

Ao jornalista André Merli Ribeiro e à professora Mariane de Oliveira Santos, pelo apoio e pelas contribuições indispensáveis na conclusão do trabalho.

Aos meus queridos colegas de turma, que, com o melhor dos humores e comprometimento, enriqueceram cada aula do curso.

Às companheiras Rosa Lazineiro e Rosângela Custódio, pelo acolhimento.

E, por fim, ao meu querido pai, Miguel Dias Paião, sempre preocupado.

À minha esposa Michele e aos meus filhos, Matheus e Ana Laura, que, muitas vezes, entenderam a minha ausência e minhas viagens.

E à minha mãe, Maria dos Reis Marques Paião, que, desde o início, me apoiou e me incentivou para concluir o mestrado, mas que, infelizmente, não pôde ficar para comemorar este momento comigo.

“Quem não comunica, se trumbica!”

Esta frase popular, de José Abelardo Barbosa Medeiros, o Velho Guerreiro, Chacrinha, já alertava sobre a importância da comunicação e os efeitos a quem não a utiliza bem. Exemplo claro foram os governos petistas de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, sobretudo no período Dilma Rousseff, que, ao final do primeiro mandato, acabou refém dos meios de comunicação deste país.

RESUMO

O objetivo dessa dissertação é verificar a eficácia da comunicação dos programas federais PRONAF (Programa Nacional da Agricultura Familiar), PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) frente a seu público-alvo, os pequenos produtores rurais. Para isso, foi realizada uma pesquisa de campo com vinte e quatro produtores e onze representantes de entidades e Sindicatos Rurais, da CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, do Governo do Estado de São Paulo) e prefeituras de cinco cidades do interior paulista: Caconde, Divinolândia, São José do Rio Pardo, São Sebastião da Gramma e Tapiratiba. O trabalho de campo buscou identificar a percepção dos entrevistados sobre a forma como as informações sobre estes programas chegam até os pequenos produtores rurais.

O resultado da pesquisa indica que o número de produtores rurais informados sobre os programas federais supracitados é limitado, sendo mais ainda reduzido o acesso a financiamento. Essa falta de informação sobre os programas está relacionada a dois fatores, principalmente. O primeiro é a deficiência na comunicação do programa federal em si, que não realiza divulgação na TV, rádios, jornais e outros meios de comunicação locais. Segundo, é falho o apoio técnico das entidades locais que poderiam ser um vetor no processo de comunicação, informando os produtores da agricultura familiar sobre o funcionamento, as regras e a maneira de se ter acesso às políticas públicas destinadas ao setor.

Esse déficit de comunicação entre o Governo Federal e os órgãos estaduais de apoio, os setores das prefeituras, as associações e sindicatos rurais, além dos agricultores – que também poderiam apoiar o produtor da agricultura familiar –, em última instância, resulta, não só no pequeno acesso aos programas, mas faz com que as famílias de pequenos produtores do campo acabem se tornando reféns dos monopólios de comunicação e das multinacionais de insumos e de fertilizantes.

Considerando que o direito à informação é previsto na Constituição Federal (1988) como um direito social (Artigo 5º), é necessário que o planejamento de programas sociais federais incorpore o desafio da boa comunicação pública de modo que a população que objetivamente se espera seja beneficiada de políticas públicas e que tenha acesso às informações e ao apoio técnico e financeiro que os programas buscam oferecer.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação Pública. Agricultura Familiar. Programas Sociais Federais. Avaliação de Políticas Públicas.

ABSTRACT

The aim of this dissertation is to verify the communication effectiveness of the federal programs PRONAF, National Program of Family Agriculture, PAA, Program of Acquisition of Foods, and PNAE, National Program of School Feeding, across its target audience, small farmers. In order to do so, a field survey was carried out with twenty-four rural producers and eleven representatives of CATI and Rural Unions, CATI, Coordination of Integral Technical Assistance of the State Government, and five cities City Hall in São Paulo State countryside, such as Caconde, Divinolândia, São José do Rio Pardo, São Sebastião da Gramma and Tapiratiba. Fieldwork sought to identify interviewers' perceptions about how information on these programs reaches small farmers. The survey results indicates that the number of farmers informed about the federal programs mentioned above is limited, and access to financing is even more reduced. The lack of information about programs is mainly related to two factors; the first one is the communication deficiency of the federal program itself, which does not broadcast on TV, radio, newspapers and other local media. Secondly, the technical support of the local entities could be a vector in the communication process, but is lacking the information to the producers of the family agriculture related to the functioning, the rules and the way that they could have access to the public policies destined to the sector. This deficit of communication between the Federal Government and state support bodies like councils, rural associations and unions that could also support the family farmers, which ultimately results not only in a small access to the programs, but also make the small farming families become hostages of the communications monopoly and the inputs and fertilizers multinational companies. Considering that the right to information is provided for in the Federal Constitution (1988), as a social right (Article 5), it is necessary that the planning of federal social programs incorporate the challenge of good public communication so that the population that is objectively expected to benefit access to the information and the technical and financial support that the programs seek to offer.

KEY WORDS: Public Communication. Family Agriculture. Federal Social Programs. Public Policy Evaluation.

SUMÁRIO

Introdução	9
1 A relevância das políticas públicas de comunicação	20
1.1 Direito à comunicação	21
1.2 O acesso à informação	26
1.3 Sistema público de Comunicação	33
1.4 A informação e os programas sociais federais	39
2 Programas Sociais Federais Para Famílias do Campo	44
2.1 Agenda neoliberal e o pós-2002	50
2.2 O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	52
2.3 Reflexos da mudança	54
2.4 PAA nos Estados e Municípios	57
2.5 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	61
2.6 Novo momento do PNAE	64
2.7 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	68
3 Os Programas Sociais nos Municípios	79
3.1 PRONAF e PNAE em São José do Rio Pardo	79
3.2 PRONAF e PNAE em Caconde	84
3.3 PRONAF e PNAE em Divinolândia	87
3.4 PRONAF e PNAE em São Sebastião da Gramma	89
3.5 PRONAF e PNAE em Tapiratiba	91
3.6 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos Municípios	94
4 Como os potenciais beneficiários percebem o PRONAF, o PAA e o PNAE	96
4.1 Entidades e Prefeitura de Caconde	102
4.2 Entidades e Prefeitura de Divinolândia	105
4.3 Entidades e Prefeitura de São Sebastião da Gramma	107
4.4 Entidades e Prefeituras de São José do Rio Pardo	109
4.5 Entidades e Prefeitura de Tapiratiba	114
4.6 Resultados das respostas dos produtores rurais	117
Conclusão	122
Referências	130

Apêndice A - Caracterização dos Municípios	135
Apêndice B - Questionário aplicado - entidades e gestores	167
Apêndice C - Questionário aplicado - produtores da Média Mogiana	183

INTRODUÇÃO

O trabalho ora apresentado tem como objetivo demonstrar falhas no planejamento estratégico e mesmo a falta de coragem de um governo de esquerda ao criar uma política pública de comunicação capaz de lidar com o interior da estrutura governamental, mas, também, com a população em geral, principalmente aquelas parcelas desprovidas de informação. Um problema que se revela ainda mais grave quando se procura entender as necessidades e demandas de pequenos produtores rurais, que vivem em pequenas cidades e, na maior parte delas, distante dos grandes centros, muitas vezes ficando sem orientação, acesso à informação e apoio técnico, com muitas dúvidas e à mercê de atravessadores.

Este cidadão, mesmo vivendo em uma época de muitos avanços tecnológicos na área da comunicação, não consegue usufruir dos programas e incentivos eventualmente proporcionados pelo Governo Federal. E, entre as duas pontas, há uma distância imensa preenchida por governos regionais inoperantes, municípios que, quando muito, estão preocupados com a manutenção de estradas rurais, e por sindicatos rurais que, infelizmente, têm pouca representatividade.

Para confecção deste trabalho, foi utilizada como metodologia o estudo bibliográfico, que inclui material impresso como livros, teses, dissertações, materiais disponibilizados pela internet, além de uma pesquisa de campo feita com 24 produtores rurais e 11 representantes de entidades (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, CATI e Sindicato Rural) e prefeituras. Este levantamento foi realizado nos municípios de Caconde, Divinolândia, São José do Rio Pardo, São Sebastião da Gramma e Tapiratiba, localizados na microrregião de São João da Boa Vista, que pertence à mesorregião Campinas (5ª Região Administrativa do Estado de São Paulo) – ver Apêndice A.

A escolha do método de trabalho, como todo levantamento teórico, só faria sentido se houvesse a comprovação dos apontamentos dos testemunhos de quem está distante das grandes decisões, vivendo e trabalhando no campo.

O estudo foi estruturado em quatro capítulos e três apêndices. O primeiro descreve cada um dos cinco municípios e os outros apresentam dois questionários que foram usados no trabalho de campo: um voltado para o produtor rural e outro para os representantes de entidades e órgãos ligados às prefeituras.

O primeiro capítulo apresenta alguns conceitos que ajudam na compreensão das dificuldades das pessoas em conseguir acesso à informação – no caso, o produtor da agricultura familiar é o público-alvo. Essa realidade fica mais perceptível quando se pensa na falta de um canal de comunicação que seja capaz de estabelecer o diálogo entre o Governo Federal, com todos os seus programas, e as famílias de produtores do campo.

Em um país continental como o Brasil, a falta de informação revela-se um grave problema, que dificulta o bom funcionamento e prejudica a obtenção de resultados das políticas públicas importantes para este e para outros setores produtivos brasileiros.

Ainda neste capítulo, o acesso à informação é colocado como um direito humano fundamental que está vinculado à noção de Democracia. No entanto, o texto não perde de vista o papel das mídias enquanto ferramentas de manutenção do poder das elites na sociedade capitalista no País.

Já o segundo capítulo, procura descrever o que são as políticas públicas, o que são políticas sociais e, por último, destaca os programas sociais voltados à população rural, em especial aos produtores da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PPA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Também é feita uma breve trajetória histórica das conquistas dos direitos civis, políticos e sociais desde o século 18, da agenda neoliberal de Margaret Thatcher (Inglaterra) e Ronald Reagan (EUA), nos anos de 1980 e que chega ao Brasil a partir de 1990 com Fernando Collor de Mello e tem seu auge nos oito anos de Fernando Henrique Cardoso, por fim, a importância para o Brasil e para a América Latina da chegada de Lula e o Partido dos Trabalhadores (PT) à Presidência da República, em 2003.

No capítulo três, procura-se demonstrar a importância do PRONAF, PAA e PNAE para a agricultura familiar, mas, ao mesmo tempo, como eles são pouco utilizados. De acordo com os dados apresentados neste capítulo, o número de acessos aos três programas é pequeno se comparado ao número de propriedades existentes em cada um dos cinco municípios estudados.

Por fim, o capítulo quatro vai demonstrar, a partir das entrevistas com os agricultores, representantes da CATI, sindicatos e prefeituras, que a ausência de canais de comunicação dificulta o entendimento das políticas públicas voltadas para o pequeno produtor. Neste caso, as entrevistas foram importantes pois deixaram

visíveis algumas contradições sobre o entendimento do que é e de como se faz a comunicação neste País.

Enquanto seis dos onze representantes de entidades entrevistados afirmaram ter ou utilizar algum canal de comunicação que leva informação até o produtor rural, outros 20 agricultores – dos 24 entrevistados –, disseram não ter conhecimento de nenhum meio de comunicação voltado para o setor - de nenhuma esfera – e, desse total, 15 deles não são vinculados a nenhum sindicato ou associação.

Com isso, o déficit de planejamento e estratégia revelado pelos gestores públicos que propuseram os programas federais acaba por fazer com que programas importantíssimos com potencial para mudar significativamente o modo e a qualidade de vida dos brasileiros do campo não sejam implementados a contento, nem atinjam os resultados esperados. Agravando a situação, o público-alvo ou beneficiários dos programas referidos terminam por, nos últimos anos, não reconhecerem que estes programas representam uma conquista democrática e que eles só foram possíveis com a ascensão de um partido de esquerda ao Governo Federal, a partir de 2003.

De fato, nos dois governos petistas, com Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, pode-se considerar que foi perdida uma boa possibilidade de colocar em prática, de forma real, uma política pública de comunicação que defendesse, não apenas o governo enquanto instituição, mas também informações sobre direitos de cidadania que poderiam auxiliar as pessoas a melhorarem suas vidas e, ainda, que conscientizassem e levassem aos mais longínquos cantos deste País as informações sobre transformações ocorridas após 2002. Essa carência nas relações entre o Estado e sociedade deixa uma lacuna para que a iniciativa privada capitalista, com todo os seus interesses, dialogue com a população.

Infelizmente os gestores públicos, em todas as esferas administrativas, não entendem a comunicação pública como um processo de emancipação democrática da sociedade. Para eles, a comunicação só ganha importância em períodos eleitorais, quando se pretende eleger o candidato ou a manutenção de sua imagem ao longo do seu mandato. Este modelo, geralmente, está vinculado à prática das chamadas relações públicas, que adotam a perspectiva, não raro, instrumentalista da administração.

Ao contrário de países como a Inglaterra, onde se tem uma estrutura estatal de comunicação forte, no Brasil a interferência privada e interesses políticos dificultam o

avanço de se implementar políticas de comunicação, sobretudo no sentido de uma teorização consistente que trabalhe a temática da comunicação como política pública.

Há poucos estudos que tratam com profundidade a importância da comunicação como política pública no País. Os trabalhos existentes, produzidos por diferentes pesquisadores, restringem-se, na maioria das vezes, à história e à análise do marco regulatório das concessões de rádio e televisão e das telecomunicações no Brasil, onde as políticas clientelistas sempre dominaram. Além disso, tudo leva a crer que até mesmo dentro das estruturas do Estado há dificuldades de comunicação, a ponto de não se ter uma homogeneidade no entendimento das ações que estão sendo planejadas ou que estão sendo executadas.

Esta percepção da estrutura estatal de comunicação, no entanto, fica prejudicada, pois não há, ainda, uma articulação teórica consistente capaz de abranger a dinâmica e as peculiaridades dessa conceituação, nem tampouco existe uma crítica pertinente do modo como elas se estabelecem.

O que fica claro, no entanto, é que à medida em que se afasta do centro de gestão do Estado, a comunicação fica mais difícil e deturpada. E, quando ela chega ao seu público-alvo, ela aparece como peça publicitária de *marketing*. No caso das famílias que moram no campo, o acesso à informação revela-se ainda mais difícil de se obter. É nessa lacuna e distanciamento entre o Estado e o campo que está focada a proposta de análise contida neste trabalho.

O que se pretende demonstrar é que a comunicação não é tratada como política pública no Brasil, adotando-se como caso para estudo a disseminação de informações sobre programas sociais voltados à agricultura familiar no estado de São Paulo. Isso ocorre, especialmente, porque não há bases teóricas e força política para que essa dimensão seja sequer compreendida. Em outras palavras, não há, no plano político, uma correlação de forças favorável à sociedade no espectro das decisões de governo, capazes de fazer valer, sequer nos governos de esquerda, uma prática mais nítida e democrática dos processos comunicacionais.

Agricultura familiar e a comunicação

Em relação aos pequenos produtores, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) fizeram um trabalho conjunto que efetuou uma delimitação conceitual do segmento produtivo e do número

de pessoas hoje tidas como produtores da agricultura familiar. É um segmento importante para a economia brasileira e muito rico no conjunto social e cultural do país.

Esses resultados são importantes pois permitem conhecer quantos são, onde estão e o que produzem os agricultores e empreendedores familiares rurais no Brasil. É um levantamento muito significativo, atendendo, assim, uma importante demanda por informações quantitativas sobre o tema, até então contemplado apenas em trabalhos acadêmicos e científicos dispersos, realizados com base em dados históricos. Ao todo, segundo Censo Agropecuário do IBGE (2006), 12,3 milhões de pessoas estão na agricultura familiar.

Entre os critérios de mapeamento do pequeno agricultor, estão: prática de atividades no meio rural, o produtor dirigir o estabelecimento ou empreendimento com a família, usar área menor ou igual a quatro módulos fiscais (nos cinco municípios estudados, esta medida equivaleria a 88 hectares), mão-de-obra predominantemente da família, percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, entre outros (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2013).

Para assistir este setor da sociedade, o Governo Federal criou alguns instrumentos que vêm contribuindo e alavancando a sustentabilidade e a produção dos agricultores familiares. Um dos mais importantes é a Lei nº 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Neste contexto, criaram-se programas importantes na área de geração de renda e agregação de valores, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - que faz com que pelo menos 30% dos recursos com compra de alimentos sejam da agricultura familiar -, Agroindústria, o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), o Selo Combustível Social e o Selo da Agricultura Familiar (SIPAF).

Na área de financiamento e proteção à produção, foi criado o Programa Garantia-Safra, o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), o Mais Alimentos, o Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Com essas iniciativas, em uma década, o financiamento no setor subiu de US\$ 1,9 bilhões (2002/2003) para US\$ 9 bilhões (2012/2013) (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2013).

Também houve investimentos na área de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), pela qual agrônomos do MDA prestam assistência ao pequeno produtor rural, diretamente na propriedade. O principal objetivo dos serviços de ATER é melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismos de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável.

Outra iniciativa importante do Governo Federal foram as ações do MDA dentro da fase dois do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2), lançado em 2010. Por intermédio dele, o MDA entregou equipamentos para municípios de até 50 mil habitantes, para abertura, recuperação, readequação e conservação de estradas vicinais na zona rural com predominância de agricultores familiares e para mitigação dos efeitos da seca nas regiões do semiárido. Esta ação tinha como propósito fomentar a infraestrutura de pequenos municípios por meio da compra direta de retroescavadeira, motoniveladora, caminhão caçamba e, posteriormente, sua doação, garantindo a melhoria no transporte de produtos e pessoas no meio rural.

Devido aos efeitos negativos advindos do período de estiagem e seca, o Comitê Gestor do PAC ampliou o benefício aos municípios localizados na região do semiárido e na região da SUDENE, que tiveram reconhecida a situação de emergência, por meio de decreto federal, inclusive nos municípios acima de 50 mil habitantes. Além dos equipamentos mencionados anteriormente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário doou a esses municípios pá carregadeira e caminhão-pipa.

Com essa medida, o governo pretendia melhorar o escoamento da produção - principalmente dos agricultores familiares durante as épocas de chuvas e de secas -, melhorar o transporte escolar, reduzir a erosão de terra e degradação do meio ambiente, entre outros objetivos. Com isso, mais de 90% dos municípios brasileiros foram beneficiados com o programa (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2014).

No caso dos maquinários, eles eram entregues em grandes atos, muitas vezes sem a presença de uma liderança ou autoridade do Governo Federal, menos ainda dos agricultores. Eram doações diretas, do Governo para as prefeituras, onde os gestores municipais estavam preocupados apenas em se promover. Ou seja, não ocorre o ato de apoderamento por aqueles aos quais o programa é destinado.

Depois, nas prefeituras, as máquinas acabam sendo deslocadas para funções diferentes para as quais foram designadas, fazendo com que fiquem sucateadas

rapidamente. Com isso, o produtor, que deveria ser o grande beneficiado do programa federal, acaba ficando no prejuízo.

No Estado de São Paulo, sabemos que as Casas da Agricultura foram sucateadas e a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) está sem investimentos há anos (Site do Canal Rural, 2015).

Em uma carta de desabafo endereçada aos amigos, o pesquisador Sylmar Denucci, diretor do Departamento de Sementes Mudas e Matrizes da CATI, órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, relatou a situação em que estava o setor de pesquisa e extensão rural do Estado.

Esta denúncia acabou se transformando em uma matéria que foi publicada na revista Agro DBO e que acabou sendo reproduzida no site do jornalista Luís Nassif (<https://www.jornaldonassif.com.br>) em março de 2014.

Segundo o pesquisador, faltava pessoas, os salários estavam defasados e instalações e equipamentos sucateados, esta é “a marca dos institutos de pesquisa de São Paulo, especialmente aqueles vinculados à Secretaria de Agricultura e Abastecimento”.

O texto apresenta como exemplo o escritório regional de Itapeva, localizado há aproximadamente 480 quilômetros da região Mogiana, que de acordo com ele, estava há quatro anos sem auxiliar de limpeza.

A Casa da Agricultura, que atende um dos municípios de maior extensão de terras cultivadas do Estado, grande produtor de grãos e de genética pecuária, não tem sequer um agrônomo.

Em toda a região, com 15 municípios essencialmente agrícolas, estão lotados apenas quatro agrônomos. A defasagem de pessoal contrasta com a estrutura material: há viaturas e combustível, mas faltam técnicos e motoristas para manter a frota rodando. Algumas unidades funcionam graças ao apoio das prefeituras, que colocam servidores municipais para trabalhar para o estado, mas nem todos os prefeitos têm essa sensibilidade. Em alguns municípios, houve a municipalização não oficial das casas de agricultura (TOMAZELA, 2014).

Os municípios, por sua vez, quando muito, realizam a manutenção das estradas rurais, mais em razão de pressão política do que de gestão e planejamento. Os sindicatos rurais, que poderiam ser um braço do pequeno agricultor, também se limitam às questões burocráticas e à manutenção da direção da entidade.

O Governo Federal preocupou-se em incentivar o desenvolvimento e o aumento de produção, no entanto, atribuiu pouca relevância ou mesmo esqueceu de dialogar com seu público-alvo, com efetividade. Agora, para suprir esse

distanciamento, é necessário muito planejamento e ação corretiva. Pois inviabilizar a comunicação pública é o que mais quer o capital neoliberal.

Essa discussão sobre a importância da comunicação não é nova. Entre os anos 60 e 70 do século passado, a Unesco, órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) que trata da educação, ciência e cultura, promoveu rica discussão sobre a comunicação e seu papel para o fortalecimento da democracia. O momento alto dessa discussão foi o lançamento, em 1980, do relatório da comissão presidida pelo jurista e jornalista irlandês, Sean MacBride, intitulado *Um mundo e muitas vozes – comunicação e informação na nossa época* (UNESCO, 1983), publicado no Brasil três anos depois.

Lamentavelmente, ele sucumbiria, como sucumbiu a própria Unesco no tocante às questões de comunicação, ao cerco imposto pelos Estados Unidos e pela Inglaterra, cujos governantes, Ronald Reagan e Margareth Thatcher, no início da década de 80, comandaram a retirada de seus países daquele órgão da ONU. Para o pensamento neoliberal, que então começava seu período de hegemonia, era absurdo se pensar a comunicação na ótica de políticas nacionais.

Mais absurdo ainda era pensar a comunicação como um direito mais amplo do que o consagrado, do qual se beneficiava fundamentalmente a imprensa, enquanto instituição, e seus proprietários privados, como agentes privilegiados de projeção de poder sobre as sociedades.

Porém, hoje, quando presenciamos um período de extraordinários avanços tecnológicos no mundo da informação e da comunicação, quando a digitalização da informação e a convergência que ela possibilita de suportes técnicos, de conteúdos e de serviços - da qual a manifestação mais evidente é a Internet enquanto rede mundial de comunicações por computadores -, cremos em uma sociedade da informação e da comunicação como a nova forma de organização hegemônica do capitalismo, em oposição a uma sociedade industrial em declínio. Com isso, é imprescindível retomar o debate sobre o direito à comunicação enquanto um novo direito humano fundamental. Um direito social de “quarta geração”, aquele, quem sabe, mais adequado para amparar, nas sociedades da informação e da comunicação, nossas inesgotáveis expectativas de avanço crescente da Democracia e da igualdade em todo o mundo.

No entanto, como diz o documento de fundação do Laboratório de Políticas Públicas (LPP) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), citado por Murilo César Ramos,

na medida em que o mercado não reconhece direitos, a função central que ele vai assumindo na reformulação das relações econômicas e sociais representa uma transformação do que era direito em um bem negociável no mercado. Assim, direitos universais - como a educação e a saúde -, passaram a ser mercadorias [...] (RAMOS, 2005, p. 250).

Essa discussão ficou evidente durante a Conferência Intermunicipal de Assistência e Extensão Rural, realizada no dia 3 de fevereiro de 2016, na cidade de São Sebastião da Gramma, região da Média Mogiana¹, onde os participantes - a grande maioria pequenos agricultores e assentados -, destacaram a importância de se ter políticas que facilitassem a comunicação e o acesso à internet. Também ficou claro a dificuldade que eles têm de ter acesso a financiamento, a cursos de qualificação e de diversificação da produção e sua comercialização.

Além da ausência de políticas públicas de informação, há o problema de operacionalidade, que demanda ferramentas como a Internet e aparelhos celulares para garantir a fixação dos jovens ao campo, principalmente se estiverem em época de estudo. Desta forma, é preciso um direcionamento na gestão pública, com planejamento e estratégia para enfrentar um problema que sempre existiu.

Ou seja, de acordo com o exposto, torna-se praticamente impossível pensar em políticas sociais democráticas, amplamente debatidas pela sociedade no espaço público, inclusive às referentes à comunicação, sem que haja a democratização desse espaço concomitantemente.

O tema já vem sendo debatido pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), que reconhece que é algo difícil de ser quebrado, mas que deve ser intensamente discutido. No Brasil, os sistemas de comunicação foram construídos como redes privadas e tornaram-se grandes organizações de mídia com enorme capacidade de chantagem sobre a classe política.

Os governos petistas (2003-2016), que poderiam ter feito o enfrentamento com os conglomerados de comunicação, pautando a importância da regulamentação dos meios de comunicação e colocando em pleno funcionamento a EBC e a TV Brasil, não o fizeram. Agora, pós golpe (2016), a situação se complicou ainda mais.

Além da distância entre o Governo Federal e a população brasileira, há também alguns órgãos importantes ligados ao Governo do Estado de São Paulo e às prefeituras, bem como sindicatos e associações, que também não conseguem amenizar ou contribuir para que as pessoas - no caso, as famílias do campo - não sejam tão prejudicadas pela ausência de informação.

A CATI, por exemplo, que poderia auxiliar na construção de uma ponte entre as duas pontas (Governo Federal e o pequeno produtor rural), não o faz pela falta de profissionais, investimentos e, principalmente, por não ter uma política pública de comunicação. O governo paulista chegou a disponibilizar 9% do orçamento para a Agricultura, montante que, hoje, não chega a 1% (Site do Canal Rural, 2015).

Os sindicatos, por terem representatividade limitada em decorrência do número de sócios, não conseguem mobilizar a categoria. Já as prefeituras, piores que o Governo Federal, não possuem nenhum programa que leve informações aos pequenos agricultores, mesmo porque elas quase não produzem material informativo e colocam como prioridade apenas a função estrutural de cuidar das estradas rurais. Em um cenário como este, a comunicação parece mesmo algo distante do que seria o ideal.

A verdade é que, sem comunicação e organização, dificilmente os produtores terão conhecimento da existência e funcionamento dos programas e, por consequência, dificilmente terão incentivo para se organizarem, já que a ausência de informação, seja ela proposital ou não, acaba desarticulando e isolando os possíveis beneficiários dos programas aqui colocados.

Mas tudo isso poderia ter sido evitado ou amenizado se o Governo Federal, no período em que Lula e Dilma estiveram à frente do País, tivesse tido a coragem de colocar em prática ao menos o que havia sido cogitado no projeto de criação da EBC e da TV Brasil. E aqui nem estamos falando do que deveria ser o ideal, que seria a democratização da comunicação no país, mas do direito mínimo do cidadão em ter acesso à informação.

Por isso é de indignar-se que, em pleno século 21, com toda revolução tecnológica, principalmente nos meios de comunicação, os produtores da agricultura familiar acabem sendo prejudicados justamente pela falta de canais de comunicação capazes de levarem a eles as informações referentes ao setor, como nos casos do PRONAF, PAA e PNAE.

Dar condições às famílias do campo para terem informação pública de qualidade é um dever do Estado e também reconhecimento e valorização de um setor responsável pela maioria dos alimentos que chegam às mesas da população brasileira.

1 - A relevância das políticas públicas de comunicação

Este capítulo aborda conceitos relevantes que ajudam a compreender as dificuldades que a população brasileira tem em acessar a informação, principalmente a porção integrada à agricultura familiar. E falar de informação é colocar a comunicação pública e a cidadania no centro da discussão, é fazer com que a população seja atendida em cumprimento dos seus direitos, de ter acesso à informação sobre suas demandas, obter respostas aos seus pedidos e soluções aos seus problemas.

O grande problema no Brasil é saber como a população de um Estado, município, cidade ou zona rural pode obter informação e se informar sobre as ações do governo e suas políticas públicas – sejam elas provenientes da esfera Federal, Estadual ou Municipal. Além disso, como reconhecer valor no que está sendo oferecido e executado? E, se a informação não chega, ou chega confusa ou pela metade, acaba gerando um abismo entre os interlocutores – no caso, o governo e a população.

Situações como estas tornam-se ainda mais explícitas quando se pensa em um canal capaz de estabelecer uma comunicação entre o Governo Federal e o homem do campo, o pequeno produtor da agricultura familiar.

Essa ausência de ferramentas de comunicação de massa em um País continental como o Brasil, com diversas culturas, climas e vegetação, faz com que o problema se torne grave e inviabilize o bom funcionamento de políticas públicas importantes para esse setor produtivo brasileiro.

E, justamente pela falta de ferramentas e de diálogo com a população, tanto o governo quanto a população, acabam sendo reféns dos monopólios de comunicação e das grandes indústrias de fertilizantes, sementes e inseticidas que atuam no país.

O professor Moraes (2015), em seu texto *Política, Sociedade e Meios de Comunicação de Massa*, relata que, no Brasil, seis famílias decidem o que é notícia e o que deve ser informado e qual opinião deve ser publicada. De acordo com o autor, para 81% da população, a televisão é, de longe, o meio de comunicação de massa mais importante do Brasil, seguida pelo rádio.

Além disso, a comunicação governamental, pública e democrática também sofre outro desafio, trazido pela expansão da internet: um ambiente com possibilidade de ação de diversos agentes sociais, com participação democrática, mas que, ao mesmo tempo, deixa as entidades suscetíveis a constantes ataques e distorção de imagens que divulga.

Uma das alternativas possíveis seria a criação de estruturas horizontais que facilitassem a comunicação, trabalho que poderia ser realizado pelos movimentos organizados que pudessem suprir essa lacuna servindo como um condutor de comunicação.

No entanto, seja por falta de conhecimento, incentivo, vontade ou comodidade, essa iniciativa também não acaba ocorrendo e, com isso, o homem do campo, principalmente o produtor da agricultura familiar, muitas vezes fica à mercê da própria sorte, desconectado das possibilidades colocadas pelos agentes governamentais.

Ao mesmo tempo em que se reconhece o poder dos meios de comunicação, principalmente a TV, a internet e o rádio, fica evidente que no Brasil não há de fato um sistema público de comunicação e não se tem muita clareza do que isso significa para o Estado.

Houve algumas tentativas isoladas, mas nenhuma que avançasse no sentido democrático amplo do direito que toda pessoa tem de pedir e receber informação que está nas mãos dos órgãos públicos. E justamente pela falta de uma política pública de comunicação popular e democrática é que os conglomerados de comunicação ocupam esse espaço, colocando-se como mediadores e formadores de opiniões. Lembrando, no entanto, que os donos desses conglomerados são empresários, e, como tais, têm interesses e lado político.

Dessa forma, para que seja garantido o livre fluxo de ideias e informações, é extremamente importante que os órgãos públicos facilitem aos cidadãos o acesso às informações de interesse público, suas políticas, seus projetos e programas.

1.1 - Direito à comunicação

Uma pesquisa realizada pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), intitulada *Mídias e políticas públicas de comunicação (2007)*, levanta hipóteses que podem explicar um pouco o cenário da mídia brasileira contemporânea.

O trabalho parte da premissa de supostas potencialidades existentes nos meios de comunicação que podem alavancar a democracia, o desenvolvimento e os direitos humanos.

De acordo com a ANDI, de alguma forma a atuação da imprensa e dos meios de comunicação sempre esteve conectada, ao longo dos últimos séculos, aos processos de consolidação das sociedades democráticas. Por isso, segundo a Agência, a existência de meios livres de informação e expressão passou a ser, historicamente, um dos principais fundamentos na quase totalidade das definições de democracia.

No início do século XIX, Thomas Jefferson, um dos responsáveis por lançar as bases do modelo democrático nos Estados Unidos, chegou a afirmar que se, em um dado momento, as sociedades tivessem que escolher entre possuir governos ou imprensa, deveriam optar pela última. (ANDI, 2007, p. 5).

A afirmação de Thomas Jefferson voltaria a ser reiterada no Brasil, pelo jurista Ruy Barbosa: “de todas as liberdades, é a da imprensa a mais necessária e mais conspícua; sobranceia e reina sobre as demais” (ANDI, 2007, p. 5).

É por essa e outras razões que este sentimento foi ganhando força ao longo dos anos e, com isso, também, a ideia de que a mídia, mais do que um ator relevante da democracia, representaria de fato o que se tem chamado de o “quarto poder”.

Essa dimensão atribuída à mídia tem relação com as potenciais funções sociais que ela passou a desempenhar na sociedade contemporânea, entre elas: o seu dever de levar informações contextualizadas para a população, a capacidade de influenciar a definição dos temas centrais da agenda pública e a atuação no monitoramento e no controle social dos atores políticos.

Justamente por essa atuação, a ANDI acredita que a mídia contemporânea se coloca como a principal mediadora do debate público, influenciando diretamente a construção do imaginário social sobre as diferentes questões em discussão. Por isso, para a ANDI, os meios de comunicação de massa não podem prescindir de cumprir responsabilidades que perpassam outras instituições da vida democrática, como atuar com transparência e terem responsabilidade perante a sociedade.

Desta forma, a implementação de medidas que regulamentem e estabeleçam critérios e limites legais para a atuação dos meios de comunicação seriam, no mínimo, razoáveis. Isso já ocorre de maneira tranquila com os órgãos públicos (federais, estaduais e municipais) e também no setor privado. “Entre as diferentes políticas de

regulação voltadas às empresas de mídia [...] poderíamos citar [...], o controle público das concessões de radiodifusão, a classificação indicativa dos conteúdos de cinema e televisão e o direito de resposta” (ANDI, 2007, p. 5).

Mas, é sempre bom não perder de vista que os marcos regulatórios não são estáticos e envolvem debates e negociações entre as diversas partes interessadas.

Vale salientar que o Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos diz que todo o homem tem direito à liberdade de opinião e expressão. Este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras.

O principal desafio da mídia, dentro deste contexto, seria cumprir de forma adequada sua suposta função social de reportar, informar e discutir com a sociedade dentro de um cenário em que o próprio interesse do setor está em jogo.

Ainda sobre o estudo feito pela ANDI, apesar de optar apenas pelo recorte da imprensa como meio de comunicação, o trabalho revela as diferentes óticas e abordagens construídas pela mídia em relação ao seu próprio campo de atuação. O que leva a concluir que as políticas de comunicação somente passarão a fazer parte do jogo político nacional quando vierem a integrar com um mínimo de transparência e imparcialidade.

A fim de melhor compreender a relevância do debate sobre as Políticas Públicas de Comunicação no atual contexto das sociedades democráticas, é preciso revisitar, ainda que brevemente, algumas das principais potencialidades dos meios de comunicação historicamente analisadas pelos cientistas sociais: agendamento e enquadramento do debate público, construção das informações e controle social do Poder Público. O primeiro aspecto diz respeito ao poder que a mídia possui de interferir – a partir daquilo que veicula ou omite – nos temas que estarão no topo da lista de prioridades dos decisores, formadores de opinião e, muito frequentemente, da sociedade como um todo. (ANDI, 2007, p. 6).

Por outro lado, os levantamentos feitos pelos estudos apontam que a rápida expansão e diversificação das áreas de atuação dos Estados - em grande parte, em função do processo de reconhecimento dos direitos humanos de cidadãos e cidadãs ocorridos nas últimas décadas - coloca-os diante da necessidade de definir prioridades de ação, entre as diferentes demandas colocadas cotidianamente na esfera pública.

Em consequência disso, a frequência com que a imprensa reporta os diferentes assuntos impõe-se como um dos fatores de interferência na definição das políticas públicas – apesar de não ser o único e, em muitos casos, estar longe de ser o principal.

A influência da mídia no agendamento dos temas públicos não ocorre, entretanto, de maneira homogênea. Os diferentes processos de construção das informações, bem como os diversos tipos de enquadramentos que podem ser dados a um determinado assunto, também interferem diretamente na forma como ele será compreendido pelo público – e, conseqüentemente, na força que ele poderá ter, ou não, nos espaços de debate. Por isso, o tipo de abordagem midiática conferido a um tema pode influenciar distintas etapas na construção de significados por parte dos possíveis atores envolvidos na formulação de uma certa política pública.

No contexto da imprensa brasileira, o foco da cobertura é centralmente dispensado às questões relacionadas à política partidária, legislativa e presidencial – assuntos que, em geral, ocupam espaços exclusivos e permanentes dos jornais. Nesse cenário, fatos como a troca de ministros, as negociações entre parlamentares e os interesses setoriais envolvendo ‘políticos profissionais’, por exemplo, têm atenção garantida, dado que são entendidos como elementos do que se pode chamar de política. Com isso, via de regra, acaba por receber uma atenção secundária o debate sobre os aspectos mais abrangentes das políticas públicas – como ilustração, poderíamos mencionar o acompanhamento mais sistemático de suas várias etapas (deliberação, formulação, implementação, monitoramento, avaliação). (ANDI, 2007, p. 7).

De outro lado, quando se busca analisar os focos temáticos, parece bem delimitada a ideia de política econômica, que também conta com destaque garantido e editoriais exclusivas nos principais veículos do País. Entretanto, as demais políticas públicas, não raro, deixam de ser reconhecidas como sendo do universo cognitivo e de significados da própria política. Ou seja, ganham diferentes espaços nos meios e são mais ou menos entendidas como “políticas”, a depender do jornalista encarregado da reportagem e dos personagens que compõem o fato a ser noticiado.

O estudo conduzido pela ANDI demonstra que apenas 0,3% dos textos produzidos pela imprensa brasileira valem-se da expressão “Políticas Públicas de Comunicação”, ou similares, na abordagem de temas relevantes para o amplo universo das comunicações. Por outro lado, 11,8% do material trazem a expressão “mercado”, sugerindo que o assunto é mais fortemente tratado pela perspectiva do negócio.

Como exemplo, diz a pesquisa, a violência só passa a ser entendida como uma questão de política pública quando ela deixa os cadernos policiais e os personagens da notícia passam a ser personalidades dos executivos estaduais, municipais ou federais, diretamente envolvidos nas políticas de segurança pública. Ou, ainda, quando são entrevistados especialistas que se dedicam ao tema, tratando-o como um

fenômeno social, cultural e político. “De resto, o assunto continua sendo explorado fortemente desde um viés factual – um crime que o indivíduo X cometeu contra o indivíduo Y, por exemplo” (ANDI, 2007, p. 8).

Diferentes fases no desenvolvimento de uma política pública demandam o conhecimento de variados níveis de informação – estatísticas, legislações, posicionamentos de atores diversos, melhores práticas. A mídia é um potencial investigador e fornecedor destas informações, inclusive conferindo voz a fontes alternativas e contestadoras de dados oficiais.

Desde as discussões travadas pelos federalistas para a constituição da democracia estadunidense, a imprensa é entendida como uma das principais instituições de controle social dos governos eleitos, assim como de outros setores da vida pública, que também devem ser “monitorados” (ONGs, empresas, etc.). Nesse sentido, o acompanhamento não apenas do lançamento oficial de projetos, mas de sua continuidade, da idoneidade em sua execução e de seus resultados é, ou deveria ser, tarefa a ser conduzida com afinco pelos profissionais da notícia.

Esse preâmbulo oferece consistência, essencialmente, a duas premissas: a primeira, de que a mídia, em suas diferentes formas, é um instrumento de vida própria que é relevante para a sociedade contemporânea e, portanto, também deve ser responsável e passível de controle democrático; a segunda, de que as comunicações são tema central para os Estados Nacionais e, desta forma, deveriam ser objeto de políticas públicas específicas.

No entanto, na prática isso está longe de ocorrer no cotidiano brasileiro, onde os principais meios de comunicação de massa, com suas concessões públicas de televisão e rádio, prestam um desserviço social à medida que defendem unicamente os interesses do mercado e do ideário capitalista neoliberal.

Com isso a população, que deveria ser beneficiada com informações provenientes dos canais das concessionárias, acaba sendo vítima de notícias parciais e manipuladas, que atendem apenas os desejos das grandes empresas. Pior: os agentes políticos que estiveram à frente do Governo Federal, foram todos cúmplices dessa situação, inclusive os governos de esquerda.

O levantamento feito pela ANDI diz que, de certa forma, a mídia brasileira costuma falar de si mesma de uma maneira seletiva, deixando de lado temas mais difíceis, porém de central relevância para o desenvolvimento das democracias contemporâneas. O que leva a deduzir que, ao eleger os meios de comunicação como

peças centrais do sistema de construção das informações públicas, os regimes democráticos passam a ter grandes desafios. O primeiro é saber como estimular a reflexão sobre esse importante ator social, e o segundo é se ele é o responsável por mediar a troca de significados no âmbito da esfera pública.

Neste contexto, tem que ser levado em consideração, sempre, a formação dos profissionais que atuam na área, o contexto social, político e econômico no qual o setor está inserido e os perfis dos dirigentes das empresas de comunicação, além das políticas públicas que regulam a atividade midiática. Estas são algumas das variáveis que, de acordo com a pesquisa, não podem ser desconsideradas.

É importante, também, não se perder o contexto histórico da atual conjuntura do País e sua crise política e econômica, questionando se a imprensa brasileira, que hoje se coloca como guardião da democracia, vem conseguindo abordar de forma objetiva questões relacionadas aos seus próprios deveres e responsabilidades e de que maneira e em que medida as empresas do setor priorizam informar seu público sobre os temas que dizem respeito ao interesse coletivo da população.

1.2 - O acesso à informação

Um material interessante foi produzido pela Controladoria Geral da União (CGU), intitulado *Manual da Lei de acesso à Informação para Estados e Municípios* (2013). O documento dá orientações importantes aos gestores públicos estaduais e municipais sobre as medidas necessárias para a implementação efetiva dessa Lei (12.527/2011), bem como sua regulamentação.

O objetivo da CGU, com esse Manual, é apoiar o gestor estadual e municipal no aperfeiçoamento da gestão, na melhoria da governança pública e na correta aplicação dos recursos públicos federais.

A Lei de Acesso à Informação (LAI) regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas (2013). Ela entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações dos órgãos e entidades públicos.

De acordo com a Controladoria Geral, o direito de acesso à informação é um direito humano fundamental e está vinculado à noção de democracia. E vai além: diz que está associado ao direito que toda pessoa tem de pedir e receber informações que estão sob a guarda de órgãos e entidades públicos.

Dessa forma, segundo as informações do Manual, para que o livre fluxo de ideias e informações seja garantido, é extremamente importante que os órgãos públicos facilitem aos cidadãos o acesso às informações de interesse público.

A informação sob a guarda do Estado é, via de regra, pública, devendo o acesso a ela ser restringido apenas em casos específicos. Isto significa que a informação produzida, guardada, organizada e gerenciada pelo Estado em nome da sociedade é um bem público. O acesso a essas informações – que compõem documentos, arquivos, estatísticas – constitui-se em um dos fundamentos para o aprofundamento e consolidação da democracia, ao fortalecer a capacidade dos cidadãos de participar mais efetivamente do processo de tomada de decisões que os afetam. (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2013, p. 6).

Para a CGU, a Lei 12.527/2011 faz com que os órgãos e entidades públicos passem a divulgar informações de interesse público de forma rotineira, independentemente de solicitações específicas. Ou seja, o Estado deve ser, ao mesmo tempo, responsivo às demandas de acesso a informação e proativo no desenvolvimento de mecanismos e políticas de acesso à informação.

E não é só isso, o acesso às ações governamentais e às políticas públicas, possibilita uma participação mais ativa da sociedade e, conseqüentemente, traz inúmeros ganhos, como: a prevenção à corrupção, já que, com acesso às informações públicas, os cidadãos têm mais condições de monitorar as decisões de interesse público; melhoria da gestão pública, pois o acesso à informação pode contribuir para melhorar o próprio dia a dia das instituições públicas, pois, a partir das solicitações que recebem dos cidadãos, os órgãos podem identificar necessidades de aprimoramentos em sua gestão documental, em seus fluxos de trabalho, em seus sistemas informatizados, entre outros aspectos que tornarão a gestão pública mais eficiente; melhoria do processo decisório: quando o governo precisa tomar uma decisão, se o assunto for aberto para a participação do público interessado e de especialistas nas questões que estão sendo definidas, é possível obter contribuições que agreguem valor ao resultado.

De acordo com o Manual, esses e outros benefícios devem ser considerados pelos agentes públicos para que o direito de acesso às informações seja garantido e

aperfeiçoado. Mas, para que o regime de acesso apresente a efetividade desejada, é necessário o engajamento e a contribuição de todos, desde os formuladores de políticas públicas até os servidores que cotidianamente produzem e lidam com *informações*. Abaixo, segue o quadro com o histórico recente dos normativos que ampliam diretamente o direito de acesso à informação, a partir da promulgação da Constituição Federal:

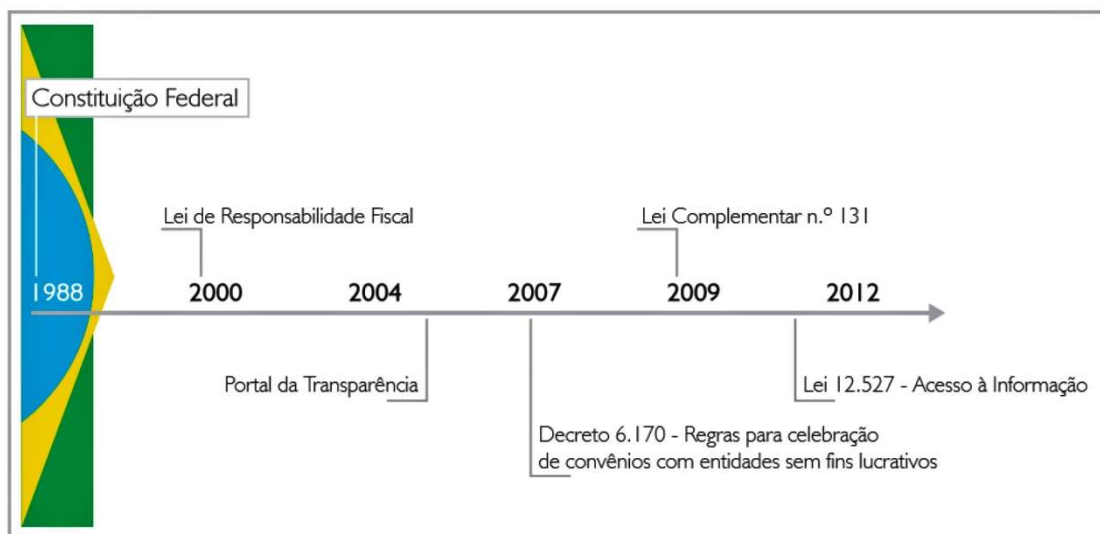


Figura 1 - Histórico de normativos que ampliaram o acesso à informação no Brasil

Fonte: http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/transparencia-publica/brasil-transparente/arquivos/manual_lai_estadosmunicipios.pdf

No quadro acima pode ser observado que, entre os anos 2000 e 2012, houve um certo esforço por parte dos governos democráticos para que o nível de transparência dentro do setor público, em todas as esferas, melhorasse e que ele se tornasse mais acessível à sociedade.

Neste período, em especial entre 2004 e 2012, o Brasil passou a ficar mais transparente. As iniciativas tiveram início com a promulgação da Constituição “Cidadã” de 1988, uma peça fundamental e importante na consolidação do Estado democrático de direito no país, bem como da noção de cidadania.

Depois de mais de uma década, veio a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal, ou Lei Complementar nº 101, no ano 2000, criada com a intenção de controlar os gastos da União, estados, Distrito Federal e municípios. Ela foi implantada com a justificativa de conter velhos hábitos na política brasileira, de gestores promoverem obras de grande porte no final de seus mandatos, deixando a conta para os sucessores.

Quatro anos depois, em 2004, por meio da Controladoria Geral da União, o governo federal criou o Portal da Transparência, uma ferramenta pela qual o brasileiro passou a acompanhar como o executivo federal arrecada e aplica o dinheiro público. Ele é um instrumento importante para o cidadão acompanhar a gestão pública e ajudar no controle dos gastos e no uso correto dos recursos.

Ainda em relação à transparência e ao acesso à informação, outras três medidas foram tomadas pela administração pública federal. A primeira foi a publicação do Decreto 6.170, que definiu as regras para celebração de convênios com entidades sem fins lucrativos (2007), em seguida, veio a Lei Complementar 131 (2009), que alterou a redação da Lei de Responsabilidade Fiscal no que se refere à transparência da gestão fiscal, inovando ao determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

E, por fim, a Lei de Acesso à Informação (2012), que deve ser cumprida por todos os órgãos e entidades da administração direta e indireta, ou seja: todos os órgãos e entidades federais, estaduais, municipais e distritais.

Além das entidades governamentais, a LAI abrange as entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos, para a realização de ações de interesse público, diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênio, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres. Neste caso, a publicidade a que estão submetidas refere-se à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação. (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2013, p. 13).

Nota-se que as leis promulgadas pelos três últimos governantes (Fernando Henrique Cardoso, LRF; Lula, Portal da Transparência; Dilma Rousseff, Lei de Acesso à Informação) estão distantes da discussão central deste trabalho, que é a importância de milhões de brasileiros em ter acesso a um canal de comunicação público que leve informação do Estado a todos, sem interferência governamental, com todos os seus programas, serviços e benefícios. Não que inibir gastos e dar visibilidade aos investimentos da máquina pública não sejam importantes. Mas, conhecer os programas, saber como funcionam e de como ter acesso a eles também é um direito de todo cidadão e cidadã. E isso, de alguma forma, vem sendo negado pelo Estado.

Outro ponto importante em relação ao acesso à informação são os meios de comunicação. Neste sentido, o escritor e comunicador sindical Vito Giannotti (2014) é categórico ao abordar a necessidade de se fazer a disputa pelos meios de

comunicação, mas, para isso, segundo ele, há uma dificuldade séria que são as concessões públicas de rádio e TV.

Para o escritor, no decorrer dos séculos 19 e 20, num período de acelerada industrialização, houve uma rápida centralização da comunicação na política moderna. Assim como surgiram milhares de fábricas nestes dois séculos, também surgiram milhares de gráficas e jornais que abasteceram o mundo ocidental capitalista. “Hoje, século XXI, fala-se muito do poder da mídia e há várias definições sobre este poder. Uns chamam a imprensa, e com maior razão a mídia, de quarto poder” (GIANNOTTI, 2014, p. 33).

Segundo Giannotti, ela seria um poder à parte do conceito estabelecido pela Revolução Francesa dos três poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário. Seria algo como poder moderador que paira sobre os outros três, um “tribunal imparcial”, uma espécie de “defensor público”.

No entanto, o que fica claro para vários estudiosos é que a mídia, na verdade, faz parte do poder, pois de fato não há poder sem mídia, ou seja, sem os devidos canais de comunicação. “A mídia é uma nova realidade que divulga, propagandeia, sustenta ou abala e derruba um governo, um sistema, um regime” (GIANNOTTI, 2014, p. 33).

Ele cita como exemplo o comportamento da mídia estadunidense, a partir dos atentados de 11 de setembro de 2001, que passou a agir descaradamente como parte integrante do poder. Foi ela que transformou os mortos das Torres Gêmeas de Nova Iorque em um fato que influenciou a política mundial.

Foi ela, segundo o autor, que criou condições persuasivas para que o exército dos Estados Unidos invadisse e destruísse o Iraque.

Ele encerra este tema dizendo que, desde o fim das monarquias absolutistas do século 18, a comunicação teve um papel determinante na construção e manutenção da hegemonia.

A partir daí vem a pergunta: será que os donos do poder vão permitir democratizá-la?

Para Giannotti, a sociedade está em uma guerra. De um lado, os interesses do capital financeiro e industrial, grandes corporações; e, do outro, os interesses da população, dos trabalhadores. Interesses, portanto, que não convergem.

E a grande mídia, tem dono, e estes donos tem interesses, e não são os mesmos da grande maioria da população. Se ela é parte integrante do poder, logo, ela fará o que os seus pares querem.

Qual desses veículos se coloca contra os transgênicos? Qual veículo de mídia vai levar, seriamente, uma campanha contra a Ambev e as várias marcas de cerveja que oferecem 'A boa', 'A loira' feita com milho transgênico e não com cevada? Poderia? Sim, se a mídia fosse livre, independente. (GIANNOTTI, 2014, p. 35).

Tomando o Brasil como exemplo, ele questiona: os meios de comunicação poderiam contrapor-se aos planos das grandes corporações, como a Monsanto? Ele acredita que não, e argumenta que os meios de comunicação não agem como se imagina ou se imaginava, não agem como se realmente fosse um “quarto poder”.

Para Giannotti, o motivo é global e sistêmico e acredita que a política da mídia empresarial é corporativa como a da Monsanto. É uma política de classe e de interesses – claro que de seus proprietários.

No imaginário da população, a função da mídia seria a de informar objetivamente a população – de forma neutra e imparcial, como um serviço público essencial. Mas, essa ideia não leva em conta que a mídia tem dono, e quem manda em uma fábrica é seu dono. E esse dono tem classe, tem lado e tem interesses.

Giannotti cita o economista Sérgio Bertoni, coordenador da Tie-Brasil de Curitiba, uma entidade voltada à formação política dos trabalhadores, que defende que a democratização da mídia, na era da informação digital, depende da democratização do acesso à internet e “dos controles que os movimentos sociais exercem sobre as tecnologias que tornam a internet possível” (GIANNOTTI, 2014, p. 36).

Na reflexão colocada pelo economista, o Brasil tem que deixar de ser um mero consumidor de tecnologia e conhecimento, pois, caso contrário, o País contenta-se com a posição de dominado.

Ainda de acordo com o economista, nas citações de Giannotti em sua obra, a tecnologia e o conhecimento assumiram um papel preponderante e quem dominá-los “dominará todo o processo econômico e social” (GIANNOTTI, 2014, p. 36).

Ele dá como exemplo o *Google*, que possui hoje o valor de mercado maior do que a maior montadora de automóveis – que é um exemplo da era industrial.

Com isso, Sérgio Bertoni apresenta três propostas para democratizar a mídia digital. A primeira delas é passar da condição de consumidores para produtores de

tecnologias e provedores de serviços tecnológicos e de informação. A segunda é de criar infraestruturas tecnológicas nacionais, públicas e abertas, proporcionando acesso de todas as camadas da sociedade aos serviços proporcionados. A terceira é possuir servidores e repositores públicos nacionais para armazenamento seguro de toda a informação, conhecimento e tecnologia produzida no país.

Ou seja, é necessário um projeto de desenvolvimento tecnológico nacional. É necessário, além da luta pela democratização, que seja travada também a luta pela soberania tecnológica.

Em 2009, o tema da democratização da mídia ocupou milhares de militantes de esquerda. Foram feitas reuniões, palestras e várias atividades sobre o tema em vários cantos do País. Mesmo assim, o tema ficou longe de tornar-se um tema popular.

De qualquer forma, segundo Giannotti, o que ficou claro foi que lutar pela democratização da mídia no Brasil é lutar para conquistar uma nova legislação que garanta o direito a uma informação plural. “Não se trata de convencer, de ganhar a cabeça dos detentores deste poder imenso que é a mídia [...]. Trata-se de pressionar, forçar e arrombar a porta, ou melhor, as muralhas. Sim, como foi com a Bastilha em 1789 e com o Palácio do Inverno em 1917” (GIANNOTTI, 2014, p. 47).

Hoje não basta poder criar um jornal impresso, é necessário ter o direito ao uso das ondas do ar com todas as implicações tecnológicas que isso acarreta. Fala-se muito das concessões de rádio e TV. No entanto, hoje, no Brasil, essas concessões são privadíssimas e qualquer tipo de discussão sobre novas regras de regulamentação para o setor é tachada pelos próprios meios de comunicação de tentativa de censura. “O resumo da história é simples: nas concessões de rádio e TV não se mexe” (GIANNOTTI, 2014, p. 47).

Em geral, as concessões são domínios absolutos de grandes grupos econômicos, de políticos agraciados pelo poder com esse mimo, ou de grupos religiosos. Por isso, segundo Giannotti, a luta pela democratização dos meios de comunicação passa pela batalha institucional, jurídica e parlamentar. “Mas, no Brasil concreto de hoje, com a composição da atual Câmara e do Senado, onde quase a metade dos seus membros são donos de ‘sesmarias do ar’ é difícil vislumbrar alguma vitória das forças populares” (GIANNOTTI, 2014, p. 48).

De qualquer forma, Giannotti acredita que não adianta ficar esperando este milagre: é necessário que as forças populares se organizem e façam os seus jornais e criem suas próprias mídias.

E fazer uso de todas as possibilidades de comunicação proporcionadas pelas chamadas redes sociais da internet, pois a mídia empresarial e patronal não consegue esconder sua tendência de manter a sociedade como está.

De forma militante no campo da esquerda, o autor é taxativo em dizer que, se a população – em especial, o trabalhador –, quiser disputar a hegemonia, do ponto de vista da comunicação, há duas coisas a fazer: “primeiro perder as ilusões com a mídia da outra classe. Segundo, parar de choramingar e criar e fortalecer a nossa mídia. A mídia da nossa classe” (GIANNOTTI, 2014, p. 75).

Ou seja, nem mesmo os 13 anos de governo de esquerda, de Lula e Dilma, foram capazes de mudar essa lógica de cobrar das empresas abertas de rádio e de televisão que elas apenas cumpram o seu papel de concessionários de canais públicos. Em 2007, o governo Lula criou a Empresa Brasil de Comunicação, a EBC. Ela surgiu para gerir as emissoras de rádio e televisão públicas federais, sobretudo a TV Brasil, que tinha como missão cobrir com seu sinal todo o território brasileiro – algo que, infelizmente, acabou não ocorrendo.

1.3 - Sistema público de comunicação

Em 2009, a organização Intervezes publicou uma série de artigos, reunidos no livro *O Sistema público de comunicação no mundo – experiências de doze países e o caso brasileiro*. Em termos gerais, o livro procura mostrar que a comunicação pública no Brasil parece ser algo nebuloso ou abstrato, havendo pouca clareza sobre o que isso significa e qual a sua importância. E, pior, o país nunca possuiu de fato um sistema público de comunicação. Sustentou, a duras penas, algumas iniciativas isoladas que até hoje sofrem para manter-se em pé.

Ainda segundo a obra, durante todo o século 20 houve pouco debate público sobre o tema, que acabou ficando preso à pauta política.

Ela também aponta o atraso do surgimento de um projeto de sistema público de comunicação e as resistências enfrentadas em relação aos interesses privados hegemônicos.

Mas fica claro na obra que em países como o Brasil, onde a hegemonia comercial e a concentração dos meios de comunicação se tornaram anomalias, que

a existência de uma comunicação pública efetiva e bem desenvolvida se torna pré-requisito para a democracia.

Jonas Valente, membro do Conselho Diretor do Interozes e Mestre em Comunicação, em seu artigo *Concepções e abordagens conceituais sobre sistema público de comunicação*, vai dizer que no Brasil o sistema público de comunicação existe apenas como figura legal prevista na Constituição. Já a mídia pública, segundo esse autor, é operada fora do conceito de sistema, por um complexo quadro de agentes que são regulados de maneira diferenciada do ponto de vista das plataformas. Segundo ele, na radiodifusão, os serviços da União são explorados pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), enquanto os meios estaduais e municipais são operados pelo poder executivo das respectivas esferas.

Na TV por assinatura, proliferam canais dos legislativos e judiciários estaduais e municipais e do executivo federal. A criação da EBC e de seu serviço televisivo, a TV Brasil, significou uma tentativa de superação do passado de atrelamento dos canais públicos aos governos e autoridades para apontar na direção da construção de iniciativas efetivamente públicas. (VALENTE, 2009, p. 269).

Valente explica que, no âmbito federal, há emissoras exploradas pelo governo, por meio da Empresa Brasil de Comunicação, pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal, pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Exército.

Segundo ele, os primeiros operam rádios, TVs e agências de internet, enquanto o órgão militar mantém apenas uma rádio na capital federal. A EBC é sucessora das antigas estruturas de comunicação do Governo Federal. Enquanto a Radiobrás, que possuía sede em Brasília, foi incorporada à nova empresa, a ACERP (Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto), que mantinha as tevês educativas (TVEs) do Rio de Janeiro e do Maranhão e rádios Nacional do Rio de Janeiro e MEC, não pode ser extinta por ser uma organização social. Então, explica Jonas Valente, a solução foi sua contratação como prestadora de serviços para a recém-criada corporação de comunicação pública do governo federal.

Na televisão, a EBC gera a TV Brasil, NBR – o canal do governo federal – e a TV Brasil Integración.

A TV Brasil foi criada para ser a primeira televisão pública de dimensão nacional do país. Ela surgiu da fusão entre a TV Nacional de Brasília e as TVEs do Rio de Janeiro e Maranhão. “Na distribuição aberta analógica, transmite diretamente para

esses Estados e para a cidade de São Paulo”. A intenção era levar a emissora a 24 unidades da federação.

Embora a Lei nº 11.652, que criou a EBC, estabeleça para as operadoras de televisão por assinatura de veicular obrigatoriamente o canal em todos os seus pacotes e planos, a TV Brasil é ofertada a 1,9 milhão de assinantes (96,27% do total) do serviço via Satélite DTH, a 2 milhões de assinantes (57,66%) do serviço de TV a cabo em 96 cidades, e gratuitamente pela banda C para quem possui parabólica, o que representa um universo de 50 milhões de brasileiros. (VALENTE, 2009, p. 275).

Já a NBR é distribuída pelo serviço de TV a cabo, chegando a 5,5 milhões de lares, cerca de 12 milhões de pessoas, e a TV Brasil Canal Integración é um serviço que leva aos países da América Latina conteúdos sobre o Brasil e a visão brasileira sobre os fatos do continente.

No sistema de rádio, a EBC opera oito estações: Radio Nacional da Amazônia (operando em ondas curtas), Nacional Brasília (FM e AM), Nacional do Rio de Janeiro (AM), MEC (AM e FM no Rio de Janeiro e AM em Brasília) e Mesorregional do Alto Solimões (AM).

Já as televisões educativas estaduais somam 21 geradoras nos Estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Pernambuco (possui duas), Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo e Tocantins. “Segundo levantamento da Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC), essas emissoras operam ainda 1.404 retransmissoras próprias e têm 88 geradoras e 218 retransmissoras afiliadas, somando um total de 1.726 emissoras de TV” (VALENTE, 2009, p. 277).

Segundo seu levantamento, algumas prefeituras também criaram suas emissoras. Até 2008, foram registradas tais iniciativas nos municípios de São Carlos (SP), Ponta Grossa (PR), Fortaleza (CE) e Volta Redonda (RJ).

No artigo *Sistemas Públicos de Comunicação: panorama analítico das experiências em doze países e os desafios para o caso brasileiro*, Moyses, Silva e Valente procuram comparar os mais diversos sistemas públicos de comunicação existentes, como os da Alemanha, Austrália, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Portugal e Reino Unido, países em que, apesar da ênfase na radiodifusão, há outras alternativas em outras áreas da indústria cultural, como no

Canadá, cuja rede estatal possui gravadora musical, e na Austrália, onde a entidade pública opera uma rede de lojas para a venda de DVDs e outros produtos.

Há também, nestes países, uma nova fronteira de expansão, que pode se chamar genericamente de “*plataforma web*”. Ou seja, a internet tornou-se, de fato, um horizonte para os sistemas replicarem seus conteúdos ou disponibilizarem suas programações.

Há outros países como Colômbia e Venezuela que sustentam maiores problemas com distribuição de renda, industrialização, educação, etc., mas que possuem sistemas públicos em desenvolvimento.

Na Venezuela, o sistema é relativamente novo. A emissora de TV começou a funcionar em 2007, utilizando os equipamentos e transmissores da RCTV, rede privada que não teve a licença renovada neste mesmo ano. Apesar de não possuir um sistema desenvolvido, a Venezuela tenta expandir seu conteúdo para além de suas fronteiras, produzindo programas principalmente para a América Latina, por meio da Telesur, emissora da qual é acionista majoritária.

No Brasil, segundo os autores, é possível falar de um embrião de sistema público de comunicação somente a partir de 2007, com a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Antes do surgimento dessa instituição, não havia um sistema público em desenvolvimento. Ocorriam experiências isoladas (TVs educativas, TV Cultura, TVs governamentais, por exemplo). Mas elas não estavam organizadas em torno de um sistema ou com base em uma política para essa modalidade de comunicação.

Com isso, a EBC surgiu justamente para tentar ser o conector capaz de comandar, a partir de novos meios, como a TV Brasil. “Isto é, um sistema que incluísse gradualmente as experiências isoladas em torno de um mesmo projeto” (MOYSES; SILVA; VALENTE, 2009, p. 308).

Porém, para a consolidação de um sistema público de comunicação no país, ela teria que ter atenção em pontos vitais: legitimação, gestão, autonomia, participação, distribuição, programação e financiamento.

São pontos importantes, na visão dos autores, e que merecem total atenção. No caso da Legitimação, para eles, nenhum sistema público se consolida de fato sem sustentar um bom nível de legitimação perante a sociedade civil. O segundo ponto que precisa ser fortalecido no caso do Brasil diz respeito à independência do sistema, seja em relação ao mercado, seja em relação aos governos. “Para que isso ocorra

dever haver maior participação de segmentos da população na gestão do sistema e dos seus principais operadores, de modo que as diretrizes e os conteúdos respondam aos anseios da sociedade” (MOYSES; SILVA; VALENTE, 2009, p. 311).

Uma das principais formas de comprometimento da autonomia está vinculada ao modelo de financiamento e, de acordo com o artigo, sem verbas estáveis, muitos sistemas encontram-se entre ceder a pressões de governos para garantir recursos orçamentários e buscar a captação de recursos próprios, sobretudo por meio de publicidade, o que os aproxima da lógica comercial. “Se o primeiro caso gera a subordinação aos governantes de plantão, o segundo põe em dúvida a própria distinção do sistema como não-comercial” (MOYSES; SILVA; VALENTE, 2009, p. 311).

Os autores também sugerem a desvinculação da fonte de recursos das dotações orçamentárias e, desta forma, criar novas formas estáveis e autônomas de captação sem que isso signifique a criação de novos impostos. Para os autores, também é necessário mexer com o interesse público, mas para isso é preciso reformar a arquitetura do órgão com a colocação em seu interior de membros que expressem setores representativos da sociedade brasileira relacionados com o empreendimento.

Sua composição deveria contemplar representantes do governo federal, do Congresso Nacional, de trabalhadores urbanos e rurais, de trabalhadores da organização/empresa, de trabalhadores em comunicação e cultura, de entidades acadêmicas e de pesquisa, de entidades de usuários e defesa de direitos difusos e dos movimentos populares e sociais. (MOYSES; SILVA; VALENTE, 2009, p. 312).

O artigo enfatiza o investimento como fator primordial e vital para a sobrevivência de um sistema público de comunicação. De acordo com ele, o financiamento condiciona a independência, a amplitude da distribuição e as condições de produção e veiculação de programação. Para os autores, o caso brasileiro é bastante grave e, se não for remodelado em curto período, pode ser o núcleo de um ataque por parte de forças políticas contrárias ao projeto com base numa possível mudança nas posições dos poderes da República.

De acordo com levantamentos feitos pelos autores, até 2009, no nível federal, o modelo de financiamento permaneceu dependente das verbas orçamentárias e sustentou ínfimos quantitativos de recursos. Essa situação é bastante visível quando comparamos os baixos investimentos na EBC e em outras emissoras, por exemplo,

com imensos montantes realizados nos diversos países analisados. No nível estadual, as emissoras mantêm-se sucateadas pelo desinteresse dos Estados da Federação em promover a comunicação pública, recorrendo aos recursos da EBC e de programas do Governo Federal de apoio à cultura e reforma do parque técnico.

Infelizmente, por outro lado, vemos a quantidade de recursos que foram destinados a emissoras de TV privadas durante os governos do Partido dos Trabalhadores. Segundo reportagem publicada no site da revista Carta Capital (29/06/2015), de 2003 a 2015, a Rede Globo teria recebido R\$ 6,2 bilhões em publicidade federal. A segunda maior verba foi destinada à TV Record: R\$ 2 bilhões. De 2003 a 2014, o SBT recebeu R\$ 1,6 bilhões, a Bandeirantes, R\$ 1 bilhão e a Rede TV! ficou com R\$ 408 milhões.

Em contrapartida, a EBC, em seus oito anos de funcionamento, obteve apenas R\$ 3,6 bilhões. As informações estão na reportagem *Gastos com a EBC chegam a R\$ 3,6 bilhões desde sua criação*, publicada no site do Jornal O GLOBO. Ainda de acordo com a matéria, em 2008, primeiro ano da EBC, foram gastos R\$ 201 milhões do Orçamento, e despesas de R\$ 109 milhões. Já em 2007, ano em que a empresa foi criada, o governo tinha reservado no Orçamento R\$ 220 milhões para a Radiobrás, antecessora da EBC, mas os pagamentos realizados naquele ano foram de R\$ 115 milhões.

Ou seja, havia uma vontade do governo petista de colocar em prática algumas ferramentas de comunicação que fossem capazes de levar a informação para todos os cantos do País, mas faltou ousadia e coragem para romper com os meios de comunicação tradicionais que, depois, em 2016, foram essenciais para que ocorresse o golpe contra Dilma Rousseff e a Democracia.

Em um cenário como este, em que os oligopólios de comunicação continuam sendo referencial de comunicação no Brasil, a distância entre as políticas públicas dos governos, principalmente o Federal, com o pequeno produtor rural parece cada vez mais um abismo.

Sem uma política pública de comunicação eficiente, as famílias do campo não conseguem ter acesso, por exemplo, a várias políticas públicas importantes voltadas ao desenvolvimento do setor agrícola e qualidade de vida do produtor da agricultura familiar.

1.4 - A informação e os programas sociais federais

A falta de investimento em redes públicas de comunicação não quer dizer que no Brasil não haja canais de informação que se comuniquem direto com os mais diversos setores da sociedade. O problema é que em pleno século 21 todos os meios de comunicação capazes de realizar essa conexão estão nas mãos da iniciativa privada capitalista e distante do poder público.

Desta forma, a ausência de planejamento em todos os níveis - federal, estadual ou municipal - tem feito com que programas importantíssimos que mudaram o modo de vida do brasileiro não fossem apoderados pelos cidadãos como uma conquista democrática que só foi possível com a ascensão de um governo de esquerda ao poder.

É óbvio que a criação de uma política pública de comunicação, com canais de acesso à informação, além de defender o Estado, enquanto instituição, teria condições de conscientizar e levar aos mais longínquos cantos do país as transformações realizadas no Brasil entre 2003 e 2014.

Esse abismo das relações entre Estado e sociedade faz com que a iniciativa privada capitalista, com todos os seus interesses, coloque-se como interlocutor e passe a dialogar com a população. Pois, infelizmente, na maioria das vezes, o poder executivo, em todas as esferas administrativas, não consegue entender a dimensão e a importância de uma gestão de políticas públicas na área de comunicação.

No Brasil, o pouco que há de comunicação do setor público está relacionado a questões vinculadas ao resultado de disputas eleitorais ou à manutenção da imagem do gestor ao longo do seu mandato. Este modelo, geralmente, está vinculado à prática das chamadas relações públicas, que adotam a perspectiva, não raro, instrumentalista da administração.

Infelizmente, no Brasil há poucos estudos que tratam com profundidade a importância da comunicação como política pública. Os trabalhos existentes, produzidos por diferentes pesquisadores, restringem-se, na maioria das vezes, à história e à análise do marco regulatório das concessões de rádio e televisão e das telecomunicações no Brasil, onde as políticas clientelistas sempre dominaram.

Essa lacuna entre Estado e a sociedade fica ainda mais latente quando se verifica a dificuldade de setores da sociedade civil, como o das famílias ligadas à

agricultura familiar e os pequenos produtores, nos mais diversos municípios deste país.

O volume dois do documento *Por um Brasil Justo e Democrático. O Brasil que queremos: subsídios para um projeto de desenvolvimento nacional* (2015) diz, com base em vários levantamentos, que nos últimos anos houve avanços na melhoria das condições de vida no campo. A extrema pobreza, por exemplo, reduziu-se de 17,5%, em 2004, para 9%, em 2012, como reflexo das várias políticas públicas executadas no período. Em igual período, o rendimento médio mensal domiciliar per capita da agricultura familiar apresentou evolução significativa, passando de R\$ 274,04 para R\$ 448,43, já considerando os efeitos da inflação, com destaque para a evolução observada na região Nordeste, onde a variação real foi de 68,3%.

Este material foi elaborado pelas entidades Brasil Debate, Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, Fórum 21, Fundação Perseu Abramo, Plataforma Política Social, Le Monde Diplomatique Brasil e Rede Desenvolvimentista, como forma de fomentar a discussão e contribuições necessárias para a construção de projeto que fosse capaz de mudar os rumos da política e da economia.

Segundo o documento, em grande medida esses progressos decorreram do Programa Bolsa Família, do Programa Brasil Sem Miséria e dos diversos programas voltados para a agricultura familiar, com destaque para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que financia a produção com taxas subsidiadas e, além disso, fornece assistência técnica para agricultores familiares.

Também merecem destaque as ações do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que garante renda e contribui para o abastecimento de escolas públicas, hospitais e instituições beneficentes. Entretanto, estes avanços relativos nas condições de vida e na organização do Estado não devem obscurecer o fato de que um programa de desenvolvimento necessita enfrentar os desafios estruturais que a questão agrária ainda apresenta nos dias atuais.

A questão da reforma agrária, na Média Mogiana, não pertence a este universo, pois de certa forma a região já teve sua reforma natural. Na maioria dos municípios, principalmente em São José do Rio Pardo, Caconde, Divinolândia, Vargem Grande do Sul, São João da Boa Vista e São Sebastião da Gramma, há uma grande quantidade de pequenas propriedades.

No entanto, os dados apresentados pelos levantamentos do documento citado acima poderiam ter sido ainda melhores se o homem do campo, principalmente o pequeno produtor e o da agricultura familiar, tivessem mais acesso à informação, pois, na maioria das vezes, eles sequer sabem da existência e funcionamento dos programas citados, e também de outros.

O mesmo não ocorre com a agroindústria, que é a maior beneficiária dos créditos rurais, da concentração fundiária e da expansão da monocultura.

De acordo com o levantamento, o apoio majoritário dado ao agronegócio, associado à paralisação das políticas de reforma agrária, renovou os efeitos perversos da concentração fundiária e da expansão das monoculturas, causas estruturais da pobreza rural. Além disso, diz o documento, o agronegócio exerce pressão sobre os recursos naturais, promove a degradação ambiental, a exploração brutal do trabalho, a geração de desigualdades sociais e até o risco de vir a se conformar uma agricultura sem agricultores (a exemplo do caso argentino).

Observe-se que mais de 86% da produção está concentrada em soja e milho. Essa expansão da produção de poucas *commodities* é acompanhada pela baixa produção dos alimentos da dieta básica.

Na região da Média Mogiana, programas importantes como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) têm contribuído no fortalecimento e fixação das famílias na zona rural. No entanto, essas políticas públicas poderiam ter sido melhor aproveitadas se houvesse mais informações sobre seu funcionamento e sobre como acessar cada uma delas.

O PRONAF, por exemplo, financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País.

Já o PNAE, determina que, no mínimo, 30% do valor repassado pelo Governo Federal aos estados e municípios devem ser utilizados na compra de gêneros alimentícios vindos diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural do município.

E, com o PAA, parte dos alimentos é adquirida pelo governo diretamente dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e

demais povos e comunidades tradicionais, para a formação de estoques estratégicos e distribuição à população em vulnerabilidade social.

Porém, muitos dos pequenos agricultores não sabem da existência desses programas e também de outros. E, quando sabem, avaliam que são inacessíveis. Além da falta de uma política pública de comunicação capaz de dialogar com essa população, há também uma parcela de culpa na burocracia da máquina pública que não é sensível à sociedade mais carente, o que dificulta que os pequenos produtores tenham acesso aos programas ou aos créditos disponíveis.

Com isso, percebe-se que a falta de uma política pública de comunicação por parte do Governo Federal, além de prejudicá-lo, contribui para que os beneficiados pelos programas não se apoderem das políticas de governo a ponto de transformá-las em política de Estado. Ou seja, que eles se apoderem deste conceito a ponto de não faltar mais investimentos para esta área. Investimentos de toda a ordem: agrícolas, mas também educacionais, tecnológicos, de saúde, lazer, culturais, entre outros.

No caso do PRONAF, apesar de ter contribuído para a transformação da vida dos brasileiros residentes no campo, muitas famílias ainda têm dificuldade de ter acesso ao crédito. Mas, afinal, quais os entraves? O primeiro é o de conhecer o programa, saber como ele funciona e como ter acesso. No caso do PRONAF, por exemplo, não basta o agricultor ter vontade e necessidade de ter acesso a ele.

O primeiro passo é esboçar um projeto, surgindo aí o primeiro obstáculo. Em seguida, o interessado precisa procurar o sindicato rural ou a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de São Paulo (EMATER) para conseguir a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e, depois, com o documento em mãos, o agricultor deve procurar a Assistência Técnica e Extensão Rural do município para elaboração do Projeto Técnico de Financiamento.

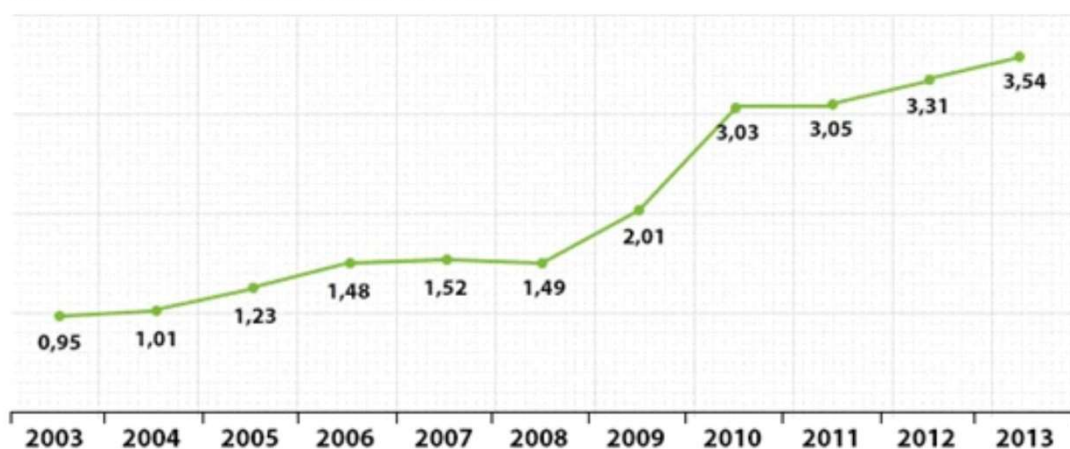
Com a ideia posta no papel, é preciso encaminhá-la ao agente financeiro responsável pela análise e aprovação de crédito. Algo que é um pouco complexo para quem não tem acesso mínimo à informação.

A partir de 2002, o governo corrigiu algumas distorções e as creches públicas com crianças de 0 a 3 anos de idade que não recebiam repasses federais para alimentação passaram a receber. Em 2009, houve uma outra alteração importante para o setor da educação, mas que beneficiou os pequenos agricultores. O governo federal passou a incluir no PNAE os alunos do ensino médio (8,3 milhões de

estudantes em 2013). Também a partir de 2009, 30% da alimentação escolar passou a ser obrigatoriamente comprada da agricultura familiar, beneficiando fortemente os pequenos produtores rurais locais e garantindo alimentação mais saudável aos estudantes. Com isso, os recursos destinados à alimentação escolar saltaram de R\$ 848,5 milhões, em 2002, para R\$ 3,5 bilhões, em 2013.

Atendimento a todos os alunos da educação básica de escolas públicas e filantrópicas. No mínimo 30% dos recursos devem ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar.

PNAE: recursos investidos (em R\$ bilhões)



Fonte: FNDE

Gráfico 1 – Recursos investidos pelo PNAE entre 2003 e 2013

Fonte: <http://www.brasildamudanca.com.br/educacao/alimentacao-escolar>

Ficou evidente, após o golpe de estado de 2016, que a quantidade de investimentos feitos nos setores de comunicação privados do Brasil, em detrimento daqueles na EBC e na TV Brasil, foi um erro de planejamento e estratégia dos 13 anos de governo do PT.

Até mesmo as políticas públicas que tiveram destaque nos governos Lula e Dilma, como o Minha Casa, Minha Vida, Luz para Todos, PRONAF, PAA, entre outros, poderiam ter tido melhores desempenhos se houvesse mais informações sobre o seu funcionamento e como ter acesso a cada uma delas.

2 - Programas sociais federais para famílias do campo

O enfoque deste capítulo são as políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Federal a partir de 2003, principalmente aquelas destinadas à agricultura familiar. Mas, antes, cabe falar da importância das políticas sociais e também das garantias dos direitos conquistados por todo trabalhador brasileiro.

Também se torna pedagógico apresentar, neste capítulo, em linhas gerais, o que são políticas públicas e o que são políticas sociais. E, por último, demonstrar o desempenho de programas voltados à população rural, em especial aos produtores da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Essas são três importantes iniciativas do Governo Federal, que poderiam ser mais acessadas e melhor aproveitadas pelas famílias do campo, desde que elas tivessem mais informações e conhecimento sobre cada uma delas.

Assim como a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, entre outros, são direitos sociais previstos no Artigo 6º da Constituição Federal (1988), o acesso à informação, enquanto direito coletivo e individual, também é assegurado a todos os cidadãos e cidadãs (Art. 5º).

Esta ampliação do exercício de direitos colocados na Constituição foi algo importante, pois contribuiu na efetiva consagração do processo de cidadania.

Lembrando que esta Constituição é resultado de uma ampla luta democrática que, de certa forma, resultou do fim do período de exceção extremamente dramático conduzido pela ditadura militar, em decorrência do cerceamento das liberdades públicas.

Com isso, na Constituição de 1988, o direito à informação passou a ser uma das exigências fundamentais para o mais amplo exercício das liberdades públicas. Desta forma, em qualquer circunstância, o direito que o cidadão tem de se informar não pode ser cerceado de nenhuma maneira.

Mas, como já foi colocado anteriormente, no Brasil, os grandes meios de comunicação responsáveis pela maior parte da formação da opinião pública, estão

concentrados nas mãos de poucos. O que faz refletir sobre o direito de se informar e o direito de obter as ferramentas e os canais necessários para difundir a notícia com seriedade e conteúdo. Neste sentido, ficou claro que faltou determinação dos governos Lula e Dilma Rousseff para criar uma política pública de comunicação capaz de diminuir o abismo entre o Estado e a sociedade – em nosso caso específico, o homem do campo.

Logo, não basta ter direitos, é necessário criar políticas de promoção de igualdade em relação aos mais diversos segmentos da sociedade, pois somente desta forma será possível fazer do Brasil um país mais democrático e igualitário.

Araújo diz que os direitos sociais “não são neutros do ponto de vista político e ideológico” (2009). Ele afirma, ainda, que é justamente na questão social que se delimitam as principais diferenças entre a compreensão de esquerda e direita – principalmente no que se refere à questão neoliberal.

As posições de esquerda se diferenciam do neoliberalismo em diversas políticas. Mas é na questão da igualdade social que se apresentam suas maiores diferenciações, com posições inconciliáveis. Ser de esquerda é, na política macroeconômica, ser desenvolvimentista, mas com um claro conteúdo social. É preciso crescer de forma sustentada e acelerada, mas com distribuição de renda, com fortalecimento do mercado interno e com fortes preocupações voltadas para a sustentabilidade ambiental. Queremos um estado forte, mas para manter políticas públicas que favoreçam a justiça social e uma sociedade mais coesa e solidária, e não como máquina de favorecimento ao capital. (ARAÚJO, 2009, p.17-18).

A ausência de uma discriminação no plano jurídico-legal não quer dizer que as práticas sociais não existam, mas fica claro que no campo ideológico a igualdade social almejada ainda está distante de acontecer. Por isso, para o autor, grande parte da população brasileira só tem acesso a uma cidadania limitada. “Mas existem milhões de outras pessoas que são ainda mais desiguais, sendo duplamente ou triplamente discriminadas, em uma combinação perversa de discriminação econômica, social, política e cultural” (ARAÚJO, 2009, p. 175).

Tiago Gomes Cordeiro (2011, p.3) vai dizer que, tanto a política social quanto o direito social, estão diretamente ligados à ideia de política pública. Com base na obra das autoras Behring e Boschetti, *Política social: fundamentos e história* (2010), Cordeiro argumenta que a política social tem sua expansão efetiva no século 20, após o término da Segunda Guerra Mundial, quando se concretiza o Estado Social Capitalista.

E, com bastante clareza, ele explica que as políticas sociais devem ser analisadas a partir da história e contexto de cada país, mesmo porque cada nação teve, ao longo dos tempos, graus de desenvolvimento diferentes. E este grau de desenvolvimento está diretamente relacionado à classe trabalhadora e às forças produtivas. Logo, é preciso salientar que “as políticas públicas variam no tempo e no espaço”, como reforça Potyara A. P. Pereira (2009b: p. 99 apud CORDEIRO, 2011, p. 3).

O surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado. (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 64 apud CORDEIRO, 2011, p. 4).

No Brasil, o desenvolvimento das políticas sociais ainda é mais tardio. Seu início é atrelado a questões trabalhistas, sendo crucial o ano de 1923, com a Lei Eloy Chaves, que institui as Caixas de Aposentadoria e Pensão. Nos anos seguintes, época da Ditadura Vargas, ou Estado Novo, principalmente o ano de 1937, foi promulgada uma nova Constituição Federal e, em 1943, criada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que sistematizou toda a legislação trabalhista vigente até novembro de 2017. Examinando parte da literatura existente sobre política social, observa-se que esta é reconhecida como estratégia de governo e que necessita de articulação entre diferentes setores organizados e pactuados para sua realização, visando o atendimento às necessidades sociais e tendo como fundamento a justiça social.

Na perspectiva da justiça social, as políticas sociais são consideradas como estratégia para a realização dos direitos. Quando a política social não consegue se traduzir em direitos, passa a ser meramente medida controladora ou burocrática dos governos. É no âmbito da realização de direitos que as políticas sociais se voltam ao atendimento das necessidades sociais, permitindo aos cidadãos acessarem recursos e serviços indispensáveis para a vida cotidiana. Nesse sentido, a política pública, ou seja, a política social:

Visa concretizar direitos sociais conquistados pela sociedade e incorporados nas leis. Ou melhor, os direitos sociais declarados e garantidos nas leis são, de regra, conquistas da sociedade e só têm aplicabilidade por meio de políticas públicas, as quais, por sua vez, operacionalizam-se por meio de programas, projetos e serviços. (PEREIRA, 2009b, p. 95 apud CORDEIRO, 2011, p. 5).

Dessa forma, observamos que os direitos vêm sendo conquistados desde o século 18, iniciando com os direitos civis, expandidos com os direitos políticos no século 19 e, a partir do século 20, com os direitos sociais.

Quanto à realização dos direitos sociais, essa dependerá da intervenção do Estado em virtude desse agente ser o regulador das políticas públicas que materializam os direitos sociais em políticas sociais. Nesse contexto, Couto (2008) define que:

A concretização dos direitos sociais depende da intervenção do Estado, estando atrelados às condições econômicas e à base fiscal estatal para serem garantidos. Sua materialidade dá-se por meio de políticas sociais públicas, executadas na órbita do Estado. Essa vinculação de dependência das condições econômicas tem sido a principal causa dos problemas da viabilização dos direitos sociais, que, não raro, são entendidos apenas como produto de um processo político, sem expressão no terreno da materialidade das políticas sociais. (COUTO, 2008, p. 48 apud CORDEIRO, 2011, p. 5-6).

Cabe ressaltar o fato de os direitos sociais serem um produto social histórico, significando que estão em constante construção, na dependência das relações de forças existentes na sociedade capitalista, passando pelas tensões existentes entre a classe trabalhadora e os detentores dos meios de produção.

Desta forma, a política social e o direito social despontam, desde o final do século 20, como um desafio para os profissionais que o operacionalizam, principalmente aos assistentes sociais que atuam numa interface entre a população e a concretização de políticas e direitos.

O economista Ladislau Dowbor (2015) propõe alternativas de desenvolvimento para a economia brasileira que, no seu entender, influenciariam toda a América Latina, pelo seu tamanho e dinamismo.

Mas, segundo ele, como economia não é uma atividade em si, para compreendê-la é necessário entender as principais grandes áreas: produção material, infraestruturas, serviços de intermediação e políticas sociais.

Para Dowbor, não é tão complicado entender economia se tivermos como ponto de partida o que realmente interessa do ponto de vista da qualidade de vida, separando o que é importante e objetivo do que é demagógico e de interesse particular. “Eu, francamente, acho mais legítimos os interesses dos trabalhadores do

que dos banqueiros. Banco é atividade meio, e os meios têm de se adequar aos fins, que é a vida digna de todas as famílias” (DOWBOR, 2015, p. 10).

Para o autor, para que as áreas de produção material, infraestruturas e serviços de intermediação funcionem, é imprescindível o bom andamento da quarta área: políticas sociais, que são, basicamente: saúde, educação, cultura, turismo, lazer, esporte, habitação, segurança, entre outras.

Esses setores têm em comum o fato de constituírem investimentos nas pessoas. Se não tivermos pessoas com bom nível educacional, com saúde, vivendo de maneira decente – ou seja, com qualidade de vida –, nenhuma das outras áreas de atividades irá funcionar. É a dimensão do chamado capital humano, mas muito além dos aspectos de formação de mão de obra. No Brasil, esse aspecto é particularmente sensível, pois durante séculos deixou-se de investir nas pessoas, a não ser na reprodução das elites. (DOWBOR, 2015, p. 99).

Portanto, manter uma massa popular na pobreza e na ignorância tornou-se funcional.

Só muito recentemente se despertou para o resgate da imensa dívida social deste país dividido e ainda assolado pelos ódios das elites contra qualquer iniciativa de inclusão. Um pequeno exemplo do reconhecimento dessa dívida social é a política de cotas para negros e estudantes oriundos das escolas públicas nas universidades públicas do Brasil.

Uma dimensão econômica importante das políticas sociais é que sempre foram qualificadas, no Brasil, como gasto e não como investimento. Como os esforços de inclusão através de investimentos sociais dão-se por meio de iniciativas públicas, esse gasto será sistematicamente atacado como populismo, inchaço da máquina do Estado e argumentos semelhantes. Desta forma, a imagem de um setor privado que produz e de um Estado gastador tornou-se, não mais uma ideia, mas um preconceito no sentido de gerar reações ideológicas impenetráveis ao raciocínio e diariamente marteladas na – e pela – mídia.

Na economia tudo pode ser considerado, ao mesmo tempo, custo e resultado, insumo e produto. E, nas políticas sociais, o investimento do setor público é fundamental.

Vimos assim setores de atividade na área de políticas sociais: saúde; educação; cultura e informação; turismo, lazer e esporte; habitação social; e segurança. São atividades fins, na medida em que ter uma vida com saúde, cultura, segurança é o que mais queremos. Mas não são produtos de prateleira, como a panela que compramos e levamos para casa. Constituem, essencialmente, sistemas de organização social. (DOWBOR, 2015, p. 128).

Dowbor (2015) explica que quem produz compra matéria-prima, vende e, com o dinheiro da venda, compra mais matéria-prima, e assim por diante, fechando o ciclo. O sistema privado, empresarial, é muito mais simples nesse sentido, porque recupera o seu investimento numa rotação do ciclo. No caso da educação ou da habitação social – assim como outros setores das políticas sociais –, é bem mais complexo, pois é preciso cobrar impostos, gerar uma cultura comunitária, transformar o cotidiano das pessoas, obter a participação das organizações da sociedade civil, vencer a resistência política dos mais ricos, enfrentar a mídia comercial que prioriza sempre a privatização. Para o autor, as políticas sociais necessitam de envolvimento e a participação da comunidade, o que implica a geração de uma outra cultura política. “E mudança cultural é um processo muito mais lento e complexo do que, por exemplo, a produção e a venda de panelas” (DOWBOR, 2015, p. 129).

Ao reforçar o que podemos chamar de tecido social, com menos desigualdade, mais ambiente colaborativo, um conjunto de características que se tem chamado de capital social, tudo passa a funcionar melhor, como se tem constatado no Canadá, nos países nórdicos, na Holanda e em outros países.

No conjunto, são políticas em que o público e, em particular, o sistema público descentralizado e participativo têm funcionado muito melhor. Sistemas privados de saúde, de educação e semelhantes têm funcionado bem apenas para elites, aprofundando em geral os desequilíbrios e empurrando os problemas para a frente, em vez de enfrentá-los. E a verdade é que o sistema público universal permite reduzir as desigualdades, ao igualar as oportunidades, e também os custos, gerando maior produtividade sistêmica. (DOWBOR, 2015, p. 129-130).

As políticas sociais são produtos de consumo coletivo: é melhor para todos quando todos têm acesso.

2.1 - Agenda neoliberal e o pós-2002

Na década de 80, a Inglaterra de Margaret Thatcher e os EUA de Ronald Reagan colocam em prática as medidas ideológicas e conservadoras do neoliberalismo, algo que ganhou força e irradiou-se para outras nações mundo afora, principalmente aquelas do então chamado Terceiro Mundo.

Essas medidas chegaram tardiamente no Brasil, pois, neste período, o país estava envolvido nas grandes manifestações contra o regime militar, a favor da Democracia e das *Diretas Já*. O resultado dessa luta e o rompimento com o regime ditatorial militar resultou em uma Constituição com inúmeros avanços – por isso, apelidada de Constituição Cidadã.

Entre as conquistas, pode-se destacar, na área social, a universalização da saúde pública, a uniformização da previdência pública urbana e rural, a ampliação dos direitos trabalhistas, entre outras. No entanto, não demorou para que as concepções neoliberais começassem a tomar forma no Brasil. Primeiro, com Fernando Collor de Melo e, depois, com Fernando Henrique Cardoso, com seu Plano Diretor de Reforma do Estado.

Coube ao governo Fernando Henrique a retomada forte da agenda neoliberal, sintetizada no seu Plano Diretor de Reforma do Estado, cuja agenda econômica era a quebra dos monopólios e a privatização das estatais; sua agenda social era a privatização da previdência e da saúde, a redução da presença do Estado na educação e a supressão dos direitos trabalhistas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), transferindo-os para a “livre” negociação entre empresários e trabalhadores. (ARAÚJO, 2009, p. 21).

Apesar do ímpeto do então governo, essa meta não foi alcançada em sua plenitude. Não por falta de vontade, mas porque, a partir do segundo mandato de FHC (1999-2002), o neoliberalismo passou a enfrentar enormes crises, principalmente nos países emergentes, caso do Brasil. Nesta época, o Brasil quebrou duas vezes e, além disso, o país sofreu o apagão elétrico, o que enfraqueceu o governo consideravelmente, inclusive impossibilitando FHC de avançar nas propostas privatizantes.

Não se pode esquecer também que na Constituinte de 1988 os direitos sociais foram, em sua maioria, constitucionalizados, o que dificultou a aprovação de

mudanças nessas áreas, já que o então presidente, além do desgaste, precisava de aprovação no Congresso. Mas, a partir de 2003, com a eleição de Lula à Presidência, a onda neoliberal foi estancada no país e muitas das conquistas do povo brasileiro foram mantidas e ampliadas.

Lula e sua equipe econômica deram ênfase às políticas distributivas, com aumento do salário mínimo acima da inflação, reajustes dos benefícios da Previdência Social, a criação do Programa Bolsa Família, Luz para Todos, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Universidade para Todos (ProUni), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – este, mesmo sendo uma das políticas alimentares mais antigas do país, foi no governo Lula que o Programa passou a ser discutido como instrumento de segurança alimentar. Foi neste governo também que as políticas de segurança alimentar tomaram espaço na agenda governamental. Entre elas, destacam-se a implantação do PAA e do PNAE, dois programas que abrem os mercados para os agricultores familiares. Foi a partir desses programas que o Brasil passa a rever o papel das compras governamentais, no sentido de torná-las instrumentos estatais de incentivo e de criação de mercados para a agricultura familiar, além de, ao mesmo tempo, influenciar na melhoria da qualidade da alimentação da população.

Por falta de uma política pública de comunicação adequada que levasse a informação, sem ruídos, até as pessoas interessadas, vários programas – entre eles o PAA, PNAE e o PRONAF –, possivelmente deixaram de ter um número maior de beneficiados.

Os canais de comunicação e as informações corretas, explicativas, também contribuiriam para que as famílias do campo se apoderassem desses programas enquanto conquista, a ponto de não mais terem cortes no orçamento ou risco de serem extintos. Ou seja, poderiam deixar de ser uma política pública de governo para ser uma política pública de Estado.

Em outras palavras, uma política de governo, mesmo sendo de grande importância, tem poucas garantias de que permanecerá existindo, principalmente quando há mudanças na gestão do aparelho executor. Já a política de Estado é o resultado de uma tomada de consciência da classe política e, principalmente, da sociedade em geral sobre a importância e a necessidade de determinado assunto. Desta forma, mesmo com as alternâncias de governo, o programa que tenha sido

apropriado pela sociedade tem maior possibilidade de não ser abandonado ou ter seus princípios distorcidos.

2.2 - O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Grisa e Triches (2015) explicam que as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) começaram a tomar espaço na agenda governamental com o governo Lula, em 2003. “Dentre estas políticas, destacam-se aquelas relacionadas à abertura de mercados institucionais para os agricultores familiares, como o PAA e o PNAE” (GRISA; TRICHES, 2015, p. 11).

O PAA foi criado em 2003, junto com outras iniciativas vinculadas à promoção da SAN no País – como o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), o restabelecimento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e o lançamento do Programa Fome Zero (do qual o PAA faz parte) – e ao fortalecimento da agricultura familiar. O PAA resultou do acúmulo de um conjunto de reflexões e de reivindicações trazidas por atores da sociedade civil e por gestores públicos que, desde a década de 1990, atuaram nos temas da fome e da SAN. Sua criação também conflui com as reivindicações das organizações da agricultura familiar por ações de apoio à comercialização da produção agrícola, sendo estas demandas expressas desde a década de 1970 (GRISA, 2012, p. 13).

De acordo com as autoras, o CONSEA pode ser identificado como o espaço onde o PAA foi gestado, pois, segundo elas, assim que foi restabelecido, este Conselho começou a discutir diretrizes para as ações nas áreas de alimentação, nutrição e agricultura familiar. Gestores públicos e representantes dos movimentos sociais e sindicais da agricultura familiar, organizações religiosas, organizações não governamentais, organizações de defesa do consumidor, intelectuais, organizações vinculadas à SAN e à agroecologia, além de associações empresariais, faziam-se presentes neste espaço, onde apresentaram, dialogaram, disputaram e defenderam suas ideias e concepções sobre SAN e agricultura familiar.

Um dos primeiros trabalhos do CONSEA foi o documento “Diretrizes de Segurança Alimentar e do Desenvolvimento Agrário para o Plano Safra – 2003/2004” (Subsídios Técnicos do CONSEA), elaborado por um Grupo Técnico deste Conselho e um Grupo Interministerial formado pelo MESA, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, notadamente na figura da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (GRISA; TRICHES, 2015, p. 13).

Segundo informações do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o PAA foi instituído pelo Artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, e possui duas finalidades básicas: garantir o acesso à alimentação às populações em situação de risco e incentivar a agricultura familiar. Para o alcance desses dois objetivos, o Programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e destina-os às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino. O PAA também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar. Além disso, o programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo. O orçamento do PAA é composto por recursos do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

O Programa pode atuar por meio de seis modalidades: compra com doação simultânea, compra direta, apoio à formação de estoques, incentivo à produção e ao consumo de leite, compra institucional e aquisição de sementes. O PAA vem sendo executado por estados e municípios em parceria com o MDS e pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

O PAA foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero. Esta Lei foi alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 e regulamentada por diversos decretos, o que está em vigência é o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. O programa é uma das ações do governo federal para a Inclusão Produtiva Rural das famílias mais pobres (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2017).

De acordo com os técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Souza e Valadares (2015), a partir de 2010, com o lançamento do Programa

Brasil Sem Miséria, o PAA adquiriu *status* estratégico e incorporou a incumbência de promover a inclusão produtiva de pequenos produtores rurais em situação de extrema pobreza.

Entre o final de 2012 e início de 2013, o Programa – que vinha funcionando de forma exitosa na estruturação produtiva dos pequenos agricultores rurais e também como importante meio de promoção de segurança alimentar –, passou por consideráveis mudanças institucionais e normativas que reduziram o papel da CONAB no programa e, em contrapartida, conferiram maior centralidade estratégica às modalidades estaduais e municipais de adesão dos produtores. Tais mudanças coincidiram com a ampliação do protagonismo do MDS na gestão e financiamento do programa, e com a paulatina retirada do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) dessas funções.

Essas alterações foram decorrentes das diretrizes estratégicas do Plano Brasil Sem Miséria (2011) criado com o desafio de superar a extrema pobreza no país. Para isso, o Governo Federal procurou ampliar a articulação entre governo central, governos estaduais e municipais.

2.3 - Reflexos da mudança

Segundo Souza e Valadares, de 2012 para 2013, verificou-se uma diminuição de 49,8% no número total de produtores familiares que participaram como fornecedores beneficiários do programa – de 192,4 mil, em 2012, para 96,5 mil, em 2013 –, e uma baixa de 47,2% dos recursos nele investidos – de R\$ 839,2 milhões para R\$ 442,7 milhões, no mesmo período. Ainda, segundo os pesquisadores do IPEA, essa queda, no entanto, não ocorreu da mesma forma em todas as modalidades do Programa.

Como pode ser notado na Tabela 1, a queda concentrou-se fortemente nas modalidades operadas pela CONAB, cujos recursos caíram 62% em relação a 2012 – de R\$ 586,5 milhões para R\$ 224,5 milhões –, com concomitante redução do número de fornecedores a apenas 40,8 mil, menos de 1/3 do total de 128,2 mil registrado em 2012.

Tabela 1: Número de agricultores fornecedores e total de recursos investidos no PAA, 2012 e 2013.

Modalidades	2012		2013	
	Agricultores fornecedores	Total de recursos (R\$)	Agricultores fornecedores	Total de recursos (R\$)
PAA CONAB	128.294	586.567.130,50	40.866	224.517.124,45
PAA Estadual	18.753	55.318.656,43	21.406	70.995.107,08
PAA Municipal	17.192	59.627.492,48	14.210	40.146.871,09
PAA Estadual + Municipal	35.945	114.946.149	35.616	111.141.978
PAA Leite	28.254	137.704.717,97	20.051	107.044.299,23
Total	192.493	839.217.997	96.533	442.703.402

Fonte: PAA Data.

Ativar o Windows

Tabela 1 – Número de agricultores fornecedores e total de recursos investidos no PAA 2012/2013

Fonte: PAA Data (http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/151215_nt_disoc_21.pdf)

É importante compreender que as alterações que resultaram no baixo desempenho do PAA em 2013 estão relacionadas ao processo de redefinição de estratégias de atuação do MDS no Programa. Ou seja, em linhas gerais, tal processo substituiu o modelo de convênio pelo modelo centrado nos termos de adesão, celebrados entre o Ministério e administrações estaduais e municipais.

Qual a grande questão que está colocada? Ao reduzir a participação da CONAB no plano estratégico do PAA, cedendo espaço para os estados e municípios, o governo desarticulou o plano organizativo pelo qual boa parte do Programa estava alicerçada por meio de associações e cooperativas, o que contribuía na articulação entre produtores e unidades receptoras beneficiadas com a entrega dos alimentos.

As cooperativas e associações de produtores, absorvendo, como ente coletivo, as tarefas relativas aos requisitos burocráticos de entrada no programa e à construção das propostas de participação junto às unidades receptoras, desoneram os produtores do cumprimento individual dessas exigências, que não raro demandam informações e condições – como acesso à internet – de que muitos não podem dispor. Ademais, a vinculação a cooperativas e associações tem-se revelado fundamental para assegurar a participação dos pequenos produtores, visto que, para a constituição dessas organizações, todos os membros são contemplados na medida de suas capacidades de oferta. Por fim, a doação simultânea no PAA-CONAB, ao absorver a produção de agricultores mais vulneráveis e estimular sua diversidade, contribuiu para garantir a segurança alimentar dos próprios agricultores. (SOUZA; VALADARES, 2015, p. 5).

Observa-se que, em todas as regiões do país, o Programa registrou avassaladora diminuição, em termos de número de produtores participantes e de recursos investidos, entre os anos de 2012 e 2013. No Sul, o total de agricultores que

forneciam alimentos ao PAA caiu 82%; no Nordeste, a queda foi de 63%; no Sudeste, de 60%. Mesmo no Norte e no Centro-Oeste, regiões onde o programa contava com menor número de participantes, registraram-se reduções de 47% e 52%, respectivamente.

A redução do número de fornecedores beneficiários, entre 2012 e 2013, também atingiu em proporções similares todos os grupos do PRONAF. O grupo V, o mais estruturado da agricultura familiar, que reúne produtores com renda anual bruta acima de R\$ 20 mil e até R\$ 360 mil, seguiu sendo o mais representativo entre os agricultores que participam do PAA CONAB – 51% do total em 2013, recebendo 53% dos recursos –, mas, em termos absolutos, reduziu-se em 69% no biênio de referência. Os grupos A e A/C, que abrangem assentados de reforma agrária, e o grupo B, formado pelos agricultores mais pobres (com renda anual bruta de até R\$ 20 mil), tiveram baixas de 62%, 59% e 64%, respectivamente. Vale ressaltar que os participantes que se identificam como agricultores familiares formam a maioria dos fornecedores do PAA CONAB: 63%.

Do ponto de vista da segurança alimentar, a retração do PAA trouxe sérios prejuízos. A redução de 62% no total de recursos, devido, antes a problemas de execução que a cortes orçamentários, implicou queda de 56% no número de consumidores beneficiários – de 18,2 milhões para 7,9 milhões – e de 72% no número total de entidades beneficiadas. Entre estas, por exemplo, verificou-se uma redução de 72% no número de creches e pré-escolas e de 70% no número de escolas beneficiadas com o recebimento de alimentos adquiridos por meio do programa.

Isto não significa, certamente, que os estabelecimentos escolares deixaram de receber alimentos, mas que estes passaram a ser fornecidos por outros programas, como o PNAE. Mas outras entidades – como asilos, instituições de amparo a crianças, deficientes, abrigos, albergues – podem ter ficado desassistidos em algum grau. Em todo caso, é forçoso admitir que o drástico encolhimento do PAA CONAB teve por efeito não apenas a presumível desestruturação de cooperativas de pequenos agricultores – em virtude da redução da “doação simultânea” –, mas, ainda, a restrição dos meios de garantir a segurança alimentar dos produtores mais pobres e dos beneficiários consumidores a que se destinavam os alimentos cultivados por eles. (SOUZA; VALADARES, 2015, p. 7-8).

As mudanças observadas no PAA CONAB, porém, conjugam-se com reorientações normativas e administrativas, a partir das quais se vem conferindo ênfase crescente ao PAA Estadual e ao PAA Municipal, que operam a doação simultânea sob a coordenação do MDS. Trata-se de outra linha de operação da

modalidade de doação simultânea, executada não pela CONAB, mas por prefeituras e governos estaduais que aderem ao programa.

2.4 - PAA nos estados e municípios

Em 2013, uma nova estratégia de execução do PAA foi conduzida pelo MDS. Se, até 2012, Distrito Federal, estados e municípios operavam no programa por meio de convênios com o Ministério, a partir de 2013 a execução do programa deu-se, em grande medida, pela celebração de termos de adesão. Do total de recursos alocados no PAA Municipal, quase 80% se referiram ao novo modelo de operação. No que diz respeito ao PAA Estadual, a transição se revelou mais lenta: os termos de adesão foram responsáveis por 25% do total de recursos aplicados em 2013.

A transferência de recursos pelo MDS, nesta nova forma de operação, dá-se via instituição financeira oficial, diretamente a cada agricultor familiar, por meio de cartão bancário próprio para o recebimento dos recursos do PAA. É responsabilidade dos estados e das prefeituras participantes fazer o registro correto e tempestivo no sistema informatizado (SIS-PAA) de todas as informações necessárias para que o MDS autorize esse pagamento. É, também, responsabilidade exclusiva das unidades executoras emitir e guardar toda a documentação fiscal referente à operacionalização do programa, além de acompanhar, apoiar, supervisionar e fiscalizar a aquisição dos produtos, sua qualidade, sua guarda (até o momento da destinação ao público definido) e sua destinação.

Em outras palavras, o novo desenho operacional não desburocratizou o programa, apenas. Ele aprofundou o processo de descentralização, transferindo para as unidades executoras não somente a responsabilidade pela execução da política, mas também por seu planejamento, administração e fiscalização. Ao MDS cabe, essencialmente, enviar ordem bancária para que a instituição financeira efetue o pagamento diretamente a cada agricultor, desde que as informações alimentadas no sistema pela unidade executora estejam em conformidade com valores e metas definidos nos Planos Operacionais Anuais. (SOUZA; VALADARES, 2015, p. 9).

Em primeiro lugar, importa ressaltar que o PAA Estadual e Municipal não se expandiram. Se era esta a intenção das mudanças, o resultado não pôde ser observado, conforme aponta a Tabela 1 (p.55). O PAA Estadual apresentou, em 2013,

incremento de 28% no total de recursos aplicados em relação a 2012, mas de apenas 14% no total de agricultores fornecedores. Já o PAA Municipal, no mesmo período, sofreu uma redução de 33% no total de recursos e de 17% no total de agricultores fornecedores. Esses dois movimentos – quando somados – foram responsáveis por uma pequena contração no total de recursos destinados ao PAA Estadual e Municipal (-3,3%), com relativa estabilidade no número total de agricultores beneficiados (-0,9%).

Por fim, destaca-se que não há informações públicas disponíveis sobre entidades e pessoas beneficiadas como consumidoras dos produtos adquiridos pelo PAA via termos de adesão em 2013. Consta no PAA Data, contudo, que o PAA Municipal adquiriu, em 2013, uma cesta que inclui 338 variedades de produtos via termos de adesão. Já no PAA Estadual, essa cesta contemplou 203 tipos de produtos. Quando se compara esse resultado com os alcançados pelo PAA CONAB, observa-se que a cesta adquirida por estados e prefeituras tende a ser mais restrita. Em 2013, mesmo com a significativa redução da execução do programa pela CONAB, a cesta de aquisições contemplou 424 variedades de produtos, 25% a mais do que o “PAA Municipal Termos de Adesão” e 109% a mais do que o “PAA Estadual Termos de Adesão”. Em 2012, quando a CONAB executou o PAA como habitualmente vinha operando no passado, a lista de produtos atingiu 604 variedades (ver Tabela 2).

Produtos	Número de produtos na lista	
	2012	2013
PAA Conab MDS	604	424
PAA Conab MDA	83	34
PAA Municipal Convênios	383	200
PAA Municipal Termos de Adesão	91	338
PAA Estadual Convênios	367	332
PAA Estadual Termos de Adesão	36	203

Tabela 2 – Número de tipos de produtos adquiridos pelo PAA por Órgão Executor (Brasil: 2012-2013).
Fonte: PAA Data.

O ano de 2013 foi um ano de transição para o PAA. Na CONAB, uma série de ajustes internos acarretou acentuada queda em sua execução. No MDS, a transição do modelo de convênios para o de termos de adesão também comprometeu a implementação do programa. Nesse contexto, a desejada ampliação do PAA não se efetivou. Pelo contrário, o programa sofreu um importante enxugamento.

Diante deste cenário, somado à crise política instalada no país após as eleições de 2014, parece difícil prever como se comportarão modalidades e unidades executoras do PAA assim que o novo desenho estiver consolidado – se é que conseguirá se consolidar nesta nova conjuntura.

Uma tendência apenas parece se desenhar: a estratégia de governo para promover a expansão do PAA foi fortalecer e priorizar a execução do programa via estados e municípios. Se esta é realmente uma tendência, cumpre analisar como se diferem os modelos de execução do PAA Estadual e Municipal e da CONAB, pois essas diferenças revelam as novas diretrizes do programa. Sobre esse ponto, uma questão fundamental salta aos olhos: enquanto a CONAB opera, necessariamente, por meio da articulação com associações e cooperativas de agricultores familiares, o modelo arquitetado pelo MDS via termos de adesão promove formas de participação individualizada dos fornecedores beneficiários. Em outras palavras, se no PAA CONAB as associações e cooperativas são os atores principais, no PAA Estadual e Municipal são os indivíduos que ocupam essa posição.

Esta distinção pode acarretar mudanças substantivas na forma como o programa opera. As organizações associativas induzidas pelo PAA, ou pré-existentes a ele, funcionam como veículo importante de organização das comunidades. Como foi dito, elas absorvem, como entes coletivos, as obrigações relativas aos requisitos burocráticos de entrada no programa e à construção das propostas de participação junto às entidades socioassistenciais. O cumprimento individual dessa tarefa por cada produtor poderia esbarrar em grandes dificuldades, além de comprometer a desejável simplificação do processo de operacionalização do programa. No modelo incentivado pelo MDS, por seu turno, toda a operação passa a ser de responsabilidade do produtor beneficiário, que, isoladamente, recebe seu benefício via cartão individual, ao entregar a produção no local combinado. (SOUZA; VALADARES, 2015, p. 14).

Além disso, é importante ressaltar que, apesar da determinação de metas para a inclusão dos agricultores extremamente pobres no programa parecer justa e adequada aos objetivos do programa, a preocupação em incluí-los não garante que eles transitarão de uma economia de subsistência rural para uma agricultura familiar produtora de excedentes monetários. Esta transição depende de um trabalho mais estruturado, que organize os produtores em bases associativas, exatamente como a CONAB vinha construindo ao longo dos últimos anos.

Se essa preocupação deixar de existir, o PAA pode passar de instrumento para uma estratégia de desenvolvimento rural para instrumento de administração da extrema pobreza rural, tal qual uma política focalizada e individualizada de

transferência de renda. (DELGADO, 2013, p. 12 apud VALADARES; SOUZA, 2015, p. 14).

Sobre esse risco, convém ainda lembrar que o termo de adesão assinado com o MDS não exige que estados e municípios apresentem contrapartidas formais. Ademais, sublinha-se que, embora exista previsão da União de conceder apoio financeiro aos executores, com a finalidade de contribuir com as despesas de operacionalização, este apoio não tem acontecido. Neste contexto, parece difícil que municípios pobres, principalmente, consigam desempenhar todas as funções esperadas a contento. Na verdade, parece difícil que os municípios pobres consigam participar do programa.

O PAA está, aparentemente, caminhando para se restringir ao fomento econômico, mediante a garantia estrita de comercialização e de preços. A dimensão social – que incentiva a estruturação da agricultura familiar como produtora de alimentos, fortalece suas organizações associativas, estimula a diversidade produtiva, garante a segurança alimentar tanto dos agricultores produtores como dos beneficiários consumidores – tem sido relegada a segundo plano. Além disso, há outros fatores apontados pelo estudo feito pelos pesquisadores do IPEA (SOUZA; VALADARES, 2015, p.15) informando que há queixa por parte dos agricultores familiares em relação ao limite de compra por produtor.

De acordo com o levantamento, embora o teto máximo de compra tenha subido ao longo dos anos, este aumento ainda foi pequeno e não suficiente para dar ao agricultor uma renda satisfatória. Também foi identificada a dificuldade de adequação à legislação sanitária e a falta de controle social em algumas regiões do país, como o Nordeste - deficiência dos conselhos municipais de segurança alimentar.

Ainda há um sério problema que é a pouca divulgação e a falta de conhecimento do Programa por parte dos produtores e beneficiados. Estas foram algumas dificuldades apontadas, principalmente nos primeiros estudos realizados pelo IPEA entre os anos de 2005 e 2009 e que parecem vir diminuindo à medida que o PAA vem sendo mais conhecido entre os agricultores. Um problema ainda recorrente é a falta de assistência técnica à produção, o que se constitui um importante desafio para o PAA, pois é uma questão estruturante e que limita o próprio acesso dos agricultores ao programa.

Dificuldades apontadas	Total	Nordeste	Sul	Doação simultânea
Atraso e descontinuidade na liberação dos recursos	52	70	40	40
Falta de estrutura de transporte, estocagem e beneficiamento	41	60	10	10
Baixo limite de compra por produtor	38	30	40	50
Dificuldade de adequação à legislação sanitária	31	50	20	20
Dificuldade no preenchimento dos formulários e documentação	28	40	20	20
Falta de controle social	28	60	0	0
Pouca divulgação do programa	28	50	10	0
Falta de conhecimento do funcionamento do programa por parte dos produtores e beneficiados	24	50	0	20
Falta de assistência técnica	21	30	10	10

Tabela 3 - Dificuldades do PAA mais frequentemente apontadas nas pesquisas realizadas sobre o programa (Em %)
Fonte: IPEA 2014

Obs.: total dos estudos levantados (N = 29); estudos realizados na região Nordeste (N = 10); estudos realizados na região Sul (N = 10); e estudos que abrangeram apenas a modalidade doação simultânea (N = 10).

Como pode ser observado na tabela acima, apesar da promoção à diversificação produtiva e do estímulo ao consumo de produtos locais e de qualidade, há uma certa dificuldade dos agricultores em obter informações da existência e de como funcionam programas como o PAA, o PNAE e o PRONAF. Com exceção de algumas cooperativas e associações, não se veem iniciativas dos municípios para tentar facilitar o acesso dos produtores aos programas. Com isso, perde o produtor, o consumidor e também o município, que se vê inviabilizado de receber novos recursos federais em função da falta de vontade dos gestores públicos.

2.5 - Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Como já foi dito anteriormente, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma das políticas alimentares mais antigas no Brasil, existindo desde 1954, mas foi somente a partir de 2003 que passou a ser discutido como instrumento de segurança alimentar e desenvolvimento sustentável por meio das compras públicas de pequenos agricultores.

Sua origem ocorreu por volta de 1930, por influência de um grupo de nutrólogos sociais, entre eles Josué de Castro (RODRIGUES, 2004 apud GRISA; TRICHES, 2015, p. 16).

Em 31 de março de 1955, é assinado o Decreto nº 37.106, que institui a Campanha de Merenda Escolar (CME), subordinada ao Ministério da Educação. O Programa começa articulado às organizações internacionais de ajuda alimentar criadas após a II Guerra Mundial, tais como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento (USAID) e o Programa Mundial de Alimentos (PMA).

A partir de 1976, os recursos para o Programa passaram a ser financiados pelo Ministério da Educação e gerenciados pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar, fazendo parte do segundo Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN). Outro momento histórico é que, a partir da Constituição de 1988, a alimentação dos escolares de ensino fundamental passou a ser um direito constituído e dever do Estado.

Até 1994, o desenho e o gerenciamento do Programa mantiveram centralizado o processo de aquisição de gêneros alimentícios. Mas, devido a interesses da indústria alimentícia, priorizou-se a distribuição de alimentos formulados e industrializados, que eram comprados de um conjunto selecionado de algumas empresas, por meio de licitação pública, e distribuídos para todo o território nacional. A centralização absorveu o maior volume dos recursos financeiros do Programa, afetando a sua operacionalização e a eficácia dos resultados, em consequência de um conjunto de distorções como: sistemas complexos de fornecimento e de armazenamento dos produtos (acarretando o fornecimento de alimentos vencidos aos estudantes), cartelização dos fornecedores, elevação dos custos da merenda, homogeneização da alimentação escolar no país, entre outros (SPINELLI; CANESQUI, 2002 apud GRISA; TRICHES, 2015, p. 16).

A partir deste mesmo ano, a descentralização dos recursos para execução do Programa foi instituída, mas sua consolidação só ocorreu a partir de 1998, quando a transferência de recursos passou a ser feita automaticamente, sem a necessidade de celebração de convênios ou quaisquer outros instrumentos similares, permitindo maior agilidade ao processo.

Foi somente a partir de 2003, com as políticas alimentares de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e do Programa Fome Zero do Governo Federal que começa a revisão dos programas alimentares, especialmente o de alimentação escolar. Com essa nova conformação do Estado, a política de SAN começava a acenar para o comprometimento, por um lado, com a inclusão dos pequenos produtores e, por outro, com a revisão dos hábitos alimentares e das condições nutricionais da população. Já na Resolução nº 15, de 16 de junho de 2003, o objetivo do PNAE passa a ser o de “suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos, com vistas a garantir a implantação da política de Segurança Alimentar e contribuir para a formação de bons hábitos alimentares” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2003).

Em um primeiro momento, houve o aumento de recursos alocados e do público atendido. Comparando os valores de 1995 a 2012, nota-se um acréscimo de mais de cinco vezes, passando de R\$ 590 milhões (contemplando 33,2 milhões de alunos) para mais de R\$ 3 bilhões (atendendo aproximadamente 43 milhões de escolares) (FNDE, 2014). Em um segundo momento, o Programa passa a pautar-se por princípios, a partir da Resolução nº 32, de 10 de agosto de 2006, que vão além da descentralização e remetem à universalidade, à equidade, à participação social e ao respeito à cultura alimentar. Mas, acima de tudo, a Resolução de 2006 promulga, entre suas diretrizes, o apoio ao desenvolvimento sustentável, além da promoção de alimentação saudável e adequada, a educação alimentar e nutricional.

Até 2009, os processos de aquisição pública para o Programa de alimentação escolar estavam associados, exclusivamente, à Lei 8.666/1993, que instituiu normas para licitações e contratos da Administração Pública, sancionada em junho de 1993. No entanto, desde que foi criada, a Lei de Licitações tem sofrido críticas, o que fundamentou o debate em torno de uma adequação com maior ou menor grau de burocratização. A burocracia da Lei 8.666 procurou limitar o grau de decisão do agente público, de modo a minimizar o seu comportamento oportunista, pormenorizando os regulamentos que deveriam ser obedecidos e que funcionariam como salvaguardas contratuais a esse tipo de comportamento. No entanto, algumas avaliações sobre a lei defendem a sua flexibilização, considerando que, *a priori*, o agente público é confiável e, principalmente, em virtude da oneração do custo de transação embutido e das limitações da Lei em cumprir os princípios da SAN e do desenvolvimento sustentável.

2.6 - Novo momento do PNAE

A partir de novas concepções políticas relacionadas à SAN que entraram na agenda pública, passou-se a orientar as compras governamentais para alguns fornecedores que encontravam limitações em competir nos processos licitatórios, como os agricultores familiares. Com esse intuito, o Estado passou a considerar outros valores nas aquisições públicas, como o social, o ambiental e a saúde, e não somente o menor preço e a concorrência. Confluyente com esta orientação, instituiu-se o PAA em 2003 (Lei n.º 10.696) com instrumentos que suplantavam a Lei de Licitações, sendo que muitos municípios se utilizaram do Programa para abastecer escolas e creches públicas e filantrópicas.

O PAA tornou-se o primeiro mecanismo de promoção de desenvolvimento local a partir de compras governamentais, sinalizando o grande potencial que o PNAE teria em concretizar as políticas de SAN vinculando consumo e produção. Conjuntamente ao PAA, algumas experiências locais também fomentaram esta discussão, pois passaram a adquirir produtos de agricultores familiares, adaptando o processo licitatório vigente. (TRICHES e SCHNEIDER, 2010 apud GRISA; TRICHES, 2015, p. 17).

Neste contexto, um momento fundamental no PNAE foi a mudança nos princípios e regulamentos das aquisições públicas, que ocorreu em 2009 com a promulgação da Lei n.º 11.947, e pela Resolução n.º 38 (atualizada pela Resolução 26/2013). Essa nova legislação inaugura as tentativas de transformar a retórica em realidade e apoiar efetivamente o desenvolvimento local e sustentável, e promover a SAN. A Lei, notadamente em seu artigo 14, ampara explicitamente a agricultura familiar, tornando obrigatória a utilização de, no mínimo, 30% do valor remetido pelo FNDE às entidades executoras (estados, municípios, Distrito Federal e escolas federais) do PNAE na aquisição de gêneros alimentícios desses fornecedores. Ademais, se até então todas as compras estavam sob a obrigatoriedade de seguir os preceitos legais de isonomia e da concorrência, abre-se um precedente histórico para o fornecedor caracterizado como agricultor familiar por meio das chamadas públicas, dispensando-o do processo licitatório.

Segundo Saraiva (2013), um ano após a Lei, 47,4% dos municípios já tinham adquirido alimentos da agricultura familiar para o PNAE e o percentual de compra

nestes municípios foi, em média, de 22,7%. A região Sul do país apresentou o maior percentual de compra de alimentos da agricultura familiar (71,3%) e o Centro-Oeste apresentou o menor (35,3%). Em 2012, a proporção destas aquisições no Brasil aumentou para 67%, sendo que na região Sul atingiu 87%, tendo em vista o alto nível dos capitais físicos e sociais, incluindo os altos níveis de afiliação cooperativa.

Há poucos dados mais específicos sobre o desempenho das compras públicas de agricultores familiares pelo PNAE, mas, considerando que em 2015 o potencial de recursos fosse de três bilhões de reais por ano, a utilização de 30% deste montante somaria em torno de um milhão de reais investidos na agricultura familiar. Número este que pode ser maior, considerando as contrapartidas estaduais e municipais.

Não obstante estas inovações, o novo modelo de compras públicas do PNAE ainda está em fase de aprimoramento, visto que outras dificuldades foram criadas, além do que as barreiras de entrada para o agricultor familiar nos mercados formais ainda persistem. Segundo Grisa e Triches (2015), de acordo com alguns levantamentos (ROZENDO, BASTOS E MOLINA, 2014; SOUZA, 2012; BACCARIN *et al.* 2011; SARAIVA *et al.*, 2013), alguns dos desafios apontados para atender a nova legislação são: as dificuldades de organização e planejamento dos agricultores, os problemas e os custos de logística, a falta de capacitação financeira e gerencial dos atores envolvidos ou de compreensão das possibilidades engendradas pela política pública, a falta de documentação dos agricultores, a desconfiança dos mesmos em relação ao poder público, a inexistência de agricultura familiar no local, a inviabilidade de fornecimento regular e constante, as estruturas inadequadas ou insuficientes nas escolas e a falta de articulação entre os gestores e os agricultores fornecedores.

Muito embora as macrorregulamentações venham tentando abarcar as especificidades da produção e da compra de alimentos em menor escala e da agricultura familiar, nem sempre estes regramentos são suficientes ou dão conta da complexidade envolvida neste novo formato de operacionalização, seja pelas dificuldades de mudanças e da dependência de caminho nos procedimentos da gestão pública, seja por limitações históricas de infraestrutura e de recursos humanos, ou, ainda, em virtude de que os processos de mudança não ocorrem sem disputas de poder entre o instituído e hegemônico e o alternativo e periférico.

“Estas discrepâncias podem ser minimizadas no nível local, onde o Programa é efetivamente operacionalizado” (GRISA, TRICHES, 2015, p. 19). A autoras usam Triches (2010), por exemplo, para demonstrar que, a partir do momento em que a

gestão municipal passou a ser realizada pelas escolas ou Entidades Executoras (EE), com a instituição dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), houve modificações substanciais na qualidade da alimentação escolar. Complementarmente, apontam Grisa e Triches (2015), outro elemento importante neste sentido é o capital social (TRICHES e SCHNEIDER, 2010 apud GRISA, TRICHES, 2015, p. 19) e a permeabilidade do Estado (FROHELICH, 2010 apud GRISA, TRICHES, 2015, p. 19). Os locais que conseguiram utilizar as aquisições públicas como instrumento de desenvolvimento sustentável demonstraram que a estrutura poderia ser modificada a partir dos atores e de seu poder de agência, e que esse poder se acentuava no nível local, em que as relações são mais passíveis de interfaces e negociações.

Nas experiências bem sucedidas no Brasil, verifica-se a partilha da gestão pública com a sociedade, constatada a partir da governança em conjunto com os conselhos gestores. Neste contexto, estes espaços promoveram o diálogo de várias instâncias governamentais, providenciando o encontro entre os diversos atores, o que tem permitido avançar em relação à superação das barreiras colocadas no nível macrorregulatório do Estado e do mercado.

Agora, é visível que, com as mudanças que ocorreram na última década, ambos os Programas (PAA e PNAE) - por meio de seus gestores públicos e de seus espaços de participação e controle social - têm debatido como levar a cabo estas modificações estruturais de maneira a alcançar o objetivo de desenvolvimento rural e de SAN. Adaptações e aperfeiçoamentos foram e são sugeridos, negociados e realizados durante este percurso, no sentido de minimizar ou erradicar os problemas encontrados pelo caminho. Exemplos disso são os vários seminários realizados para avaliar o PAA – em conjunto com a comunidade científica e com a sociedade civil –, as constantes resoluções do conselho gestor do PAA, as frequentes “Exposições de Motivo” do CONSEA sobre o desempenho de ambos os Programas, e as mudanças regulamentares do PNAE a partir da revisão da Resolução nº 38/2009 pela Resolução nº 26/2013.

Mesmo com este esforço, como registrado na seção anterior, a viabilização dos Programas muitas vezes se dá por requisitos como a governança, o capital social e a ação dos atores sociais. Sem estes ingredientes, muitas das suas potencialidades perdem-se ou não acontecem. Para Grisa e Triches (2015), também é de conhecimento corrente que, em locais onde a agricultura familiar utiliza de dispositivos coletivos como Conselhos, Associações, Cooperativas ou da Extensão Rural ou

Sindicatos (TRICHES et al., 2014, SOARES et al., 2013), estes programas obtêm mais êxito. Com base em diversas obras (ROZENDO, BASTOS E MOLINA, 2014; BALESTRIM, 2014; FROELICH, 2010), as autoras acrescentam que é corrente também que as entidades executoras que conseguem atender ao artigo 14 da Lei 11.947/2009 do PNAE possuem uma gestão local e profissionais que entendem e apoiam esta política, construindo um arranjo político e institucional comunicativo, cooperativo e interativo. Frisa-se, portanto, que esta efetividade, que ocorre muito por conta da descentralização dos programas, também é uma mudança que, em grande parte dos contextos sociais, ainda precisa ser construída e fortalecida.

Entre as maiores dificuldades observadas para a aplicação da lei, está a pouca organização dos produtores familiares para fazer frente a nova demanda, o que inclui, entre outras coisas, a falta de nota fiscal e o despreparo para atender as exigências sanitárias e de regularidade de fornecimento. Portanto, mesmo com os avanços promovidos pela experiência previa do PAA, a agricultura familiar não estava estruturada suficientemente ainda para fornecer para o PNAE na escala e qualidade exigidas com a nova lei. Além disto, havia a dificuldade logística: nem os agricultores conseguiam muitas vezes entregar, nem a escola ou a prefeitura possuía um centro para receber os produtos. (GALINDO et al., 2014, p. 98).

O que é mais importante destacar é que as experiências do PAA e do PNAE vêm mostrando, na prática, o poder que os mercados institucionais têm para promover mudanças no sentido da sustentabilidade.

Por meio das compras públicas, o governo pode usar a força do mercado para incentivar estratégias de produção mais sustentáveis do ponto de vista social e ambiental, como vem acontecendo no caso destes dois programas. Mesmo com as alterações sofridas, há de se concordar que a inovação trazida pelo PAA abriu portas para que a agricultura familiar pudesse ter acesso a este importante mercado de compras públicas de alimentos, inicialmente para doação a populações carentes e, depois, ampliado para as compras da alimentação escolar e mercados institucionais em geral. Mesmo com todas as dificuldades decorrentes da burocracia inerente da máquina estatal, a experiência mostrou que, havendo vontade política, as soluções e flexibilizações podem ser encontradas para adequar os processos de modo a viabilizar este tipo de ação pública.

Mesmo com o crescimento observado no montante de recursos aplicados e no público atendido pelo PAA, o alcance do programa ainda é pequeno frente ao universo destes agricultores.

Um dos principais desafios a ser enfrentado para viabilizar o crescimento desse mercado de compras públicas da agricultura familiar é o de melhorar a estrutura logística de apoio a estas compras, em que entram questões básicas como transporte, beneficiamento e armazenamento. Para isto, é importante ampliar as parcerias, envolvendo governos estaduais, municipais, organizações de produtores, organizações não governamentais (ONGs) e instituições diversas no sentido de somar esforços para dar ao setor as condições mínimas de atender a demanda criada por estes programas. (GALINDO et al., 2014, p. 101).

Outra necessidade urgente é coordenar as ações governamentais de modo a melhorar a assistência técnica e a oferta de crédito para atender a estas demandas. É fundamental que exista uma assistência técnica continuada e capaz de dar apoio ao planejamento da unidade produtiva familiar, de forma integrada, incluindo a sua diversidade de produção. O mesmo vale para o papel dos bancos, que precisam avaliar e aprovar projetos de crédito para sistemas de produção consorciados, que associem cultivos diversos e produção animal, considerando o todo da unidade produtiva. Neste aspecto, destaca-se a criação, pelo MDA, do PRONAF Sustentável (2009), programa que busca associar a assistência técnica com a oferta de crédito nesta visão integrada da unidade produtiva familiar. É importante que este novo programa seja, de fato, implantado e amplie as suas ações com o foco de atender a esta crescente demanda do mercado institucional de alimentos para a agricultura familiar.

2.7 - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

Nesta seção, além de tratarmos da importância do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), enquanto política pública nacional e seus impactos, também vamos procurar demonstrar quem são os agricultores familiares brasileiros, sua importância na geração de renda e trabalho no meio rural e para a produção de alimentos.

Segundo o especialista César Nunes de Castro, em 2006 existiam 4.367.902 estabelecimentos agropecuários de caráter familiar, o que correspondia a aproximadamente 84% do total de unidades agropecuárias e garantindo a ocupação

de cerca de 74% da mão de obra na área rural (CASTRO, 2015, p. 52). O segmento da agricultura familiar detém em torno de 20% das terras e responde por aproximadamente 38% da produção nacional, fornecendo alguns produtos básicos da dieta do brasileiro, como feijão, arroz, milho, hortaliças, mandioca e pequenos animais. Para alguns destes produtos, o setor chega a ser responsável por 60% da produção.

Em geral, os agricultores familiares possuem baixo nível de escolaridade e adotam como estratégia de negócio, conscientemente ou não, a diversificação dos produtos cultivados, numa tentativa de aumentar a renda e aproveitar as oportunidades de oferta ambiental e disponibilidade de mão de obra. Por ser mais diversificada que a agricultura de grande escala, a agricultura familiar traz benefícios socioeconômicos, como o emprego de mais trabalhadores por área, e ambientais, devido à maior sustentabilidade ambiental de um sistema de policultura versus o sistema da monocultura praticado pelo segmento empresarial da agricultura brasileira. (RESENDE, 2014, p. 253-254).

Vale ressaltar, também, o papel da agricultura familiar como fator redutor do êxodo rural. Foi justamente pensando na importância desse segmento que o governo federal criou uma série de programas que atendessem às demandas específicas dos agricultores familiares, entre elas o acesso a crédito, o acesso à terra e a criação de mecanismos de auxílio à comercialização. Entre os programas criados está o PRONAF, em 1995, com a finalidade de incentivar a agricultura familiar através de mecanismo de financiamento da produção e de formação de capital voltado especificamente para este segmento, com taxas de juros especiais.

Segundo o Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, um dos principais objetivos do PRONAF é “melhorar a qualidade de vida no segmento da agricultura familiar, mediante promoção do desenvolvimento rural de forma sustentada, aumento de sua capacidade produtiva e abertura de novas oportunidades de emprego e renda” (BRASIL, 1996).

De acordo com Resende (2014, p. 255), historicamente, no Brasil, os agricultores familiares sempre receberam pouco apoio do poder público para realizar sua atividade. Este segmento foi, comparativamente, negligenciado pelas diversas esferas governamentais ao longo do processo de modernização da agricultura brasileira, que iniciou em meados do século 20, logo após o final da Segunda Guerra Mundial. O próprio conceito de agricultura familiar não havia sido incorporado pelos produtores rurais e suas associações nos seus pleitos frente ao poder público.

Um dos instrumentos responsáveis pelo processo de modernização da agropecuária nacional foi o crédito – uma ferramenta importante no financiamento da produção.

Segundo o levantamento de Resende (2014), até 1994 não havia, no Brasil, uma linha de crédito específica para a agricultura familiar. “Antes de 1996, o pequeno agricultor disputava o crédito rural oficial com o grande produtor, que possuía maior acesso aos mecanismos de financiamento rural que os pequenos agricultores” (RESENDE, 2014, p. 256).

Diante dos debates que vinham ocorrendo no âmbito da sociedade civil e do poder público, e também da pressão do segmento sobre o governo federal, em 1995 elaborou-se o PRONAF, no início do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso.

O Programa foi instituído por resolução do Banco Central (nº 2.191, de 24 de agosto de 1995), com a finalidade de conceder crédito de custeio e investimento na atividade produtiva familiar. Os beneficiários eram pequenos agricultores que apresentavam a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e o limite de financiamento de projetos grupais ou coletivos era de R\$ 50 mil, respeitando-se o limite individual de R\$ 10 mil, com taxas de juros de 16% ao ano (a.a.) e as de rebate de 25%. Em 1996, o PRONAF foi reformulado pelo Decreto nº 1.946, de 28 de junho, que apresentava algumas mudanças no texto legal, como redução da taxa de juro para 9% a.a., limite de crédito de custeio de R\$ 5 mil, de investimento de R\$ 15 mil por beneficiário individual e R\$ 75 mil para crédito coletivo, respeitando o crédito individual (ALEIXO *et al.*, 2007, apud RESENDE, 2014, p. 258). O Decreto nº 1.946/1996, em seu Artigo 2º, parágrafo 2º, assenta os objetivos e as diretrizes do programa:

Art. 2º O PRONAF assenta-se na estratégia da parceria entre os Governos Municipais, Estaduais e Federal, a iniciativa privada e os agricultores familiares e suas organizações.

§ 1º A aplicação de recursos do Governo Federal no PRONAF requer a adesão voluntária dos Estados, dos Municípios, da iniciativa privada e dos agricultores familiares às normas operacionais do Programa e à efetivação de suas contrapartidas.

§ 2º As ações do Programa orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

a) melhorar a qualidade de vida no segmento da agricultura familiar, mediante promoção do desenvolvimento rural de forma sustentada, aumento de sua capacidade produtiva e abertura de novas oportunidades de emprego e renda;

- b) proporcionar o aprimoramento das tecnologias empregadas, mediante estímulos à pesquisa, desenvolvimento e difusão de técnicas adequadas à agricultura familiar, com vistas ao aumento da produtividade do trabalho agrícola, conjugado com a proteção do meio ambiente;
- c) fomentar o aprimoramento profissional do agricultor familiar, proporcionando-lhe novos padrões tecnológicos e gerenciais;
- d) adequar e implantar a infraestrutura física e social necessária ao melhor desempenho produtivo dos agricultores familiares, fortalecendo os serviços de apoio à implementação de seus projetos, à obtenção de financiamento em volume suficiente e oportuno dentro do calendário agrícola e o seu acesso e permanência no mercado, em condições competitivas;
- e) atuar em função das demandas estabelecidas nos níveis municipal, estadual e federal pelos agricultores familiares e suas organizações;
- f) agilizar os processos administrativos, de modo a permitir que os benefícios proporcionados pelo Programa sejam rapidamente absorvidos pelos agricultores familiares e suas organizações;
- g) buscar a participação dos agricultores familiares e de seus representantes nas decisões e iniciativas do Programa;
- h) promover parcerias entre os poderes públicos e o setor privado para o desenvolvimento das ações previstas, como forma de se obter apoio e fomentar processos autenticamente participativos e descentralizados;
- i) estimular e potencializar as experiências de desenvolvimento, que estejam sendo executadas pelos agricultores familiares e suas organizações, nas áreas de educação, formação, pesquisas e produção, entre outras. (Brasil, 1996).

No entanto, até julho de 2006 não havia nenhuma legislação que estabelecesse diretrizes para a formulação de uma política nacional para a agricultura familiar. Para sanar esta lacuna, o governo Lula promulgou, em 24 de julho de 2006, a Lei nº 11.326, que conceituou a agricultura familiar e estabeleceu princípios e instrumentos. Desta forma, este segmento ficou definido da seguinte forma:

“Art. 3 Para os efeitos desta lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 ha (dois hectares) ou ocupem até 500 m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e falcadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente;

V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do Art. 3º;

VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do Art. 3º. (BRASIL, 2006).

Para que o agricultor possa ter acesso ao PRONAF, ele precisa obter, por meio de sindicato rural ou de empresa de assistência e extensão rural (EMATER), que normalmente são autarquias vinculadas às pastas da agricultura de cada estado, a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). No Estado a EMATER responsável é a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). O documento é emitido segundo a renda anual e as atividades exploradas, direcionando o agricultor para as linhas específicas de crédito a que tem direito. Além disso, o interessado deve estar com o Cadastro de Pessoa Física (CPF) regularizado e livre de dívidas. As condições de crédito, as formas de pagamento e as taxas de juros, referentes a cada linha concedida, são estipuladas anualmente pelo Plano Safra da Agricultura Familiar.

Vale ressaltar que os agricultores beneficiários da reforma agrária e do crédito fundiário devem procurar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ou a unidade técnica estadual (UTE).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do país. A taxa de juro subsidiada constitui, assim, uma das principais características do PRONAF e é o cerne da

abordagem para fortalecer a agricultura familiar, ao permitir que mesmo produtores com baixo retorno econômico nas suas atividades produtivas tenham condições de acessar o crédito.

As categorias de grupos de empréstimos do PRONAF estão consolidadas, a partir de 2010, em cinco grandes estratificações: I) agroindústria familiar; II) grupo A; III) grupo A/C; IV) grupo B; e V) agricultores familiares.

O grupo A é formado pelos assentados em projetos de reforma agrária.

Os demais grupos estão divididos em função da renda bruta anual e da participação da mão de obra familiar nos trabalhos do estabelecimento.

Desses grupos restantes, destacam-se o grupo B, de agricultores familiares com renda muito baixa (renda bruta familiar anual menor que R\$ 6 mil), e o grupo da agricultura familiar, de agricultores com renda comparativamente mais elevada (renda bruta familiar anual entre R\$ 6 mil e R\$ 110 mil).

Na tabela 4, são apresentados os valores de empréstimos totais contratados pelos agricultores de cada grupo, por região, entre 2000 e 2010. (RESENDE, 2014, p. 260).

Grupos	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Agroindústria familiar	0	1.757.819	24.907	0	0
A	2.542.127.054	2.355.958.431	555.453.241	836.367.215	1.395.490.553
A/C	50.188.070	118.947.707	57.852.383	59.863.855	130.626.454
B	253.010.943	4.558.348.357	553.397.644	272.974.616	4.890.331
Agricultura familiar	4.224.607.283	8.685.092.635	15.753.862.281	36.435.270.954	4.465.765.961
Outros	27.999.692	314.321	50.265	340.329.539	7.361
Total²	7.097.933.042	15.720.419.270	16.920.640.721	37.944.806.180	5.996.780.660

Tabela 4 - Valor total dos contratos de empréstimos concedidos, por grupos e macrorregiões 2000-2010 (Em R\$)¹

Fonte: Pires (2013, p. 47).

Nota 1: Valores constantes de 2010.

As taxas de juros normalmente praticadas pelo setor financeiro para as linhas de crédito de financiamento do setor agrícola eram, geralmente, incompatíveis com a taxa de retorno obtida pela maioria dos agricultores e, dessa forma, constituíam uma das principais barreiras de acesso ao crédito por parte deles.

A literatura especializada aponta benefícios diversos resultantes do programa. Aleixo (et al., 2007 apud RESENDE, 2014, p. 261), por exemplo, avalia que os indicadores de qualidade de vida dos assentados beneficiados pelo PRONAF melhoraram após a implantação do programa. Os resultados satisfatórios na qualidade de vida dos assentados ocorreram principalmente em relação ao acesso a bens de consumo duráveis e às condições de moradia. Isto, em parte, era esperado, pois entre os objetivos do programa está a geração de emprego e renda no meio rural,

com uma fixação maior do homem no campo, melhorias na infraestrutura dos domicílios dos assentados e consequentes melhorias de sanidade domiciliar.

Embora seja um programa nacional, no período analisado o PRONAF aplicou a maior parte dos seus recursos na região Sul do país, apesar de cerca de 50% dos agricultores familiares no Brasil, de acordo com os dados do IBGE de 2009 (RESENDE, 2014, p. 66) estarem localizados nos estados da região Nordeste. Este fato evidencia a falta de proporção entre a distribuição dos agricultores familiares pelo território brasileiro e a distribuição dos recursos do PRONAF.

Essa falta de proporção pode ser explicada por uma série de fatores, entre eles:

- a maior integração dos agricultores familiares da região Sul aos mercados e a maior dependência da aquisição de insumos agrícolas para garantir a produção;
- a melhor estrutura de divulgação e operacionalização montada pela assistência técnica oficial nos estados da região Sul comparativamente às demais regiões;
- a pressão do movimento sindical junto ao governo e aos bancos;
- a existência de uma rede bancária mais bem distribuída pelos municípios em relação às demais regiões;
- a presença da assistência técnica pública na maioria dos municípios – EMATERs e Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI);
- o surgimento do cooperativismo de crédito. (RESENDE, 2014, p. 264).



Mapa 1 - Distribuição espacial dos recursos do PRONAF, em nível municipal 2000-2010 (Em R\$)¹

Fonte: MDA

Elaboração: Resende (2014).

Nota 1: Valores constantes de 2010.

Macrorregião/ano	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
2000	40.433	242.221	108.284	461.961	34.000	886.899
2001	20.328	218.839	114.315	414.491	31.205	799.178
2002	31.320	299.349	113.129	426.556	28.970	899.324
2003	67.404	352.630	165.972	494.347	53.492	1.133.845
2004	118.116	580.504	205.121	520.720	55.754	1.480.215
2005	74.897	693.497	228.076	509.025	53.555	1.559.050
2006	92.254	801.041	260.366	515.215	52.034	1.720.910
2007	122.941	602.424	263.094	523.053	58.519	1.570.031
2008	101.245	445.529	227.494	510.001	43.250	1.327.519
2009	107.152	410.172	234.084	610.462	47.493	1.409.363
2010	93.039	629.630	245.835	482.758	45.072	1.496.334
Total	869.129	5.275.836	2.165.770	5.468.589	503.344	14.282.668

Tabela 5 - Beneficiários do PRONAF por macrorregião 2000-2010 (em números absolutos)

Fonte: MDA.

Elaboração: Resende (2014).

De acordo com Pires (2013), a política de concessão de crédito do PRONAF não é neutra em sua distribuição entre os seus beneficiados, pois se concentra mais no grupo Agricultores Familiares do que no PRONAF Grupo “B”, que são aqueles agricultores de mais baixa renda do meio rural (pescadoras, extrativistas, ribeirinhas, quilombolas, indígenas entre outros) assim como também se concentra mais nas regiões que se apresentam maior dinamismo econômico, como é o caso das regiões Sul e Sudeste.

Nesse sentido, não é a política de crédito do PRONAF que por si será responsável pela transformação desses estabelecimentos familiares; em especial, aqueles segmentos classificados como PRONAF B, que representam quase a metade do total de estabelecimentos da agropecuária nacional. É preciso muito mais que política de crédito para transformar a realidade desta camada da população brasileira, que ainda se arrasta pelas margens da sociedade e da economia nacional, tentando se incluir, primeiramente, como cidadão brasileiro, no amplo sentido da palavra, como também nas entranhas da economia nacional. (PIRES, 2013, p.58).

Mesmo com suas deformidades, o Programa tem se demonstrado uma importante ferramenta de criação de condições para que a produção das famílias se eleve, gerando renda, aumento da oferta de alimentos e maior integração do agricultor à cadeia do agronegócio, sem provocar êxodo rural.

Este movimento positivo ficou evidenciado a partir de 2002, quando houve uma considerável expansão do programa, bem como do montante de recursos disponibilizado por meio da expansão do crédito.

Em um breve histórico, é possível perceber que, entre 2002 e 2006, houve crescimento no número de contratos. Já na segunda fase, de 2006 a 2008, percebe-se uma queda neste número, mas que já a partir de 2008 demonstra uma ligeira recuperação na ampliação do crédito.

Mesmo em um ambiente macroeconômico com restrições monetárias, de crédito e fiscais (2000 a 2006), observa-se que na primeira fase houve uma expansão no valor total dos contratos de empréstimos do PRONAF, o qual passou de R\$ 4.613.992.000 (2000) para R\$ 9.629.147.057 (2006); isto é, apresentou uma variação de 108,69% no período. No caso do número total de contratos de beneficiados, para o mesmo período, verifica-se que o número passou de 886.899 beneficiados para 1.720.910; ou seja, expandiu-se pouco mais que 94%, entre 2000 e 2006. Essa estratégia de expansão do crédito em geral, utilizando o banco público como instrumento operacional desta política, refletiu também na recuperação da oferta de crédito para os agricultores familiares, pois o valor total dos contratos de empréstimos saiu de R\$ 8.907.985.630 (2008) para R\$ 11.543.678.796 (2010); isto é, teve um incremento de pouco mais de 87% no biênio. Já no caso do número total de contratos de beneficiados, observa-se o mesmo movimento verificado para a variável anterior, pois saltou de 1.327.519 beneficiados em 2008 para 1.496.334 em 2010; ou seja, um aumento de quase 13% no período destacado.

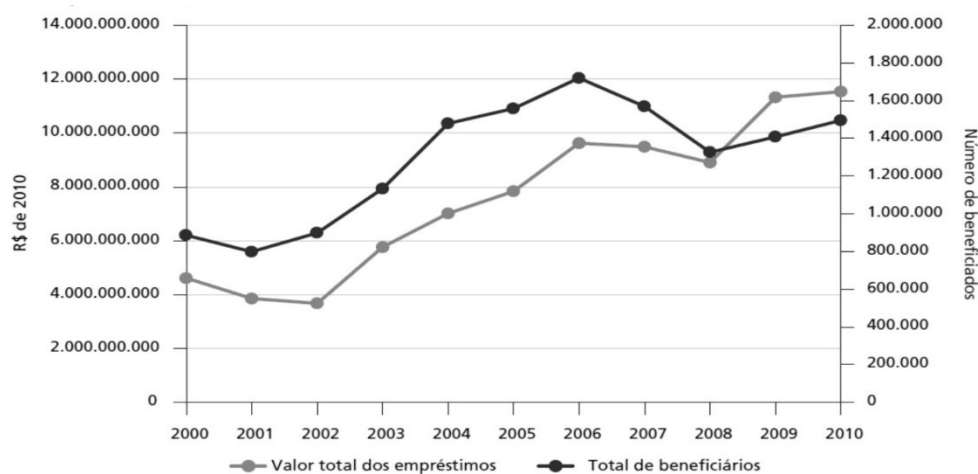


Gráfico 2 - Número total de contratos de beneficiários e valor¹ total dos empréstimos ao PRONAF (2000-2010)

Fonte: SAF/MDA.

Nota 1: Valores constantes de 2010.

É importante falar novamente que, no Brasil, as políticas sociais sempre foram qualificadas como gasto e não como investimento. Assim, a imagem de que o setor privado é eficiente e que o Estado gasta mal seus recursos tornou-se voz corrente entre a sociedade, gerando uma reação preconceituosa contra o Estado. Essa concepção vem da influência dos meios de comunicação privados, que transmitem esse sentimento diariamente.

É bom lembrar que esses meios de comunicação são os mesmos que operam contra qualquer iniciativa governamental que vá ao encontro da criação de canais públicos de comunicação.

E, como veremos nos próximos capítulos, é justamente por falta de canais como este que muitos dos pequenos agricultores da região da Média Mogiana, como os dos municípios de Caconde, Divinolândia, São José do Rio Pardo, São Sebastião da Gramma e Tapiratiba, ficam, muitas vezes, sem ter informações importantes sobre assuntos de extrema importância para o setor, como é o caso do PRONAF, PAA e PNAE.

3 - Os programas sociais nos municípios

Neste capítulo são apresentados alguns dados sobre as três principais políticas públicas do Governo Federal voltadas ao produtor rural, em especial o agricultor familiar. São elas: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária; Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública; e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção. Os recursos do PNAE devem ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades.

Para que o produtor possa ter acesso a uma dessas políticas públicas, é necessário fazer a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP). Sem este documento, ele fica inviabilizado de ter acesso a qualquer um dos três programas e também de outros, como, por exemplo, o da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

3.1 - PRONAF e PNAE em São José do Rio Pardo

De acordo com as informações do site da Coordenação Geral de Gestão Estratégica, Monitoramento e Avaliação, da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, vinculada à Casa Civil do Governo Federal (2017), em São José do Rio Pardo, até o mês de setembro de 2017, apenas 148 produtores haviam feito a *DAP*. O número é muito pequeno, tendo em vista as 1.092 propriedades rurais existentes no município. Estas propriedades encontram-se espalhadas em uma área de 39.180,10 hectares, dos quais cerca de 90% deles são

considerados de agricultura familiar, ou seja, possuem até quatro módulos fiscais (22 hectares).

No município de São José do Rio Pardo, a DAP é feita pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), que está sediada na Casa da Agricultura.¹

Ao verificar, no entanto, os dados que estão na Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) – Extrato DAP –, observa-se que há 148 DAPs ativas: 147 de pessoa física e uma de pessoa jurídica. Também constam no sistema outras 180 DAPs inativas – o que somaria, ao todo, 328 DAPs.

Mesmo que as outras 180 declarações estivessem ativas, o número continuaria pequeno frente à quantidade de propriedades rurais do município. Portanto, onde estariam os outros 764 produtores e produtoras que hoje não possuem nenhuma Declaração?

Estes dados reforçam a hipótese de que a ausência de canais de comunicação e ferramentas de informação contribui para que a grande maioria dos produtores sequer tenha conhecimento das políticas públicas do Governo Federal; ou tem acesso à informação de forma vaga e superficial, até mesmo de apenas “ouviu dizer”. Tudo leva a crer que eles não sabem os caminhos que devem percorrer para reivindicar algum dos benefícios ou créditos disponibilizados. Onde ir? Com quem falar? Como proceder? E, como já foi colocado antes, o primeiro passo é a DAP.

Outros dados reforçam a tese de que a falta de ferramentas de comunicação, de informação e de relacionamento direto com o público-alvo pode contribuir para que o pequeno agricultor deixe de se beneficiar das políticas públicas do Estado, como a pífia quantidade de lavouras asseguradas na safra 2015-2016: apenas 33 (R\$ 1.223.874,88). Esse número caiu para 32 na safra 2016-2017 (R\$ 1.126.414,93).

¹O processo para a emissão da DAP é bem simples: o agricultor precisa ir até um órgão emissor autorizado, que são as empresas estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural e os sindicatos rurais e de trabalhadores rurais. É necessário ter em mãos a carteira de identidade e o CPF do titular. No caso das pessoas casadas, devem ser apresentados também os documentos do cônjuge. Além dessas informações básicas, o interessado deve levar documentação que permita a análise dos rendimentos da produção e outros, tais como aposentadorias, programas sociais (Bolsa Família), emprego no meio rural ou urbano, por exemplo. Também poderá ser solicitado pelo emissor documentação comprobatória sobre a posse e uso da terra. A emissão da DAP não tem custo. É proibida cobrança de qualquer taxa, bem como a exigência de filiação a alguma entidade (Fonte: MDA-2016 - <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/saiba-como-obter-declaracao-de-aptidao-ao-pronaf-dap>).

Estrato (ha)	Unidades de Produção Agropecuária (UPAs)		Área total	
	Nº	%	Há	%
0 – 10	482	44,15	622,3	6,69
10 – 20	234	21,43	3348,6	8,55
20 – 50	205	18,77	6441,4	16,44
50 – 100	82	7,51	5810,7	14,83
100 – 200	55	5,04	7704,8	19,67
200 – 500	26	2,38	7450,0	19,01
500 – 1000	7	0,64	4551,3	11,62
1000 – 2000	1	0,09	1251,0	3,19

Tabela 6 - Estrutura Fundiária de São José do Rio Pardo

Fonte: LUPA – CATI/SAA (dados atualizados 28/07/2014)

Em relação ao PRONAF, que traz as informações que interessam neste caso, fica evidente o pequeno número de acesso ao crédito pelos produtores rio-pardenses. De acordo com as informações da Secretaria Especial de Agricultura Familiar (2017), em 2013, foram apenas 89 contratos de custeio (R\$ 1.672.557,48) e 28 de investimento (R\$ 1.135.607,47). Em 2014, estes números caíram para 80 contratos de custeio (R\$ 1.842.914,88) e 14 para investimento (R\$ 490.376,61). No ano seguinte, 2015, os contratos de custeio foram 73 (R\$ 1.947.193,41) e os de investimento tiveram um pequeno crescimento, para 25 (R\$ 1.581.266,98). Em 2016, houve mais queda nos números, desta vez os contratos de custeio caíram para 66 (R\$ 1.787.125,13) e os de investimento para 13 (R\$ 792.026,04). Nos quatro anos verificados, não foi registrado nenhum contrato para comercialização e nem para industrialização do produto produzido pelos agricultores.

Nos dois gráficos a seguir, de custeio de financiamento, verifica-se que, além do pequeno número de adesão aos programas de crédito do Governo Federal, os números caem a cada ano chegando aos poucos 79 produtores que tiveram acesso aos créditos – 66 para custeio e 13 para investimento.

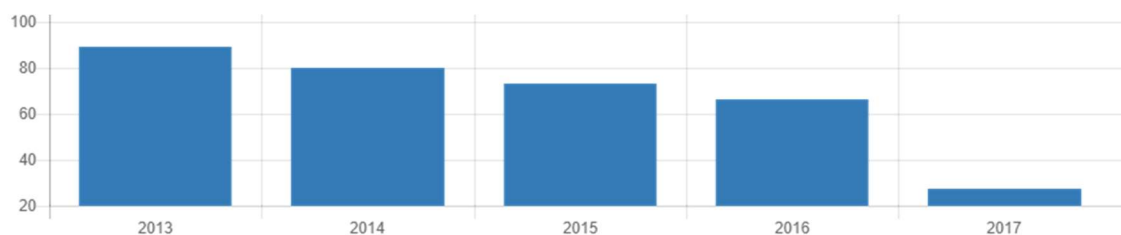


Gráfico 3 - Número de contratos de custeio (PRONAF)

São José do Rio Pardo

Fonte - <http://nead.mda.gov.br/politica/localidade/>

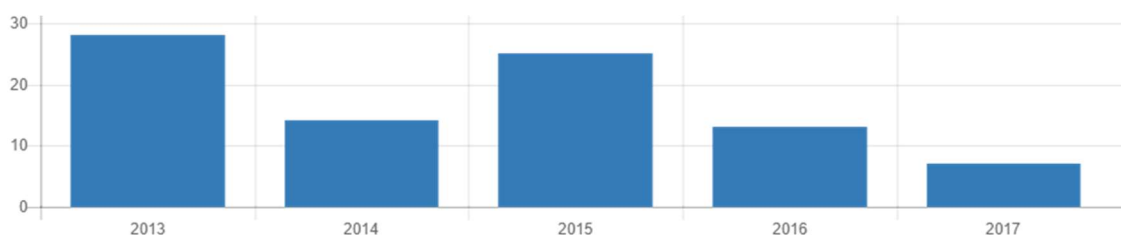


Gráfico 4 - Número de contratos de investimento (PRONAF)

São José do Rio Pardo

Fonte - <http://nead.mda.gov.br/politica/localidade/>

Outra política pública de grande relevância nos governos Lula e Dilma foi o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Sua importância deve-se ao incentivo à produção e comércio dos produtos da agricultura familiar e, ao mesmo tempo, à melhoria da qualidade da alimentação dos estudantes matriculados em escolas públicas (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos), filantrópicas e em entidades comunitárias conveniadas com o poder público.

A implementação do PNAE foi possível graças ao incentivo da Lei nº 11.947/2009 e pela Resolução nº 38/2009 (atualizada pela Resolução 26/2013), que determinam que 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a merenda nas escolas brasileiras, sejam destinados à aquisição dos produtos da agricultura familiar. A aquisição de gêneros alimentícios é realizada, sempre que possível, no mesmo município das escolas, o que fortalece a produção e a permanência das famílias no campo daquele local.

Em São José do Rio Pardo, entre os anos de 2011 e 2016, houve uma evolução importante, principalmente no que diz respeito ao início das compras dos produtos da agricultura familiar a partir de 2013.

Pelos estudos, percebe-se que, em 2011, por meio do PNAE, foram comprados R\$ 643.800,00 em produtos e, em 2012, um pouco menos, R\$ 635.356,00.

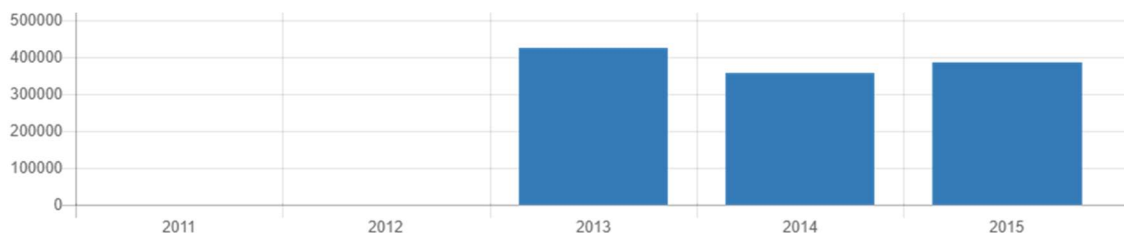
A partir de 2013, o valor total de compra passou para R\$ 760.040,00, sendo R\$ 424.386,10 da agricultura familiar, ou seja, 55,8% do total.

Em 2014, as compras foram de R\$ 643.648,00, sendo R\$ 357.775,29 só da produção da agricultura familiar (55,6%). E, em 2015, o total de compras chegou a R\$ 897.920,00, sendo R\$ 384.229,58 da agricultura familiar (42,8%).

Como pode-se observar, nos anos de 2011 e 2012 não foi registrada aquisição de produtos da agricultura familiar. No entanto, o gráfico abaixo mostra que, a partir de 2013, os números de compras referentes aos produtos do pequeno agricultor tornam-se bem expressivos.

Essa mudança na forma de aquisição de alimentos, valorizando a agricultura familiar do município, coincide com as mudanças por que passou o PAA a partir do final de 2012 (Lei nº 12.512/2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.775/2012). Essas alterações – institucional e normativa – realizadas pelo Governo Federal, transferiram o poder organizativo e estratégico, antes sob a responsabilidade das cooperativas e associações conveniadas com a CONAB, para os estados e municípios.

Essa redefinição acabou desarticulando o plano organizativo no qual boa parte do Programa estava alicerçada, por meio de associações e cooperativas, que contribuía na articulação entre produtores e unidades receptoras beneficiadas com a entrega dos alimentos.



**Gráfico 5 - Valor total de compras da agricultura familiar (PNAE)
São José do Rio Pardo**

Fonte: <http://nead.mda.gov.br/politica/localidade/>

3.2 - PRONAF e PNAE em Caconde

De acordo com o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (2010-2013), o município de Caconde possui 1.967 unidades de produção agropecuária (UPA), espalhadas em uma área de 43.898,5 hectares. Caconde é o município com o maior número de propriedades agrícolas entre os cinco que fazem parte deste estudo – Caconde, Divinolândia, São José do Rio Pardo, São Sebastião da Gramma e Tapiratiba. Desse total, mais de 90% são de propriedades de agricultura familiar, ou seja, possuem até quatro módulos fiscais (22 hectares cada módulo).

Caconde é também o município onde se verificou, segundo informações do site da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (2017), o melhor desempenho nos acessos às políticas públicas voltadas ao pequeno produtor rural.

Até o mês de setembro de 2017, dos 1.967 produtores, 631 deles haviam feito a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), número que difere do que consta nos dados da Coordenação Geral de Gestão Estratégica, Monitoramento e Avaliação, da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (2017). Nela, 622 produtores fizeram a DAP e outros 526 estão inativos. A soma dos ativos e inativos é de 1.148 produtores.

Outra informação que chama a atenção em relação ao vizinho município de São José do Rio Pardo é que, em Caconde, 85 propriedades tiveram acesso à Assistência Técnica de Extensão Rural (ATER) e 56 famílias foram beneficiadas pela assistência.

Também foi verificado que, em 2017, três famílias tiveram acesso ao Programa de Crédito Fundiário (PNCF). Antes de 2017, quatro famílias haviam tido acesso ao programa - 2012.

Além desses dados, vale registrar que na safra 2015-2016, 370 lavouras foram asseguradas pelo Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) e, na safra 2016-2017, foram 300 o número de lavouras. O valor assegurado em 2015-2016 chegou a R\$ 9.683.285,99 e, na safra seguinte, em R\$ 8.331.153,55.

Estrato (ha)	Unidades de Produção Agropecuária (UPAs)		Área total	
	Nº	%	Há	%
0 – 10	979	49,77	5302,8	12,08
10 – 20	465	23,64	6821,50	15,54
20 – 50	341	17,34	10517,60	23,96
50 – 100	118	6,00	8074,00	18,39
100 – 200	43	2,19	5814,80	13,25
200 – 500	19	0,97	6036,60	13,75
500 – 1000	2	0,10	1331,6	3,03
1000 – 2000	0	0		
2000 – 5000	0	0		
> 5000	0	0		
TOTAL	1967	100,0	43.898,46	100,0

Tabela 7 - Estrutura Fundiária de Caconde

Fonte: LUPA – CATII/SAA (2008)

Levantamentos realizados no site da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (2017) mostram que, de 2013 a 2017, houve uma queda no número de empréstimos para custeio – que financiam as despesas do ciclo da produção, com recursos para utilização em qualquer período da atividade.

As linhas de créditos para custeio são diferentes das de financiamento, que são direcionadas para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, no estabelecimento rural.

Em Caconde, em 2013, os contratos para custeio foram 467 (R\$ 10.474.263,26) e 191 de investimentos (R\$ 5.333.333,95). Em 2014, foram 403 contratos para custeio (R\$ 9.228.380,08) e 157 contratos de investimentos (R\$ 5.766.849,75). No ano seguinte, esses números caíram: foram 322 contratos de custeio (R\$ 8.193.620,15) e apenas 89 de investimentos (R\$ 3.984.319,21). Em 2016, tiveram 277 contratos de custeio formalizados (R\$ 7.752.395,78) e 117 de investimentos (R\$ 4.599.746,42). E, por fim, em 2017, até o mês de setembro, foram 144 contratos de custeio (R\$ 4.620.928,81) e 43 de investimento (R\$ 1.903.473,07).

De qualquer forma, o que fica evidente nos números apresentados é que a quantidade de contratos de custeio foi caindo ano a ano. Na linha de crédito para investimento, também não foi muito diferente: mesmo com uma pequena reação em 2016, não se reverteu a tendência estabelecida em um cenário de crise política e econômica que se abateu sobre o país a partir de 2013.

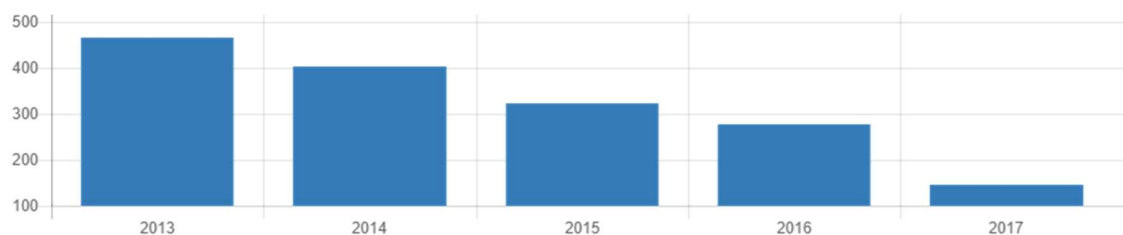


Gráfico 6 - Número de contratos de custeio (PRONAF)

Caconde

Fonte: <http://nead.mda.gov.br/politica/localidade/>

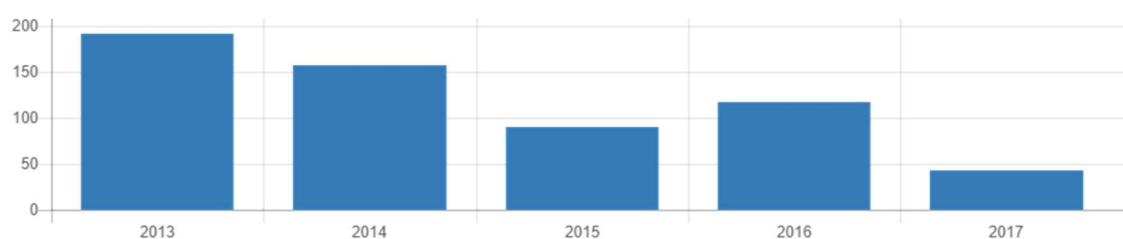


Gráfico 7 - Número de contratos de investimento (PRONAF)

Caconde

Fonte: <http://nead.mda.gov.br/politica/localidade/>

Já o PNAE, segundo a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (2017), em 2011, apresentou um total de compras no município de R\$ 251.280,00 – desse total, apenas R\$ 8.207,25 foram da agricultura familiar (3,3%).

No ano seguinte, mesmo com valores aquém do que se esperava, houve um significativo aumento nas compras dos produtos agrícolas, principalmente nos itens da agricultura familiar. Dos R\$ 268.800 de compras, R\$ 48.937,27 foram da agricultura familiar (18,2%).

Em 2013, houve outra retração: R\$ 300.400,00 de compras, sendo R\$ 12.134,32 da agricultura familiar (4%).

Já em 2014, houve um salto significativo nas compras da agricultura familiar. O total adquirido pelo PNAE foi de R\$ 283.248,00 e o da agricultura familiar chegou a R\$ 106.360,76 (37,6%).

Estes valores continuaram crescendo em 2015 com um total de compras de R\$ 332.730,00, sendo R\$ 193.087,09 advindos da agricultura familiar (58%).

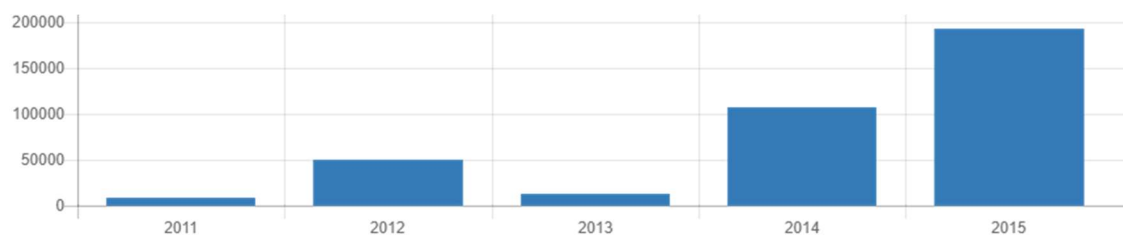


Gráfico 8 - Valor total de compras da agricultura familiar (PNAE)

Caconde

Fonte: <http://nead.mda.gov.br/politica/localidade/>

3.3 - PRONAF e PNAE em Divinolândia

Com uma área de 23.277,2 hectares e 1.164 propriedades rurais, segundo o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (2010-2013), o município de Divinolândia possui aproximadamente 95% das propriedades rurais enquadradas nas especificações de agricultura familiar.

Estrato (ha)	Unidades de Produção Agropecuária (UPAs)		Área total	
	Nº	%	Há	%
0 – 10	503	43,21	2.686,70	11,54
10 – 20	334	28,69	4.869,00	20,92
20 – 50	263	22,59	7.985,90	34,31
50 – 100	41	3,52	2.743,70	11,79
100 – 200	17	1,46	2.283,90	9,81
200 – 500	5	0,43	1.263,30	5,43
500 – 1000	0	0	0	0
1000 – 2000	1	0,09	1.443,80	6,20
2000 – 5000	0	0	0	0
> 5000	0	0	0	0
TOTAL	1164	100.0	23277.2	100.0

Tabela 8 - Estrutura Fundiária de Divinolândia

Fonte: LUPA – CATI/SAA (2008)

Segundo informações do site da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (2017), apesar da grande quantidade de propriedades,

principalmente de até quatro módulos fiscais, o acesso às políticas públicas do Governo Federal voltadas ao pequeno produtor rural é pequeno.

No ano de 2017, até o mês de setembro, apenas 358 proprietários de terras haviam feito a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e outros 332 estavam com a declaração inativa.

Ainda em 2017, 37 propriedades haviam recebido algum tipo de atendimento de Assistência Técnica de Extensão Rural (ATER) e 33 famílias foram beneficiadas pela assistência.

Em relação ao Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), há apenas o registro de uma família, em 2017, que adquiriu uma área de 2,42 (ha), no valor de R\$ 87.500. Não há registro de acesso ao PNCF em anos anteriores.

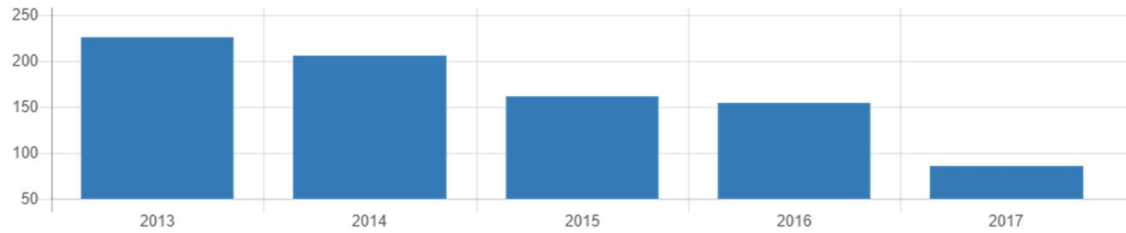
Segundo o MDA, o PNCF oferece condições para que os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra possam comprar um imóvel rural. Os recursos ainda podem ser usados na estruturação e na contratação ATER.

Já em relação ao Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), safra 2015-2016, foram 163 o número de lavouras asseguradas (R\$ 5.633.955,95). O número, em 2016-2017, chegou a 169 (R\$ 6.680.391,43).

Sobre o PRONAF, se olharmos os números de 2013 a 2017, verificamos que foi ocorrendo uma queda na quantidade de empréstimos para custeio e uma oscilação no número de contratos para investimento, entre os anos de 2013 e 2016, com uma queda forte em 2017.

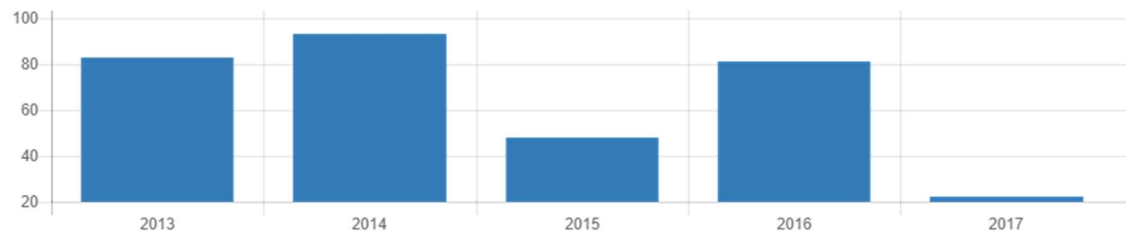
No item Contratos de custeio, foram: em 2013, 225 contratos (R\$ 5.507.961,08); em 2014, 205 contratos (R\$ 5.422.685,06); em 2015, 161 contratos (4.931.115,10); em 2016, 154 contratos (R\$ 5.501.270,31); e em 2017, 85 contratos (R\$ 3.150.269,14).

No item contratos de investimentos, foram: em 2013, 83 (R\$ 3.166.513,55); em 2014, 93 (R\$ 3.846.451,89); em 2015, 48 (R\$ 2.200.508,87); em 2016, 81 (R\$ 4.769.423,42); e em 2017, até o mês de setembro, foram 22 contratos (R\$ 889.420,03).



**Gráfico 9 - Número de contratos de Custeio (PRONAF)
Divinolândia**

Fonte: <http://nead.mda.gov.br/politica/localidade/>



**Gráfico 10 - Número de contratos de Investimento (PRONAF)
Divinolândia**

Fonte: <http://nead.mda.gov.br/politica/localidade/>

Em relação ao PNAE, em Divinolândia, os dados indicam que não houve avanço na aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar no decorrer dos anos de 2011 a 2015. Muito pelo contrário, as informações registradas no site da Secretaria Especial de Agricultura Familiar (2017), neste período, não trazem nenhuma informação sobre o caso, o que leva a crer que possivelmente tenha sido zero.

Portanto, os dados que seguem referem-se apenas ao valor total de compras: em 2011, foram R\$ 141.300,00, já em 2012, foram R\$ 137.028,00, no ano seguinte, subiu para R\$ 142.540,00, em 2014, voltou a cair, chegando a R\$ 126.378,00 e, por fim, em 2015, o total de compras elevou-se para R\$ 136.730,00.

3.4 - PRONAF e PNAE em São Sebastião da Grama

Segundo os dados do Levantamento Cadastral das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA - 2017) realizado pela CATI, São Sebastião da Grama possui uma área de 25.377,9 hectares e apenas 449 estabelecimentos, sendo mais de 80% deles de agricultura familiar.

No ano de 2017, foram registradas 124 adesões ao Cadastro de Aptidão ao PRONAF e 58 atendimentos de ATER, além de 32 famílias que foram atendidas pela assistência. De acordo com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) (2017), há 119 agricultores com DAPs inativas.

Em relação ao Seguro de Agricultura Familiar (SEAF), apenas 38 lavouras foram asseguradas pelo programa durante a safra 2015-2016 (R\$ 1.508.625,23) e 35 na safra seguinte (R\$ 1.475.149,78).

Estrato (ha)	Unidades de Produção Agropecuária (UPAs)		Área total	
	Nº	%	Ha	%
0 – 10	101	22	577,7	2
10 – 20	121	27	1.711,1	7
20 – 50	118	26	3.765,5	15
50 – 100	58	13	4.129,2	16
100 – 200	22	05	3.192,0	13
200 – 500	24	05	7.819,9	31
500 – 1000	04	01	2.981,9	12
1000 – 2000	01	0	1.200,2	5
2000 - 5000	-	-	-	-
> 5000	-	-	-	-
	-	-	-	-

Tabela 9 - Estrutura Fundiária de São Sebastião da Grama

Fonte: LUPA – CATI/SAA (2008)

Em 2013, no PRONAF, foram 61 contratos de custeio (R\$ 1.394.641,48) e 12 de investimento (R\$ 692.506,03). Em 2014, foram 49 contratos de custeio (R\$ 1.149.140,41) e 19 de investimento (R\$ 925.800,54). Em 2015, os números foram 50 de custeio (R\$ 1.495.578,09) e 22 contratos de investimento (R\$ 1.409.692,11). Em 2016, foram 39 contratos de custeio (R\$ 1.274.507,17) e 13 de investimento (R\$ 952.300,00). Por fim, até o mês de setembro de 2017, foram 21 contratos de custeio (R\$ 690.785,75) e 7 de investimento (R\$ 367.040,00).

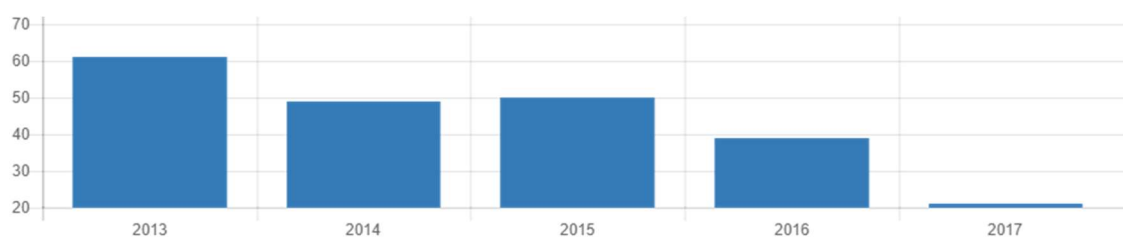
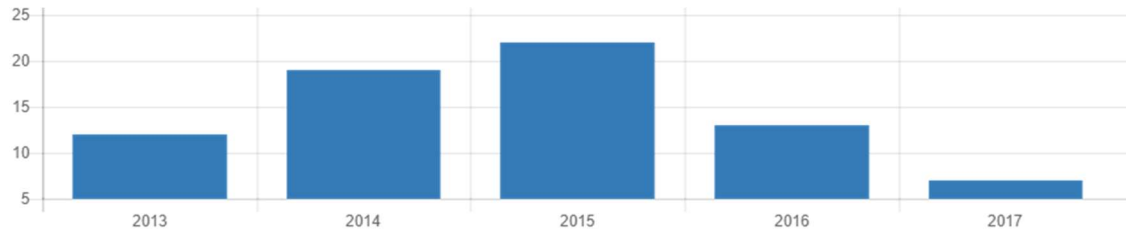


Gráfico 11 - Número de contratos de custeio (PRONAF) São Sebastião da Grama

Fonte: <http://nead.mda.gov.br/politica/localidade/>

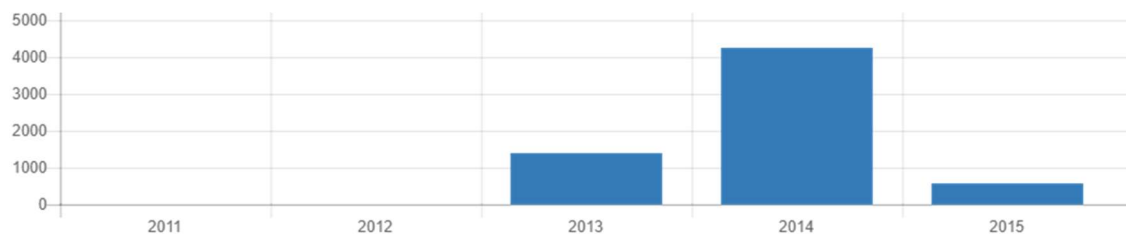


**Gráfico 12 - Número de contratos de investimento (PRONAF)
São Sebastião da Gramma**

Fonte: <http://nead.mda.gov.br/politica/localidade/>

Em relação ao PNAE, observa-se que, de 2011 a 2015, houve aumento no total de compras em R\$ 12.678,00, com queda acentuada nos anos de 2013 e 2014. De acordo com os dados levantados, foram R\$ 154.140,00 de compras em 2011, R\$ 161.976,00 em 2012, R\$ 141.792,00 em 2013, R\$ 148.068,00 em 2014 e R\$ 166.818,00 em 2015.

Há registro de compras da agricultura familiar somente nos três últimos anos do período. Em 2013, primeiro ano em que se registra esse fato, o volume foi de apenas R\$ 1.397,50 (1%), passando para R\$ 4.231,12 em 2014 (2,9%), despencando para os parques R\$ 571,00 em 2015 (0,3%).



**Gráfico 13 - Valor total de compras da agricultura familiar (PNAE)
São Sebastião da Gramma**

Fonte: <http://nead.mda.gov.br/politica/localidade/>

3.5 - PRONAF e PNAE em Tapiratiba

O Município de Tapiratiba, em seu Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (2010-2013), apresenta uma área de produção agropecuária (UPAs) de 20.496,20 hectares e 248 unidades, deste total, quase 80% são de propriedades de até quatro módulos fiscais.

Do total de propriedades, em 2017, apenas 15 fizeram a Declaração de Aptidão ao PRONAF e outras 74 encontram-se inativas. Os dados são da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento (2017).

Para a safra de 2015-2016, foram feitos seguros de apenas seis lavouras (R\$ 178.369,29) e, na safra seguinte, 2016-2017, apenas quatro lavouras foram asseguradas (R\$ 102.282,98).

Estrato (ha)	Unidades de Produção Agropecuária (UPAs)		Área total	
	Nº	%	ha	%
0 – 10	89	33,47	433,00	2,11
10 – 20	43	17,34	653,00	3,19
20 – 50	39	15,73	1259,10	6,14
50 – 100	33	13,31	2440,20	11,91
100 – 200	21	8,47	3131,00	15,27
200 – 500	14	5,65	4135,70	20,18
500 – 1000	7	2,82	5166,40	25,21
1000 – 2000	1	0,40	1000,90	4,88
2000 - 5000	1	0,40	2277,60	11,11
> 5000	0	0,00	0,00	0,00
	248	100,00	20496,2	100,00

Tabela 10 - Estrutura Fundiária de Tapiratiba

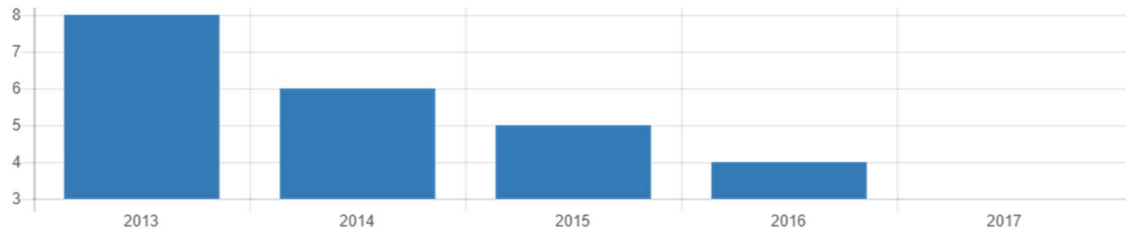
Fonte: LUPA – CATI/SAA (2008)

Em relação ao PRONAF, além da baixa adesão ao programa de financiamento agrícola, fica evidente a queda registrada entre os anos de 2013 e 2017.

Em 2013, apenas foram apenas oito contratos de custeio (R\$ 270.801,85) e três de investimento (R\$ 52.000,00), números que foram caindo nos anos seguintes.

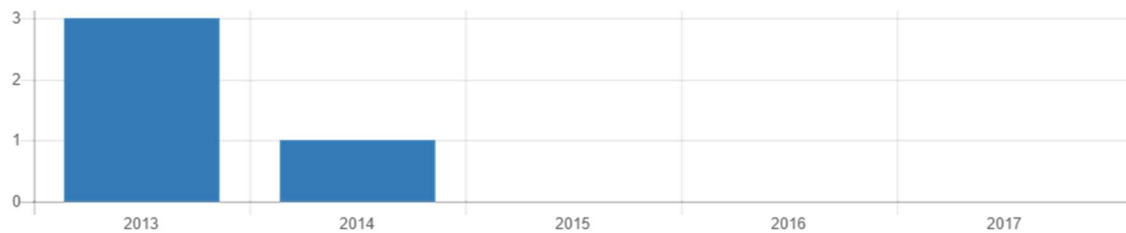
No item contratos de custeio, foram: seis em 2014 (R\$ 168.620,42), cinco em 2015 (R\$ 155.910,18), quatro em 2016 (R\$ 141.945,08) e três em 2017 (R\$ 98.460,09).

Os contratos para investimentos foram ainda piores. Em 2013, foram registrados três (R\$ 52.000,00), em 2014, este número caiu para um contrato (R\$ 34.374,67) e, nos anos seguintes – 2015, 2016 e 2017, não se teve mais nenhum contrato.



**Gráfico 14 - Número de contratos de custeio (PRONAF)
Tapiratiba**

Fonte: <http://nead.mda.gov.br/politica/localidade/>



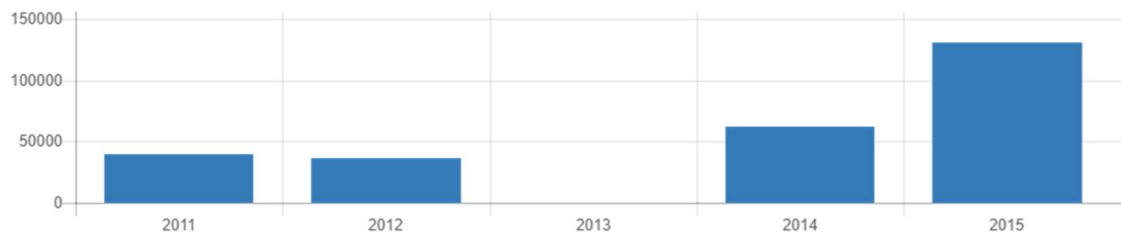
**Gráfico 15 - Número de contratos de investimento (PRONAF)
Tapiratiba**

Fonte: <http://nead.mda.gov.br/politica/localidade/>

De acordo com o levantamento feito na Coordenação Geral de Gestão Estratégica, Monitoramento e Avaliação, da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), as compras via PNAE em Tapiratiba oscilaram entre os anos de 2011 e 2013 (2017). A SEAD foi criada em maio de 2016 para substituir o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Mas, o que é importante ressaltar é que Tapiratiba teve o melhor desempenho quantitativo e percentual do PNAE dos cinco municípios estudados. Em 2011, a venda total via PNAE foi de R\$ 189.540,00, sendo, deste montante, R\$ 39.506,48 comprados da agricultura familiar (20,8%). Em 2012, foram comprados R\$ 176.436,00, sendo R\$ 36.554,59 da agricultura familiar (20,7%). Em 2013, foram comprados R\$ 193.356,00, porém, neste ano não há informações no site da Coordenação Geral de Gestão Estratégica, Monitoramento e Avaliação (2017) de aquisição de alimentos da agricultura familiar. Em 2014, houve uma queda no total de compras, porém, houve um aumento na aquisição de produtos da agricultura familiar na ordem de R\$ 61.688,17 (38,5%).

Em 2015, foi registrado o melhor desempenho do programa em Tapiratiba: foram comprados R\$ 239.676,00, sendo R\$ 130.241,36 da agricultura familiar (54,3%).



**Gráfico 16 - Valor total de compras da agricultura familiar (PNAE)
Tapiratiba**

Fonte: <http://nead.mda.gov.br/politica/localidade/>

3.6 - Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos municípios

Segundo o site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), no item Transparência Pública do PAA (2017), houve pouca atividade envolvendo o PAA nos cinco municípios analisados. Foi detectada formalização de contratos para entrega dos produtos nos anos de 2010, 2011, 2012, 2014 e 2015.

Em 2016 não foi registrado nenhum convênio por meio de associações ou cooperativas em nenhum dos cinco municípios estudados e, em 2017, no sistema da CONAB, Transparência Pública do PAA, constam apenas dados dos Estados de Mato Grosso, Minas Gerais e Roraima. Os demais Estados da federação não aparecem no sistema.

Os dados informados no site, em sua imensa maioria, informam o valor que foi formalizado no contrato e o que foi de fato executado pela cooperativa ou associação, ou seja, o que foi devidamente entregue. Nota-se, porém, que na maioria dos casos o campo “valor executado” encontra-se em branco.

De qualquer forma, dos cinco municípios, Caconde e Tapiratiba foram os que apresentaram os melhores desempenhos. Em Caconde, por intermédio da Associação Agropecuária Barra Grande de Caconde, foi registrada comercialização nos anos de 2011, 2012, 2014 e 2015, com respectivos valores: R\$ 164.970,39, R\$ 228.420,71, R\$ 272.271,93 e R\$ 527.898,12.

Em Tapiratiba, quem organizou os pequenos agricultores foi a Associação de Produtores Rurais de Tapiratiba e Região. Por seu intermédio, foi possível estabelecer

convênio com a CONAB nos anos de 2010, 2011 e 2012, com os valores respectivos de R\$ 198.810,00, R\$ 435.690,00 e R\$ 894.900,00.

São José do Rio Pardo operou para obter o convênio com a CONAB por meio da Cooperativa Agropecuária de São José do Rio Pardo e Região. Por seu intermédio, conseguiu firmar convênio apenas nos anos de 2011 e 2012, com os respectivos valores: R\$ 355.320,00 e R\$ 384.930,00.

São Sebastião da Gramma, por intermédio da Associação de Produtores Rurais de São Sebastião da Gramma, obteve um convênio em 2010, no valor de R\$ 84.594,30.

O município de Divinolândia, neste período, não conseguiu formalizar nenhum convênio com a CONAB para ter acesso ao PAA.

Ano	Caconde	Divinolândia	S.J. do R. Pardo	S.S. da Gramma	Tapiratiba
2017	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0
2016	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0
2015	R\$ 527.898,12	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0
2014	R\$ 272.271,93	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0
2013	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0
2012	R\$ 228.420,71	R\$ 0	R\$ 384.930,00	R\$ 0	R\$ 864.900,0
2011	R\$ 164.970,39	R\$ 0	R\$ 355.320,00	R\$ 0	R\$ 435.690,00
2010	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 84.594,30	R\$ 198.810,00

**Tabela 11 - Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)
Região**

Fonte: CONAB (Transparência Pública do PAA)

Não há dúvidas da importância do PRONAF, PAA e PNAE no desenvolvimento da agricultura familiar nos últimos anos, mas, ao mesmo tempo, é lamentável observar que os produtores dos cinco municípios estudados não tenham tido a oportunidade para que pudessem explorar melhor o potencial de cada um desses programas. Basta ver os pequenos números de acesso aos programas nos cinco municípios.

E o entrave ao uso amplo dessas políticas públicas chama-se falta de informação. Algo que só é possível resolver com a criação de políticas públicas de comunicação, porém, não depende do pequeno produtor, mas sim da vontade, determinação e comprometimento de quem está à frente do governo. Esse assunto será tratado no próximo capítulo.

4 - Como os potenciais beneficiários percebem o PRONAF, o PAA e o PNAE

O objetivo deste capítulo é investigar as deficiências das políticas públicas na área da comunicação em relação aos programas federais PRONAF, PAA e PNAE em relação a potenciais beneficiários em municípios da região Mogiana, no Estado de São Paulo. A análise proposta foi realizada por meio de entrevistas com entidades e produtores da agricultura familiar buscando avaliar a importância de se ter um canal de informação que seja capaz de estreitar as relações e diminuir a distância entre as famílias do campo e os programas do Governo Federal².

A escolha pelos programas do Governo Federal – principalmente no período pós 2002 –, e não os do Governo do Estado de São Paulo ou programa dos municípios, foi definida justamente porque tem sido a União o principal indutor do desenvolvimento econômico na agricultura familiar nos últimos 15 anos, principalmente por meio do PRONAF, PAA e PNAE.

Este levantamento de campo foi realizado nos municípios de Caconde, Divinolândia, São José do Rio Pardo, São Sebastião da Gramma e Tapiratiba, localizados na microrregião de São João da Boa Vista – que pertence à mesorregião Campinas (5ª Região Administrativa do Estado de São Paulo) –, que está dividida em quatorze municípios: os cinco já mencionados, mais Águas da Prata, Espírito Santo do Pinhal, São João da Boa Vista, Casa Branca, Itobi, Mococa, Santo Antônio do Jardim, Tambaú e Vargem Grande do Sul.

A escolha dos cinco municípios deu-se pelo fato de apresentarem características semelhantes em relação à base econômica, voltada à agropecuária, à diversidade na produção e à importante participação da agricultura familiar em cada um deles.

²A agricultura familiar é um importante segmento para o desenvolvimento do Brasil. São aproximadamente 4,4 milhões de famílias agricultoras, o que representa 84% dos estabelecimentos rurais brasileiros. A agricultura familiar é econômica, vem dela 38% do valor bruto da produção agropecuária e o setor responde por sete em cada dez postos de trabalho no campo. A agricultura familiar é produtiva, pois é responsável pela produção de mais de 50% dos alimentos da cesta básica brasileira, sendo um importante instrumento de controle da inflação. (Fonte: site do MDA – Plano Safra 2017-2020).



Mapa 2 - Microrregião administrativa de S. João da Boa Vista - Média Mogiana (SP)

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:SaoPaulo_Micro_SaoJoaodaBoaVista.svg

Para colher as informações necessárias, utilizou-se dois questionários: um para os pequenos agricultores, com sete questões (Apêndice C), e outro para as entidades (CATI e Sindicatos) e secretarias ou departamentos de Agricultura das prefeituras – com 13 perguntas (Apêndice B).

Em relação aos pequenos agricultores, foram escolhidas 24 pessoas para responderem ao questionário, quatro em São José do Rio Pardo e cinco em cada um dos outros municípios (Apêndice C). A intenção do material levantado foi identificar percepções sobre acesso, o que sentem e o que cada um deles vive em realidade em relação às políticas públicas disponibilizadas pelo Governo Federal, principalmente no que se refere à comunicação e às informações referentes aos três programas já mencionados.

Além de uma breve qualificação de cada entrevistado, os questionários possuem perguntas sobre prestação de serviços, dificuldades enfrentadas por eles, parcerias, mas, sobretudo, o acesso aos três programas centrais deste trabalho e os possíveis setores de comunicação que prestam ou poderiam prestar algum tipo de serviço às entidades, ou à pasta municipal, que chegasse ao agricultor familiar.

Levantamento de informações que se fossem de interesse tanto do Governo Federal, que procura fazer de cada um dos programas uma ferramenta importante de fomento para a agricultura familiar, mas também das famílias que dependem deste segmento para se manterem no campo com dignidade econômica e social.

Apesar do estado de abandono atual, pelo governo do Estado de São Paulo, a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) foi escolhida por ser a principal instituição que, conveniada ao Governo Federal, fornece a Declaração de Aptidão (DAP), documento que habilita o produtor a acessar, não apenas o PRONAF, mas também o PAA e o PNAE. Mesmo que os sindicatos rurais patronais e os sindicatos de trabalhadores rurais possam emitir esta Declaração, desde que sejam conveniados, nos cinco municípios estudados é a CATI a grande responsável pela emissão do documento.

A CATI é, ainda, um órgão importante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado e, entre as diversas funções a ela atribuídas, estão a de coordenar e executar os serviços de assistência técnica e extensão rural ao pequeno e médio produtor rural, com ênfase na produção animal e vegetal, conservação do solo e da água e produção de sementes e mudas. Ela está presente em todos os municípios paulistas, por meio das 594 Casas da Agricultura (Fonte: CATI - 2017).

Vale salientar que a CATI e as secretarias ou departamentos de agricultura, nos cinco municípios, estão instaladas nos prédios das Casas da Agricultura e funcionam por meio do Sistema Estadual Integrado de Agricultura e Abastecimento (SEIAA), também conhecido como “municipalização”.³

É importante frisar que a prioridade deste trabalho não é mostrar qual o município que recebeu mais ou menos recursos do Governo Federal e sim ajudar na reflexão sobre como, dispendo de uma política pública de comunicação bem

³Na década de 1990, no contexto da reorganização da proposta de trabalho da instituição, foi estabelecido pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, por meio da CATI, um convênio com prefeituras municipais, por meio do qual foi feita uma descentralização da tomada de decisões e uma concentração de esforços, recursos estaduais, municipais e da comunidade. “Para que essa parceria de municipalização fosse concretizada foram estabelecidas como diretrizes a criação de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, elaboração de Plano Plurianual (aprovado por esses Conselhos) e a criação de um órgão municipal ligado à agropecuária, podendo ser Secretaria de Agricultura, Departamento ou similares. Mas a grande mudança foi a disponibilização de recursos do Estado para que as prefeituras que aderissem ao Sistema Estadual Integrado de Agricultura e Abastecimento (SEIAA), conhecido como “Municipalização”, contratassem funcionários técnicos para as Casas da Agricultura, com o objetivo de otimizar o trabalho realizado nessas unidades”, comenta o coordenador da CATI. Atualmente, o SEIAA está implantado em 193 municípios (32,5% da rede CATI), com um total de 316 técnicos contratados via convênio. (Fonte: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI, 2017)

estruturada e voltada à agricultura familiar, as famílias poderiam ter mais informação e, com isso, ampliar o acesso aos programas já mencionados.

Verificou-se, por exemplo, que, dos três programas estudados, o PRONAF é o mais lembrado pelos entrevistados, seguido do PAA. Curiosamente, o PNAE, que existe em todos os municípios, quase não foi mencionado, mesmo este sendo um programa de extrema importância para o setor, com a aquisição direta da agricultura familiar do município e com, a aplicação de no mínimo, 30% dos recursos. “E mais: o procedimento da Chamada Pública poderá ser ampliado para até a totalidade dos recursos da alimentação escolar repassados pelo FNDE, desde que voltados para a aquisição de produtos da agricultura familiar, e em acordo com as mesmas normas aqui apresentadas” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2016, p. 18).

Apesar do PNAE já ter sido tratado no Capítulo 3 deste trabalho, vale a pena retornar ao tema para mostrar a falta de informação e o descaso na comunicação de um programa de extrema importância, tanto para a qualidade da alimentação dos estudantes como para o desenvolvimento da economia deste setor.

Para ter acesso ao PNAE, os interessados devem participar de uma “Chamada Pública” que acontece todos os anos nos municípios, para credenciamento de hortifrutigranjeiros da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para alimentação escolar. Este chamamento é sempre publicado nos atos oficiais das prefeituras e acabam passando despercebidos dos pequenos produtores – principalmente daqueles que não estão organizados. Os produtores poderiam participar comercializando seus produtos na forma de fornecedor individual (não organizado em grupo, com projetos com base apenas na produção própria), grupos informais (organizados em grupos, mas que não detêm DAP jurídica) e grupos formais (agricultores organizados em associações e cooperativas com DAP jurídica).⁴

Apesar da obrigatoriedade de se publicar a Chamada Pública por meio de edital em jornais, não se vê nos meios de comunicação e nem nas falas dos representantes de entidades e prefeituras um trabalho que tire a informação da burocracia do edital e

⁴*“No caso específico da aquisição familiar, deve ser dada ampla publicidade à Chamada Pública. As Entidades Executoras precisam publicar os editais de Chamada Pública para alimentação escolar em jornal de circulação local, na forma de mural em local público de ampla circulação. Deverá ainda divulgar em seu endereço na internet, caso haja, e divulgar para organizações locais da agricultura familiar (como sindicatos rurais, cooperativas, associações, movimentos sociais e demais entidades da agricultura familiar) e para entidades de assistência técnica e extensão rural do município ou do estado. A publicação poderá ser feita também em outros locais com potencial de divulgação das Chamadas, como rádios comunitárias locais e jornais de circulação regional, estadual ou nacional”. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2016, p. 19).*

a decodifique de forma que se torne compreensível e acessível a todas as famílias da agricultura familiar.

E, do outro lado do balcão, também não se vê do Governo Federal nenhuma ação direcionada para suprir essa falha, pois um programa como este mereceria, no mínimo, uma campanha anual intensiva alertando o agricultor sobre as possibilidades e ganhos que ele poderia ter ao participar dos chamamentos públicos que ocorrem em cada município. Porém, como poderá ser observado em seguida, nenhum dos representantes ou coordenadores das entidades que foram entrevistados chegaram a comentar sobre o PNAE, muito menos os agricultores.

Vale registrar, em linhas gerais, que o PNAE ajuda a garantir a qualidade do alimento para os alunos das escolas públicas, fortalece a economia do município, gera emprego e contribui para a fixação do homem no campo. As entidades executoras, como as secretarias estaduais de educação, as prefeituras e as escolas federais, recebem recursos diretamente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e podem optar pelas compras de forma direta ou indireta.⁵

Ou seja, o que ocorre é algo intrigante, no mínimo, pois mesmo que os produtores entreguem parte da sua produção às secretarias de educação dos municípios, que são as responsáveis pela distribuição dos alimentos nas escolas, eles não têm consciência da importância do programa e de sua origem e objetivos.

Por se tratar de uma região onde a maioria das áreas é formada por pequenas propriedades, voltadas à agricultura familiar, é que procuramos os sindicatos rurais patronais de cada um dos cinco municípios. Partimos da hipótese de que eles poderiam estar contribuindo na aproximação entre os órgãos governamentais e o produtor e, desta forma, agindo como um canal de informação que facilitaria o acesso e a compreensão das políticas públicas disponibilizadas para o pequeno produtor.

Já as prefeituras, de modo geral, prestam serviços de conservação de estradas rurais e preparação de terras com auxílio de tratores, arados e grades. Em tese, este serviço é fornecido gratuitamente pelas administrações municipais aos pequenos agricultores que não possuem maquinários ou, em alguns casos, por um custo bem

⁵Lei 11.947, de 16 de junho de 2009: Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. § 1º A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2016, p. 4).

baixo. No entanto, percebe-se que este serviço, na grande maioria das vezes, não funciona e, quando funciona, é de forma precária.

As prefeituras também contribuem para a realização das feiras de produtores e têm as questões relacionadas ao meio ambiente, também vinculadas aos setores responsáveis pela parte da agropecuária do município.

Constatou-se que, dos cinco municípios, apenas São José do Rio Pardo possui uma Secretaria de Agricultura. Em Caconde e São Sebastião da Gramma, quem cuida dessa área é o Departamento de Agricultura. Já nos municípios de Tapiratiba e Divinolândia, os serviços relacionados ao tema estão vinculados diretamente ao gabinete do prefeito e aos técnicos emprestados à CATI por meio de convênio, o que demonstra pouco interesse em um dos mais importantes setores da região. Mas, independentemente de quem seja o responsável por este setor, o que ficou claro é que os serviços oferecidos em cada um dos municípios são basicamente os mesmos. Não há um programa ou ação mais ousado, por parte do responsável pelo setor, que vise à estruturação, à organização, ao desenvolvimento e ao acesso à informação das famílias da agricultura familiar.

Pior que isso, os municípios deixam de aproveitar toda a estrutura agrícola já existente, com produção abundante e de qualidade, para correrem atrás de indústrias que dificilmente irão se instalar na região. A distância dos grandes centros, a ausência de mão de obra qualificada e a quantidade de pedágios são alguns dos fatores que dificultam a atração de novas empresas.

Uma alternativa para suprir essa lacuna poderia ser a criação de uma Agência de Desenvolvimento Agropecuário (municipal ou regional), que pudesse ajudar os agricultores a organizarem melhor suas colheitas, evitando excesso ou falta de produção, mas também no escoamento, venda e até mesmo na criação de indústrias de beneficiamento que agregassem valor aos produtos produzidos nos municípios.

Essa agência deveria agir como um centro de informações capaz de dialogar diretamente com os pequenos produtores. Ela captaria dos canais de comunicação existentes, principalmente do Governo Federal, todas as informações importantes para o setor e tornariam-nas de fácil compreensão e acesso aos interessados. Um banco cadastral completo com as informações de cada família pertencente à agricultura familiar, neste caso, também seria algo extremamente importante.

Uma entidade que contasse com a participação de vários atores interessados numa das principais áreas da economia, com representantes da administração pública

municipal, sindicato rural patronal e dos trabalhadores rurais, CATI, Associação Comercial e Industrial, entre outros. Que contasse, ainda, com um corpo técnico capaz de estabelecer uma convivência confiável com o produtor e pudesse desenvolver ações que o orientasse sobre o funcionamento, as regras e a maneira de se ter acesso às políticas públicas do Governo Federal, Estadual e até de algumas instituições privadas.

A criação de uma agência de desenvolvimento agropecuário poderia suprir, no município ou na região, o abismo entre os produtores e o Governo Federal causado pela falta de políticas públicas de comunicação que levem a informação a quem mais precisa.

Criada pelo governo Lula em 2007, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) foi a primeira iniciativa real de um sistema público de comunicação no país. No entanto, a falta de recursos fez com que os sinais de rádio e televisão não chegassem a todos os cantos do país. A iniciativa, apesar de louvável, ficou aquém do esperado e piorou a partir de 2016 com o golpe político/jurídico/midiático sofrido pela então presidenta Dilma Rousseff.

4.1 - Entidades e Prefeitura de Caconde

De acordo com as informações fornecidas pelo diretor do Departamento de Agricultura do município de Caconde (Apêndice B), a Prefeitura atua na preservação das estradas rurais, dá apoio aos sindicatos e associações e disponibiliza equipamentos como tratores, grades e arados, para os agricultores. No entanto, os serviços oferecidos não seriam suficientes e, no caso da manutenção das estradas, falta maquinário para execução dos serviços – o que, para ele, é o principal problema.

Segundo o entrevistado, a única parceria que a prefeitura de Caconde possui é o convênio com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Governo do Estado de São Paulo, pelo qual a Prefeitura utiliza o espaço na Casa da Agricultura e cede funcionários para a CATI.

O único canal de comunicação que a prefeitura utiliza para falar com os agricultores é o Portal da Prefeitura (site) e, às vezes, a rádio da cidade. Por isso o gestor reconhece que há dificuldades para se comunicar com o pequeno agricultor.

O entrevistado afirmou conhecer o PAA, o PNAE e o PRONAF, principalmente este último. Em relação ao PAA, segundo ele, muitos produtores chegaram a ter acesso por meio da Associação Barra Grande. Sobre o PNAE, ele não comentou. Ele também acredita que os agricultores tenham conhecimento do PRONAF e do PAA, mas que não existe nenhum mecanismo ou ferramenta que os ajude a obter mais informações e acesso aos programas. Porém, segundo o diretor, o pequeno número de acesso aos programas, principalmente o PRONAF e o PAA, não está vinculado às possíveis falhas na comunicação. Na percepção dele, “todos os agricultores” têm conhecimento dos programas. Para ele, mesmo se houvesse melhorias na comunicação do Governo Federal, os números não iriam alterar muito.

Já o presidente do Sindicato Rural de Caconde contou que sua entidade oferece aos produtores toda a contabilidade rural e um agrônomo para assistência técnica. No entanto, disse que o Sindicato precisa intensificar os trabalhos, pois não consegue atender a todos os produtores. “São muitas pequenas propriedades, não damos conta” (Apêndice B).

Informou que a entidade não tem nenhuma parceria com o Governo Federal, Estadual e nem com o Município.

Para se comunicar, o Sindicato utiliza a internet e o *WhatsApp*, e garante que desta forma consegue uma boa comunicação com os produtores. “Realizamos um programa de retransmissão de internet para a zona rural – o programa Ponto a Ponto. Compramos os equipamentos que levam o sinal até a zona rural. É algo pioneiro” (questionário no Apêndice B).

Ainda segundo ele, os padres também têm contribuído com a comunicação, pois, muitas vezes, são eles quem levam as notícias até as comunidades mais distantes.

O Sindicato possui uma parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), entidade vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, que realiza curso com os produtores quase que semanalmente. “Temos uma organização comunitária onde as pessoas trocam informações entre elas. As reuniões formais funcionam muito pouco. É outro olhar sobre a forma de se organizar” (questionário no Apêndice B).

O presidente do Sindicato relatou que conhece bem os programas PRONAF, PAA e PNAE, e acredita que todos os pequenos agricultores também têm conhecimento. E, para facilitar o acesso dos pequenos agricultores aos programas, o

Sindicato realiza reuniões periódicas com as entidades financeiras, faz reuniões nas propriedades rurais e, anualmente, faz o lançamento do Plano Safra – que, a partir de 2017, passou a ser plurianual.

Sobre o pequeno número de acesso aos programas, disse que a falha não está na esfera Estadual ou Federal e sim no poder público municipal. Para ele, o Governo Federal tem os programas e coloca-os à disposição, mas a canalização da informação para quem interessa deve ser feita pelo Município, inclusive buscando apoio na iniciativa privada.

A sugestão que este entrevistado deu para suprir possíveis falhas que dificultam o conhecimento e o acesso do agricultor aos programas mencionados é o fomento à organização, que não, necessariamente, precisa ser em cooperativas. Para ele, o município já possui uma infraestrutura que, muitas vezes, faz com que os produtores se acomodem, por isso acredita que a organização seria algo importante.

Assim como as outras CATI's espalhadas por todo o Estado de São Paulo nas Casas de Agricultura, a de Caconde possui uma rede de profissionais que prestam assistência técnica aos agricultores sobre diversos temas, como a obtenção de crédito agrícola, seguro rural, transferência de tecnologia, planejamento da propriedade, elaboração de projetos de recuperação do solo, reflorestamento, adequação de estradas rurais, vendas de sementes, entre outros. As informações foram passadas pelo coordenador da CATI de Caconde.

Entre os programas disponíveis, estão o Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (Feap/Banagro), o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS) e a Declaração de Conformidade da Atividade Agropecuária (DCAA).

No entanto, segundo ele, falta mão de obra para realizar tudo que a CATI se propõe a fazer, já que os poucos funcionários existentes precisam cuidar desde o atendimento do telefone, parte administrativa, o trabalho de campo e a parte técnica, entre outras tarefas.

O entrevistado explicou que a CATI possui uma parceria com as Prefeituras, que utilizam o prédio da Casa da Agricultura, cedem alguns funcionários e, por meio de convênio com o Governo Federal, emitem a DAP. O único meio de comunicação disponível é o site da CATI e as suas publicações, o que, para ele, não é o suficiente para estabelecer uma comunicação direta com o pequeno produtor, pois não são todas as pessoas que têm acesso à internet.

Sobre os programas do Governo Federal, disse que conhece mais o PRONAF e o PAA e que a maioria dos pequenos produtores também os conhece, mas não soube apontar as causas que levam poucos produtores a acessarem os programas. Mas, segundo ele, mesmo se houvesse melhorias na comunicação do Governo Federal, o número de acessos não teria um aumento significativo.

De qualquer forma, ele vê como alternativa para a melhoria no atendimento ao pequeno produtor a abertura de concurso público para contratação de novos funcionários para a CATI, além de mais investimentos em pesquisas para que os técnicos possam transmitir mais informações aos agricultores.

4.2 - Entidades e Prefeitura de Divinolândia

Em Divinolândia, a Prefeitura não possui um departamento específico que cuide das questões referentes à agropecuária. No município, todas essas demandas são tratadas, de alguma forma, na Casa de Agricultura pelos funcionários da CATI, a maioria deles, fornecida pela Prefeitura por meio do convênio de “municipalização” assinado entre as partes.

Atualmente, o coordenador da CATI é também o vice-prefeito do município, tendo ele se afastado da função e passado a atuar somente na função eletiva, deixando a CATI sob o comando de um engenheiro agrônomo que há anos foi cedido pelo Executivo a esse órgão. Desta forma, a CATI acaba se tornando, neste município, um braço da Prefeitura no que diz respeito às questões agrícolas, ambientais, de pesca e pecuária.

Assim como o coordenador da CATI de Caconde, o agrônomo da CATI também falou dos trabalhos desenvolvidos pela Coordenadoria de Divinolândia – que são os mesmos do município vizinho. Ele acrescentou, no entanto, a prestação de serviços vinculada à gestão pública municipal como são os casos da manutenção das estradas, limpeza de praças, podas de árvores, o empréstimo de maquinários (tratores, grades, arado, carreta, entre outras) aos pequenos produtores. Isso deixa claro que as atribuições da Prefeitura e CATI se confundem no município. Ele destacou também a parceria que possui com a Prefeitura, que cede funcionários para a CATI, mesmo assim deixando claro que a principal dificuldade é a falta de material humano.

A CATI não utiliza nenhum canal de comunicação para dialogar com os agricultores divinolandenses, o que não é problema, segundo o entrevistado, pois os produtores sempre passam pela Casa da Agricultura, principalmente em razão da DAP. Mas esta é uma visão que pode ser questionada, já que, segundo os dados do Projeto LUPA (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI, 2008), Divinolândia possui 1.164 propriedades e em 2017, até o mês de setembro, apenas 358 proprietários de terras tinham feito a DAP. Ou seja, uma grande parte dos produtores deixou de ir à Casa da Agricultura. Além disso, o fato do produtor ter se deslocado até a Casa da Agricultura não quer dizer que ele tenha tido informação ou acesso ao PRONAF, PAA e PNAE – programas que são objetos de pesquisa neste trabalho.

O agrônomo relatou que conhece o PRONAF e o PAA, que chegou a funcionar por cerca de dois anos em Divinolândia. Ele não fez nenhuma menção ao PNAE e acredita que os produtores tenham conhecimento dos dois programas. Explicou também que não há nenhum trabalho específico que facilite o acesso do agricultor aos programas do Governo Federal e que nem todos os agricultores têm acesso às publicações ou ao site da CATI, mas, para ele, o pequeno número de acesso aos programas pode estar relacionado ao êxodo rural. “Hoje muitos produtores estão indo trabalhar em Poços de Caldas (MG)” (Apêndice B). Por estarem mais organizados, os produtores que têm mais acesso ao PRONAF, geralmente, estão ligados ao cultivo do café.

Ele também não vê problemas com a comunicação do Governo Federal, pois acredita que de alguma forma todos os produtores acabam tendo acesso à informação.

Já o presidente do Sindicato Rural divinolandense deixou claro que a principal função da instituição é a de representar a categoria e não a de prestação de serviços. “Damos apoio aos produtores sindicalizados para que eles consigam certificação de qualidade na sua produção. Ajudamos o produtor a trabalhar com planejamento, gestão e busca de qualidade” (Apêndice B). No entanto, segundo ele, os serviços prestados não são suficientes e acrescentou que os agricultores têm dificuldade de investir em inovação. “Ele (produtor) precisa ver vantagem na proposta”.

Explicou que o Sindicato não tem nenhuma parceria com o governo Municipal, Estadual e nem Federal. Além disso, a instituição não possui nenhum canal ou

ferramenta de comunicação, mas sabe da importância de se ter um. “Trabalhamos com o *Facebook* e o *WhatsApp* e muitos produtores vão ao Sindicato”.

Ele reconhece a dificuldade de comunicar-se com o produtor, mas acredita que a informação acaba chegando até eles, porque o município é pequeno. O entrevistado conhece o PRONAF, o PAA e o PNAE e afirma que os produtores também têm conhecimento sobre eles. Comentou que o PAA “não deu muito certo em Divinolândia”, mas que o PRONAF é muito forte.

Esta posição não se confirma quando se verifica os números do PRONAF no município. De 2013 a 2017, ocorreu uma queda na quantidade de empréstimo para custeio e uma oscilação no número de contratos para investimento. Os contratos de custeio, em 2013, chegaram a 225, caindo para 205 em 2014; em 2015, reduziram ainda mais, sendo 161 contratos; em 2016, foram 154 contratos; e, em 2017, apenas 85 contratos, números pequenos quando se considera um ambiente com 1.164 propriedades.

O sindicalista não falou sobre a necessidade, ou não, do Governo Federal ter uma política nacional de comunicação, mas enfatizou a importância de se melhorar os programas e os seus acessos. Para ele, o PRONAF tem que ter uma modalidade diferente, pois a agricultura familiar na região é diferenciada, possui características empresariais.

Por fim, disse que Governo Federal tem que criar condições para que os pequenos agricultores tenham condições de desenvolver projetos de gestão e empreendimento rural. Isso, de acordo com ele, é possível ser feito por meio das organizações já existentes nos municípios.

4.3 - Entidades e Prefeitura de São Sebastião da Grama

Em São Sebastião da Grama, assim como nos outros dois municípios mencionados anteriormente, a Prefeitura também prioriza em suas ações a manutenção das estradas rurais, cuida da parte ambiental e também da poda de árvores no meio rural e urbano.

Apesar das ações limitadas e da falta de programas mais ousados para o setor, o diretor do Departamento de Agricultura da cidade relatou que os serviços prestados

pela administração pública municipal são suficientes e que, inclusive, são elaborados relatórios diários de tudo que é feito ao longo do dia. E que por isso não tem tido problemas com demandas.

Também apresentou informações sobre o convênio que a Prefeitura tem com o Governo do Estado, por meio da CATI. Explicou que utiliza o site da Prefeitura como canal de comunicação para levar informação aos agricultores, publicando as informações pertinentes à pasta, mas que consegue comunicar-se melhor por meio do Sindicato Rural, da CATI e da Associação Vale dos Cafeicultores do Vale da Grama.

O entrevistado declarou ter conhecimento do PRONAF, do PAA e do PNAE e que acredita que a maioria dos produtores também os conheça, além de apontar que, para facilitar o acesso dos agricultores aos programas do Governo Federal, a Prefeitura promove palestras, além dos serviços oferecidos pela CATI.

Sobre o pequeno número de produtores rurais com acesso aos programas mencionados, ele acredita que a quantidade reduzida não esteja vinculada às possíveis falhas na área de comunicação. Para ele, o Governo Federal deveria fazer uma pesquisa para saber se a divulgação dos seus programas teria mais resultados quando veiculados na TV ou pela Internet. A utilização de programas de rádio, neste caso, não foi mencionada.

Ao final, o diretor do departamento de Agricultura apresentou como proposta para sanar o problema do reduzido número de usuários dos programas do Governo Federal a melhoria na divulgação de informações sobre os programas, o que se revela como uma contradição em seu depoimento.

Em relação à CATI de São Sebastião da Grama, o seu coordenador basicamente passou as mesmas informações dos municípios de Caconde e Divinolândia e, assim como os colegas, disse que os serviços oferecidos são insuficientes para dar conta da demanda. Citou as parcerias com a Prefeitura e com o Governo Federal no convênio que permite a emissão da DAP.

O único canal de informação utilizado é o site da CATI que, de alguma forma, acredita conseguir comunicar com o seu público. Tem conhecimento do PAA, PRONAF e PNAE – principalmente o PRONAF que, segundo ele, é mais demandado. Para ele os produtores sabem da existência dos três programas, principalmente o PRONAF.

O entrevistado apontou que o único trabalho utilizado para facilitar o acesso dos agricultores aos programas do Governo Federal é a conversa diretamente entre as pessoas. Acredita que o pequeno número de produtores com acesso aos programas deva estar relacionado à falta de campanhas explicativas sobre cada um. Disse que o município tem grandes propriedades rurais e que, muitas vezes, elas não se enquadram nas exigências do PRONAF e nem nas dos outros dois programas.

Para ele, não há um trabalho na área de comunicação. “Poderia ter mais divulgação dos programas, fica só no ‘boca a boca’” (Apêndice B).

O presidente do Sindicato Rural, assim como o coordenador licenciado da CATI de Divinolândia, é o atual vice-prefeito do município. Ele foi procurado por diversas vezes para responder o questionário, mas em todas elas alegou falta de tempo.

4.4 - Entidades e Prefeitura de São José do Rio Pardo

Em São José do Rio Pardo a visão de gestão pública não difere dos demais municípios. A Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, pasta do poder Executivo responsável pelo setor, não possui nenhum programa de orientação, planejamento e venda do que é produzido anualmente na cidade.

Basicamente, o que se faz é a manutenção das estradas rurais para escoamento da produção e o tráfego dos moradores da zona rural. Ou seja, apesar de ser uma secretaria, os serviços não diferem daqueles que são ofertados nos outros municípios, onde existem estruturas mais modestas.

De acordo com o secretário, sua pasta também é responsável pela organização da Feira do Produtor, que acontece semanalmente nas manhãs de domingo, no centro da cidade, no prédio que recebe o nome da própria feira. Disse que também incentiva o pequeno agricultor a participar da Feira do Produtor Rural, uma iniciativa do SENAR, em parceria com o Sindicato Rural e a Prefeitura. Ela acontece todas as quintas-feiras, na Braça Barão do Rio Branco, no centro da cidade.

De acordo com ele, o objetivo da Feira é capacitar os agricultores para que eles possam comercializar seus produtos, sem atravessadores, direto ao consumidor. O cenário também não difere dos outros municípios no que diz respeito ao programa de empréstimo de maquinários aos pequenos agricultores. Mas, ao averiguar, nota-se

que, dos cinco tratores que pertencem à pasta, apenas um está em pleno funcionamento, porém, trabalhando em outra atividade. A Secretaria também é responsável pela limpeza das vias públicas, das praças, poda de árvores e de um mini zoológico localizado na Ilha de São Pedro.

O município possui convênio com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da CATI e da Casa da Agricultura, onde se encontra instalada a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. O entrevistado reconhece que os serviços prestados são insuficientes para atender a demanda dos pequenos agricultores. Para ele, falta recurso, mão de obra e equipamentos. Disse que o orçamento destinado é pequeno para o tamanho da pasta.

O secretário afirmou que não possui nenhum canal direto de comunicação. “A única ferramenta é a assessoria da Prefeitura, que produz *releases* e encaminha para os meios de comunicação e posta no site da Prefeitura” (Apêndice B).

Disse ter conhecimento do PRONAF, PAA e PNAE e que os produtores também os conhecem. No entanto, acredita que a maioria deles não se enquadra nas exigências de cada modalidade para ter acesso aos benefícios de cada um dos programas. Outra restrição que poderia estar dificultando o acesso aos programas seria o endividamento dos produtores.

A principal ação da Secretaria para facilitar o acesso do agricultor aos programas são as reuniões promovidas com os gerentes de agências bancárias, principalmente do Banco do Brasil, que explicam quem pode ter acesso aos créditos e como ter.

Por fim, reconhece que o pequeno número de produtores com acesso aos programas esteja na falha da comunicação. “Falta material explicativo, de cada programa, para chegar até a mão dos pequenos produtores” (Apêndice B). Para ele, seria importante que o Governo Federal produzisse cartilhas explicativas falando de cada programa, de quem tem direito e como ter acesso às linhas de crédito do PRONAF e também ao PNAE e PAA. “Não adianta fazer uma reunião e explicar, é preciso de um material que o agricultor possa levar para casa e ler com calma e tirar as suas dúvidas”.

Já o coordenador da CATI rio-pardense, informou que, além de oferecer prestação de serviços de assistência técnica, a CATI realiza venda de sementes, apoio ao cadastramento no sistema de cadastro ambiental rural (SICARSP) e é responsável pela emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). A DAP é o

principal instrumento de identificação do agricultor familiar, ela é indispensável para o acesso a políticas públicas como o PRONAF, PAA, PNAE e habitação rural. Disse, ainda, que a CATI também faz levantamento censitário das unidades da produção agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA), saneamento rural, elabora projetos para o fundo de expansão do agronegócio paulista (Feap), atua frente ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), faz levantamento do preço médio mensal e previsão de safras para o ano.

No entanto, segundo ele, os serviços oferecidos não são suficientes, pois faltam profissionais, principalmente agrônomos. Logo, para ele, o número reduzido de funcionários na CATI é a principal dificuldade para suprir as demandas. Ou seja, há um vasto número de programas e ações que poderiam estar em pleno funcionamento, mas que, na prática, não acaba acontecendo pela falta de profissionais. Segundo ele, a única parceria que há é entre a CATI e a prefeitura.

Em relação à comunicação, disse que existe o site da CATI (<http://www.cati.sp.gov.br/portal>) e que, quando precisa informar alguma coisa, utiliza os jornais e procura conceder entrevistas para as rádios do município. Há também o Jornal do Produtor, que é confeccionado na cidade de Vargem Grande do Sul.

Mas, de fato, não há um canal de comunicação com divulgação frequente de assuntos relacionados à agricultura que possa falar com o agricultor. Por isso, o entrevistado sente um pouco de dificuldade de levar a informação até eles, apesar de relatar conhecer o PRONAF, PAA e PNAE. “Sem a DAP o produtor não consegue ter acesso aos programas do Governo Federal” (Apêndice B).

Já os produtores, de acordo com o coordenador da CATI, têm mais conhecimento do PRONAF, e têm um pouco mais de dificuldade de entender o PAA e o PNAE. Mesmo assim, o entrevistado avalia que a Cooperativa Agropecuária de São José do Rio Pardo (COOPARDENSE), a Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (COOXUPÉ) – que mantém um núcleo na cidade –, o Sindicato Rural e o Banco do Brasil acabam também ajudando na orientação do acesso aos programas.

Sobre o pequeno número de produtores com acesso aos programas, principalmente o PRONAF, disse acreditar que o problema esteja relacionado à questão financeira e à restrição dos bancos. “O produtor na maioria das vezes está com dívidas o que complica o acesso ao crédito” (Apêndice B).

Outro fator que pode estar prejudicando o acesso aos programas, na avaliação do coordenador da CATI, seria a falta de conectividade entre os governos. “O trabalho

seria da CATI, mas o processo veio piorando na medida em que nos últimos anos o Governo Federal e o Estadual se tornaram antagônicos na disputa política - PT no Governo Federal e PSDB no Governo do Estado” (Apêndice B). Sobre a falta de um canal de comunicação eficiente que levasse a informação sobre as políticas públicas do Governo Federal até o pequeno produtor, disse que esse trabalho, no seu entender, caberia à CATI, mas em razão do número reduzido de profissionais, ele acaba não acontecendo. Afinal de contas, diz ele, a CATI e as Casas de Agricultura existem praticamente em quase todos os municípios do Estado de São Paulo, com espaço físico para atendimentos e reuniões. Isso sem falar no corpo técnico que esse órgão, na prática, deveria dispor.

Como sugestão para melhoria no atendimento e dar conta da demanda, seria necessária a contratação de mais funcionários em cada CATI. Em São José do Rio Pardo, o gestor disse que conta com dois funcionários, quando o ideal seria 10, no mínimo.

Já o presidente do Sindicato Rural de São José do Rio Pardo informou que a instituição oferece projetos para financiamento rural na modalidade custeio e investimento, além de programa de regularização ambiental. A entidade possui um departamento jurídico, pessoal e contábil, com assessoria previdenciária, e também parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) para a realização de cursos e seminários. A elaboração de projetos, segundo ele, passou a ser oferecida este ano por meio de uma parceria com alguns profissionais da área.

De acordo com ele, o que é ofertado pela entidade é suficiente para atender as necessidades dos produtores, só que eles acabam não usando estrutura que está disponível. “Temos vários serviços, mas que não são utilizados. É difícil trazê-los (os produtores) para usufruir dos benefícios oferecidos pelo Sindicato e muitas vezes eles acabam buscando outros escritórios para prestação de serviços ou informação” (Apêndice B).

Apesar de o município possuir mais de 1.000 propriedades, o número de sindicalizados é de cerca de 70 produtores.

Ou seja, nota-se na fala do sindicalista que a falta de uma política séria de comunicação não é um problema apenas do Governo Federal, Estado ou dos municípios. Esta falta de consciência e a busca de soluções imediatistas faz-se presentes também nos sindicatos, associações, cooperativas, entre outras organizações. O que leva a crer que a comunicação, apesar de toda sua importância,

não é entendida como parte integrante de qualquer planejamento sério que busque resultados.

Acreditar que a comunicação existe por si só é um erro. Para que ela ocorra, é preciso ter profissionais que formulem conteúdos e que se crie ou garanta canais que possam levar o material produzido até a outra ponta. Não existe mágica e sim planejamento e estratégia para que o objetivo seja alcançado.

No caso dos programas em estudo, o Governo Federal produz o conteúdo sobre cada um deles, só que não existe ou quase não existem canais que levem a informação até o público interessado. E, quando a informação chega, seriam cometidas duas falhas: não está formulada de maneira clara para o entendimento do público-alvo e nem causa curiosidade em fazer com que ele busque mais informações sobre o programa que está sendo divulgado.

O mesmo padrão foi encontrado no Sindicato de São José do Rio Pardo em relação aos demais municípios. A entidade patronal rio-pardense também não possui nenhum tipo de convênio com o governo Municipal, Estadual ou Federal. A única parceria que tem é com o SENAR, que é uma entidade vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Ainda sobre comunicação, o sindicalista rio-pardense disse que a entidade não possui nenhum canal de comunicação, mas que (na época da entrevista, em 2017) já estava sendo criado um site e um perfil no *Facebook*. O entrevistado informou que um funcionário do Sindicato está percorrendo a zona rural visitando as casas das famílias dos produtores e, com isso, fazendo levantamento das informações de cada uma delas.

Em relação ao PRONAF, PAA e PNAE, disse que os produtores sindicalizados, em geral, têm conhecimento dos programas, principalmente do PAA. Só que, para ele, os agricultores não têm dimensão do que é este programa. Esta é uma informação nova em relação aos outros representantes de entidades entrevistados, que apontaram o PRONAF como o programa de maior visibilidade e de conhecimento dos agricultores.

Logo, disse ele, o único trabalho de interlocução entre os programas federais e os produtores são as visitas de campo que o funcionário do Sindicato está realizando.

Quanto ao pequeno número de acessos aos programas governamentais, segundo o presidente do sindicato, a razão pode estar vinculada à falha de comunicação Federal, mas também ao endividamento dos agricultores. “Falta orientação. Geralmente, o produtor vai ao banco endividado e quer um financiamento

para pagar contas, quando, na verdade, ele deveria ir ao banco quando estava financeiramente bem para buscar recursos para financiamento da produção e compra de equipamentos” (Apêndice B).

Por fim, o entrevistado disse que o Governo Federal e os agricultores familiares ficam muito distantes. “O Governo Federal poderia juntar os pequenos agricultores por regiões, convocá-los para uma atividade de explicação. Acho que os sindicatos poderiam fazer o meio de campo” (Apêndice B).

4.5 - Entidades e Prefeitura de Tapiratiba

O município de Tapiratiba, entre os cinco estudados, é o que possui a menor área em hectares (ha) e também o menor número de propriedades rurais. De acordo com os dados do Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária (LUPA), da CATI, são apenas 248 propriedades em 20.496,2 ha (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI, 2008).

O município é marcado por grandes plantações de cana-de-açúcar, de propriedade da Usina Itaquara, algumas grandes fazendas com plantio de café e gado leiteiro – destaque para a Fazenda Bela Vista, que tem área tanto no município de Tapiratiba (SP) quanto em Guaxupé (MG).

Outra peculiaridade do município em relação aos outros é que não há sindicato rural patronal: os agricultores acabam vinculando-se ao Sindicato Rural de São José do Rio Pardo. Com isso, alguns pequenos agricultores se organizam em torno da Associação dos Produtores Rurais de Tapiratiba e Região. Foi por meio dela que, por algum tempo, eles conseguiram ter acesso ao PAA distribuindo suas produções, não só em Tapiratiba, mas também para entidades de outras cidades.

A Prefeitura também não possui uma pasta que cuide de forma específica das questões agrícolas. De modo geral, as atribuições ficam por conta do gabinete do prefeito e, parte delas, por conta da CATI.

Em relação à estrutura de funcionamento, a CATI de Tapiratiba não difere das outras quatro: sua prioridade são os Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural

(ATER), só que faltam funcionários para cuidar da demanda. Segundo o coordenador, a principal dificuldade é a falta de funcionários e de reposição de técnicos.

Para se comunicar, a CATI utiliza a página da internet, boletim eletrônico CATI On-line e a Revista Casa da Agricultura. O entrevistado explicou que, com essas ferramentas, a Coordenadoria consegue comunicar-se com o seu público-alvo. E declarou que tem conhecimento do PRONAF, PAA e PNAE e que a CATI é a divulgadora dos programas e a entidade oficial para emissão de DAP. Para ele, muitos dos agricultores também têm conhecimento dos programas, mas falta organização para que possam ter melhor acesso aos benefícios concedidos pelo Governo.

Em sua opinião, uma das formas para resolver o problema seria a promoção de palestras, reuniões e divulgações realizadas pela CATI. Ele vê a falha na comunicação como parte da causa, mas acredita que o problema também possa estar relacionado à falta de organização social dos produtores, mas que a melhora na comunicação do governo, “provavelmente”, poderia ampliar os índices de acesso aos programas e, certamente, em ações menores como a comercialização das sementes nas Casas de Agricultura, por exemplo.

Segundo as informações passadas pelo seu colega, o coordenador da CATI de São José do Rio Pardo, a semente de milho variedade, de melhoramento, o chamado milho de paiol, saca de 20 quilos, estava sendo comercializado em outubro de 2017 por R\$ 90,00. De acordo com ele, este milho, além de mais barato, possibilita que o produtor tire sementes da própria produção. Ou seja, na próxima semeadura ele não precisará mais comprar a semente. O milho variedade é produzido pelo Departamento de Sementes, Mudanças e Matrizes (DSMM), da CATI. Ele reclamou, que por falta de meios de comunicação e de profissionais para levar a informação ao produtor, as lojas de insumo – que possuem técnicos que percorrem as propriedades –, levam vantagem, à medida que oferecem sementes transgênicas. No caso do milho, segundo ele, a saca de 20 quilos, transgênico, está sendo vendido com valores acima de R\$ 800,00.

Por fim, o coordenador de Tapiratiba concluiu dizendo que uma das formas de se enfrentar o problema seria aumentar o investimento nos órgãos de extensão rural do País e, principalmente, do Estado, com a contratação de funcionários através de concurso público. E também os municípios terem uma visão menos imediatista e investirem no setor agrícola para obterem bons resultados a médio e longo prazo.

Dos 11 representantes de instituições que foram ouvidos (CATI, sindicato rural e Secretaria ou departamento de Agricultura), seis deles disseram que utilizam os sites para se comunicar e cinco que não têm nenhum canal de comunicação. Desse total, oito deles disseram que conseguem se comunicar com os agricultores, seja pelo site ou por outro meio, e três disseram que têm dificuldade para se comunicar com eles.

De todos os entrevistados, apenas duas pessoas acreditam que a falta de informação seja uma das principais causas do pequeno número de agricultores com acesso aos programas do Governo Federal. Outros dois disseram que a comunicação não é o principal motivo e, por fim, sete delas apresentaram outros motivos diferentes da comunicação como possível causa.

A seguir, apresento um quadro resumindo as respostas dos dirigentes das CATIs, presidentes de sindicatos rurais e representantes das prefeituras (secretaria ou departamento).

Possui ou utiliza algum canal de comunicação?

Sim	Não	Não soube dizer
6	5	0

Fonte: entrevista com 11 gestores ligados à CATI, sindicatos e Prefeituras (Apêndice B).

Consegue comunicar-se com os agricultores, principalmente os da agricultura familiar?

Sim	Não	Não soube dizer
8	3	0

Fonte: entrevista com 11 gestores ligados à CATI, sindicatos e Prefeituras (Apêndice B).

O pequeno número de acessos aos programas deve-se às falhas de comunicação?

Sim	Não	Outros motivos
2	2	7

Fonte: entrevista com 11 gestores ligados à CATI, sindicatos e Prefeituras (Apêndice B).

4.6 - Resultados das respostas dos produtores rurais

As informações dos produtores entrevistados destoam do que foi passado pelos representantes das instituições. Entre os 24 produtores ouvidos nesta pesquisa, em cinco municípios, 15 deles disseram que não são sindicalizadas nem associados a nenhuma entidade. Já nove deles afirmaram ter algum vínculo com alguma entidade. Do total, 16 informaram que não fazem uso de nenhum tipo de serviço oferecido por sindicato, associação, CATI ou Prefeitura e 8 fazem uso de alguma prestação de serviço.

Sobre os programas do Governo Federal PAA, PNAE e PRONAF, 19 deles disseram conhecer os programas, quatro que conhecem pouco e um disse não ter conhecimento. Interessante observar que, dos 19 mencionados acima, 15 conhecem apenas o PRONAF, 3 o PAA e 1 o PNAE, sendo que dois deles conhecem tanto o PRONAF quanto o PAA. Dos 24 produtores, apenas 13 tiveram acesso a um dos programas e 11 não tiveram acesso a nenhum deles.

Do total de entrevistados, 15 deles utilizam a televisão para obter algum tipo de informação, 14 preferem a internet e um disse usar o rádio. Outros dois falaram que não usam nenhuma ferramenta de comunicação para se informar e três citaram outras formas de buscar informação. Nesta pergunta, o entrevistado podia citar mais de uma fonte de informação. Em um dos casos, por exemplo, o entrevistado disse utilizar a televisão, o rádio e a internet.

No caso do Programa Voz do Brasil, um dos principais programas de rádio do país, 12 produtores disseram que o ouvem, seis disseram que não ouvem e seis responderam que escutam às vezes.

Sobre meios de comunicação, municipal, estadual ou federal que leve informação até o agricultor, quatro deles disseram que conhecem. Três deles na cidade de Caconde: jornal da COOXUPÉ, Jornal do Sindicato e a rádio comunitária. Em Tapiratiba, foi lembrado de um jornal, Sexto Sentido, que às vezes publica algumas informações referentes à agricultura.

Os outros 20 entrevistados disseram não ter conhecimento de nenhum meio de comunicação voltado para o setor agrícola, em especial para o pequeno agricultor.

Segue, logo abaixo, um breve resumo das respostas dos agricultores entrevistados nos cinco municípios.

É sindicalizado (a) ou associado (a) em alguma entidade?

Sim	Não	Outra
9	15	0

Utiliza algum tipo de serviço oferecido por algum sindicato, associação, CATI ou prefeitura?

Sim	Não	Outra
8	16	0

Conhece os programas do Governo Federal: PAA, PNAE e PRONAF?

Sim	Não	Outra
19	1	4

Já teve acesso a algum dos três programas?

Sim	Não	Outra
13	11	0

Quais os meios de comunicação que utiliza para se informar?

TV	Rádio	Internet	Outro	Não
15	1	14	3	2

Já ouviu ou ouve a Voz do Brasil?

Sim	Não	Às vezes
12	6	6

Tem algum meio de comunicação que conheça (municipal, estadual ou federal) e que leve informação até os agricultores?

Sim	Não	Outra
4	20	0

Fonte: entrevistas com 24 agricultores dos municípios de Caconde, Divinolândia, São Sebastião da Gramma, São José do Rio Pardo e Tapiratiba (Apêndice C).

Diante do que foi exposto, conclui-se que não há um canal claro de comunicação entre o Governo Federal e o pequeno agricultor. A informação pode até existir, mas ela não chega com a precisão que deveria a quem mais interessa. Por isso, um trabalho bem concatenado entre CATI, Município, Governo Federal e Sindicato Rural poderia garantir resultados significativos na qualidade daquilo que é interessante e necessário para a agricultura familiar.

Da forma como é, a informação não chega por inteiro e muitas vezes a forma como chega mais confunde do que explica. Por isso, receosas em se arriscarem em algo que não sabem como funciona, e calejadas pelas dificuldades que o setor lhes

impõe no dia a dia, essas famílias acabam ficando à margem das políticas públicas que poderiam contribuir no fortalecimento e na melhoria da qualidade de sua produção.

Uma proposta como a criação de uma agência de desenvolvimento agropecuário, por exemplo, poderia contribuir bastante no planejamento e desenvolvimento de estratégias para o setor. Além disso, em todos os municípios já existe, mesmo que minimamente, um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR). Este documento é importantíssimo e poderia servir de orientação na busca do desenvolvimento rural sustentável, focando em algumas metas como a qualidade de vida da população rural, geração de emprego e renda.

É importante enfatizar que, em todos os PMDR da região, o tema comunicação não é tratado com a relevância que deveria ter. Ele é sempre colocado nos planos municipais como fim e não como meio. A comunicação não é entendida como forma integrante de um planejamento inovador e transformador de conceitos e de possibilidades.

O que acontece nos municípios é semelhante ao que ocorre no Governo Federal. Não se pensa em uma política pública de comunicação e nem em uma política de Estado que coloque claramente a importância de se ter programas voltados para a agricultura familiar como é o caso do PRONAF, PAA e PNAE.

Deduz-se, portanto, que a região possui uma agricultura dinâmica e diversificada, com agentes importantes ligados ao setor, como os sindicatos, a CATI, as prefeituras e as associações. Além disso, todos os municípios possuem uma boa infraestrutura (estradas em bom estado, água, energia elétrica, entre outros itens), que garante a produção e o escoamento para os grandes centros. E o Governo Federal vinha garantindo algumas políticas que impulsionavam a economia e garantia a fixação das famílias no campo com qualidade de vida e emprego.

Porém, o distanciamento entre todos os envolvidos neste processo dificulta o bom desempenho de qualquer política pública. Não basta ter um programa, ele tem que funcionar bem e atender o público para o qual ele foi criado.

A solução para isso chama-se comunicação, uma comunicação que fosse prioridade para qualquer governo, que fosse mais do que uma política pública, mas uma política de Estado. Pois uma comunicação pensada estrategicamente, em todas as instâncias, dificilmente deixa margem para dúvida e evita que os possíveis

contemplados pelos programas a serem desenvolvidos fiquem à margem do processo por falta de informação.

Infelizmente, o que se nota é que o Governo Federal não se comunica com o Governo do Estado nem com o produtor da agricultura familiar que, por sua vez, não se comunica com as associações e sindicatos nem com as prefeituras que, por sua vez, não dialogam com o Governo Federal, nem com o Estadual e, menos ainda, com o produtor.

Na verdade, poucos são os agricultores que vão às Casas da Agricultura, menos ainda são aqueles que se interessam pela DAP. Já os que têm acesso ao PRONAF acabam sendo um número pífio se pensarmos na quantidade de propriedades que cada município tem.

Em relação ao PAA, com as alterações realizadas no programa a partir de 2013, as entidades que estavam à frente da organização dos produtores – cooperativas ou associações –, acabaram se dispersando e deixando o programa. As Prefeituras também não mostraram interesse e, por isso, o programa deixou de existir nos cinco municípios. Com isso, perderam as entidades (escolas, creches, asilos, orfanatos, entre outras), o pequeno produtor e o município.

No caso do PNAE, a situação pode ser considerada ainda pior, pois os produtores não têm ideia do que se trata e de como funciona. A desorganização entre os produtores facilita que isso ocorra. A ausência desse programa acarreta a geração de benefícios para alguns atravessadores com propriedade rural no município, que compram mercadorias na região, mas também fora dela, e entregam para o setor competente.

É necessário, portanto, que os governantes à frente do Estado tenham como prioridade, dentre tantas outras, a criação ou retomada de canais públicos de comunicação que cubram todo o território nacional. Um país como o Brasil, de dimensões continentais, deve ser pensado nas mesmas proporções. Isso não quer dizer que o país não tenha hoje canais de informação que cheguem a todos os setores da sociedade. O problema é que eles estão sob o comando da iniciativa privada.

Por isso, o resgate e o fortalecimento da EBC, hoje descaracterizada pelo atual governo – que retirou do comando deste país a presidenta Dilma Rousseff –, é algo imprescindível para a retomada de um sistema público legitimado pela sociedade e independente do mercado. Pois essa forma esquizofrênica e desencontrada de tentar levar a informação, como está hoje, acaba favorecendo, como sempre, os grandes

meios de comunicação. Aqui vale retomar o início deste trabalho, no primeiro capítulo, em que é lembrado o que disse Moraes (2015): no Brasil, seis famílias decidem o que é notícia e o que deve ser informado e qual a opinião deve ser publicada.

Ou seja, se não houver mudanças políticas, mas também da consciência de quem estiver dirigindo este país, a população – no caso em discussão, o produtor da agricultura familiar –, sempre estará à margem das políticas públicas e refém dos interesses dos banqueiros, das grandes empresas de insumos e dos conglomerados de mídia, como a Rede Globo.

CONCLUSÃO

O objetivo central deste trabalho foi verificar como as deficiências nas políticas públicas de comunicação, principalmente do Governo Federal, impactam no atendimento de necessidades dos produtores da agricultura familiar. Constata-se que grande parte dos produtores rurais não buscam e/ou não utilizam os recursos que poderiam ser proporcionados por programas federais para apoio à agricultura familiar. Também foi levada em consideração a percepção dos pequenos produtores e dirigentes da CATI, sindicatos e prefeituras sobre este setor, sobretudo a forma como as informações de programas importantes como o PRONAF, PAA e PNAE chegam até eles.

O levantamento foi realizado em cinco cidades do interior do Estado de São Paulo: Caconde, Divinolândia, São Sebastião da Gramma, São José do Rio Pardo e Tapiratiba, municípios com forte participação da agricultura familiar e de grande diversidade na produção agrícola (Apêndice A). Foram entrevistadas 35 pessoas, sendo 24 da agricultura familiar e 11 dirigentes ligados a alguma entidade (sindicato e CATI) ou prefeitura (diretor ou secretário).

O presente estudo foi confeccionado em quatro capítulos, mais apêndices que caracterizam os municípios e apresentam os dois questionários usados nas entrevistas e trabalho de campo - um voltado para o produtor rural e outro para os representantes de entidades e pastas ligadas às prefeituras.

No Capítulo 1 (*A relevância das políticas públicas de comunicação*), são apresentados alguns conceitos relevantes para a compreensão das dificuldades dos produtores da agricultura familiar para obter acesso à informação. Essa realidade fica mais perceptível quando se pensa na falta de um canal de comunicação que seja capaz de estabelecer o diálogo entre o Governo Federal - com os seus programas -, e os produtores do campo.

Em um país continental como o Brasil, a informação deficiente não é uma mera falha, mas sim um grave problema que dificulta o bom funcionamento e os resultados efetivos das políticas públicas importantes para este setor produtivo brasileiro.

Ainda neste primeiro capítulo, o acesso à informação é colocado como um direito humano fundamental que está vinculado à noção de democracia. No entanto, o texto não perde de vista o papel das mídias enquanto ferramentas de manutenção

do poder das elites. Como enfatiza GIANNOTTI (2014, p. 33), não há poder sem mídia. “A mídia é uma nova realidade que divulga, propagandeia, sustenta ou abala e derruba um governo, um sistema, um regime”.

Já o Capítulo 2 (*Programas sociais federais para família do campo*) demonstra, em linhas gerais, o que são as políticas públicas e o que são políticas sociais. E, por último, os programas sociais voltados à população rural, em especial aos produtores da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PPA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Neste Capítulo também é apresentada a trajetória histórica das conquistas dos direitos dos cidadãos desde o século XVIII: direitos civis, políticos e sociais. Também é descrita uma retrospectiva na agenda neoliberal dos anos 80, com Margaret Thatcher (Inglaterra) e Ronald Reagan (EUA) e, por fim, trata da importância para o Brasil e para a América Latina da chegada de Lula e do Partido dos Trabalhadores (PT) à Presidência da República, em 2003. Um governo surgido das massas que conseguiu manter e ampliar muitas das conquistas do povo brasileiro.

Elaborando, desenvolvendo e implementando políticas públicas com uma diretriz distributiva, Lula e sua equipe econômica conseguiram estancar as investidas do neoliberalismo sobre o País: dando reajuste do salário mínimo acima da inflação, concedendo reajustes dos benefícios da previdência, a criação do Programa Bolsa Família, Luz para Todos, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Universidade para Todos (ProUni), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entre outros.

Mesmo sendo uma das políticas alimentares mais antigas do país, foi no governo Lula que o PNAE passou a ser discutido como instrumento de segurança alimentar. Foi neste governo, também, que as políticas de segurança alimentar tomaram espaço na agenda governamental, sendo que, já nos primeiros meses de governo, em 2003, foi constituído o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA).

Na sequência, no Capítulo 3 (*Os programas sociais nos municípios*), o trabalho busca demonstrar a importância do PRONAF, PAA e PNAE para a agricultura familiar. Mas mostra também, no entanto, de acordo com os dados apresentados, que o número de acesso aos três programas é muito pequeno se comparado ao número de propriedades existentes em cada um dos municípios pesquisados. Algo lamentável,

pois durante os governos Lula e Dilma não faltaram recursos para a agricultura familiar, mas como o trabalho buscou demonstrar, faltou comunicação com os beneficiários destas políticas públicas.

Por fim, o Capítulo 4 (*A visão de quem está nos municípios sobre o PRONAF, PAA E PNAE*), vai procurar demonstrar, de fato, a partir das entrevistas com os agricultores e representantes da CATI, sindicatos e prefeituras, que a ausência de canais de comunicação dificulta o entendimento das políticas públicas voltadas para o pequeno produtor.

Para suprir esse distanciamento entre o Governo Federal e as famílias da agricultura familiar, sugiro a criação de uma Agência de Desenvolvimento Agropecuário (municipal ou regional) que pudesse ajudar os agricultores a organizarem melhor suas colheitas – evitando excesso ou falta de produção –, mas também no escoamento, venda e até mesmo na criação de indústrias de beneficiamento, que agregassem valor aos produtos produzidos nos municípios. Dentre as diversas possibilidades desta Agência, estaria a de captar – dos canais de comunicação já existentes, principalmente do Governo Federal –, todas as informações importantes para o setor e as transformasse em material de fácil compreensão e acesso aos interessados.

Mas, para alguns representantes de sindicatos, CATI e também de prefeituras, um canal de comunicação direto com as famílias do campo não aumentaria o número de acessos aos programas do Governo Federal – sobretudo o PRONAF. O que os faz crer que todos os produtores têm acesso às informações referentes ao funcionamento e acesso ao PRONAF, PAA e PNAE.

O que é questionável, pois eles não têm e nunca tiveram uma ferramenta efetiva que fez ou que faz a comunicação direta com sua base social. O que dificulta acreditar que a ausência da comunicação é um fator que dificulta os pequenos produtores a terem informações importantes. No caso do PRONAF, por exemplo, notamos que as linhas de créditos de custeio e de investimento, que deveriam ser utilizadas no desenvolvimento e na melhoria da produção, acabam se limitando a poucas famílias. Além disso, verificamos nas respostas dos questionários dos representantes das 11 instituições pesquisadas que cinco delas não têm nenhum canal de comunicação e as outras seis citaram como exemplo os sites como o da CATI, prefeituras, *Facebook* e *WhatsApp*, ferramentas que da forma como são trabalhadas, não atingem o público alvo.

Em São José do Rio Pardo, município com 1.092 propriedades, foram assinados apenas 80 contratos para custeio e 14 para investimento, no ano de 2014. No ano seguinte, os contratos de custeio foram 73 e os de investimento tiveram um crescimento, para 25. Em 2016, houve mais queda nos números: desta vez os contratos de custeio caíram para 66 e os de investimento, para 13, conforme descrito no Capítulo 3.

Segundo o presidente do Sindicato Rural de São José do Rio Pardo, a grande maioria dos produtores, infelizmente, por falta de orientação e de informação, só procura as agências financiadoras quando estão endividados e querem empréstimos para pagar as contas. O correto seria ser buscado financiamento para ampliar e melhorar a qualidade de sua produção no momento em que se está com plena saúde financeira. O que é constatado confronta os princípios dos programas federais de fomento à agricultura familiar. O estudo verificou que, apesar disso, nem o Governo Federal, nem o Governo Estadual e menos ainda as Prefeituras oferecem ou procuram alternativas que contribuam para a superação desta realidade. Pior ainda, não reconhecem que o problema existe.

Durante os governos Lula e Dilma, criou-se a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e, por meio dela, a TV Brasil – um canal de comunicação pioneiro e importante, mas que, infelizmente, não conseguiu atingir seus propósitos que eram o de levar os sinais da emissora a todos os cantos do país por meio da Rede Brasil de Televisão (RBT). Foi a primeira tentativa de se estabelecer no País um canal público de comunicação. Hoje, a EBC vive um verdadeiro processo de desmonte promovido pelo atual governo, que usurpou o comando do país.

Mas, mesmo antes do golpe, os governos petistas não criaram condições favoráveis para a divulgação e disseminação de informações sobre os programas federais de fomento, além de não expandirem os sinais da TV Brasil por meio da RBT.

Esta falta de canais de comunicação também ocorre nas CATIs, departamentos e secretarias de agriculturas das prefeituras. Tomando por base os municípios pequenos como os que foram estudados, com menos de 60 mil habitantes e com grande vocação agrícola de pequeno porte, o estudo constatou que ainda prevalecem os processos de disseminação de informação do tipo “boca a boca” e dependendo da boa vontade do próprio agricultor em procurar as Casas da Agricultura, o que pouco acontece. Fora essa situação, na eventualidade de sindicatos rurais ou técnicos de prefeituras que se desdobram em fazer um pouco mais que lhes permitem as

deficiências estruturais de seus serviços. Por exemplo, foi verificado que apenas 8 produtores disseram que utilizam os serviços da CATI, representando um terço do total de 24 entrevistados.

No caso de departamentos e secretarias, quando muito, esses órgãos utilizam os sites das Prefeituras para postarem algumas informações, enquanto que alguns sindicatos usam das redes sociais para se conectarem com uma parcela pequena dos produtores, já que o número de sindicalizados a essas instituições é baixíssimo. O Sindicato Rural de São José do Rio Pardo, por exemplo, possui apenas cerca de 70 produtores ligados a ele, em um universo de 1.092 propriedades.

Também ficou claro, na fala dos entrevistados, que os jornais e as rádios desses municípios - todos da iniciativa privada - não dão a importância devida aos temas relacionados ao setor agropecuário: pouco se veicula sobre ele. E as prefeituras, que poderiam agir para mudar essa lógica – criando mecanismos de informação e formação dos produtores –, também não o fazem.

A CATI, em cada município, sem exceção, está funcionando com número reduzido de profissionais e, com isso, não consegue cumprir o básico, que é dar assistência técnica rural aos pequenos produtores. De modo geral, hoje, as Casas da Agricultura só estão funcionando por conta das prefeituras, que, por meio de convênio com o Estado, cedem profissionais para a Coordenadoria.

Tudo fica mais claro quando se ouve os agricultores e percebe-se que o grau de desinformação é grande, o que pode ser considerado, em grande medida, resultado das deficiências de uma política pública de comunicação séria que dialogue com essa população.

A CATI, que poderia auxiliar – estabelecendo uma relação entre as duas pontas –, também não o faz, em razão do desmonte promovido pelos 20 anos de governo neoliberal no Estado de São Paulo ou por rivalidade política com os governos locais ou com o Governo Federal.

Os sindicatos, por terem representatividade limitada em decorrência do número de associados, não conseguem mobilizar a categoria. Já as prefeituras, de forma geral, apresentam situação ainda mais precária: não possuem iniciativa com o objetivo de levar informações aos pequenos agricultores, mesmo porque elas pouco produzem material informativo. Os governos municipais colocam como prioridade apenas a sua função estrutural de cuidar das estradas rurais, fazer podas de árvores e, em alguns

casos, emprestar equipamento agrícola – quando este está disponível e funcionando, o que foi verificado nas entrevistas realizadas.

Em um cenário como este, a comunicação parece mesmo ‘coisa de outro mundo’, algo distante da realidade. Em uma administração em que o assunto *Apoio ao pequeno agricultor* tem como prioridade apenas a conservação das estradas, ficará sempre mais difícil atingir resultados de apoio efetivo que dependam de canais de comunicação ou de programas de fomento e financiamento de governo para o setor.

No entanto, para levar as informações básicas sobre o PRONAF, PAA e PNAE – programas focalizados neste trabalho –, até as famílias da agricultura familiar, não seria necessário grande montante de recursos, mas apenas de planejamento e estratégia de implementação.

Uma outra alternativa sugerida, além da já citada criação de Agência de Desenvolvimento Rural, seria que os sindicatos, a CATI e as prefeituras agissem como agentes de difusão, formação e informação de um conteúdo que já existe, que é produzido pelo Governo Federal, mas que não chega a quem precisa e a quem efetivamente deveria ser dirigido.

Para o presidente do Sindicato Rural de Caconde, a falha não está na esfera Estadual ou Federal e sim do poder público municipal. Para ele, o Governo Federal tem os seus programas e coloca-os à disposição, mas a canalização da informação para quem interessa deve ser feita pelo Município, inclusive buscando apoio na iniciativa privada. Ainda segundo ele, a forma para suprir as possíveis falhas que dificultam o conhecimento e o acesso do agricultor ao PRONAF, PAA e PNAE seria o fomento à organização, que não necessariamente precisa ser em cooperativas. Esse entrevistado explicou que os municípios já possuem uma boa infraestrutura que, muitas vezes, faz com que os produtores se acomodem, por isso ele acredita que a organização seria algo importante para suprir esta falha.

Seja como for, o fato é que: sem boa comunicação e organização, dificilmente os produtores terão conhecimento da existência e funcionamento dos programas e, por consequência, dificilmente terão incentivo para se organizarem, já que a ausência de informação, seja ela proposital ou não, acaba desarticulando e isolando os possíveis beneficiários dos programas aqui colocados. O conjunto de entrevistas realizado atesta esta conclusão, como foi detalhado no capítulo 4 deste estudo.

Outro ponto abordado no estudo é a falta de investimento no setor agrícola no Estado de São Paulo, que prejudica diretamente o pequeno agricultor, que acabou

ficando refém das empresas transnacionais que atuam no país. O desmonte das Casas da Agricultura e, por consequência, da CATI, com a falta de funcionários, não ocorre por acaso. Ele está associado ao ideário neoliberal vigente no governo estadual, que sucateia as estruturas estatais e que busca diminuir as ações do Estado favorecendo as forças e os interesses da iniciativa privada.

As entrevistas realizadas verificaram que essa lacuna deixada pelo Estado foi ocupada rapidamente pelos técnicos e agrônomos das lojas de insumos (adubos para a nutrição das plantas, defensivos para o controle de pragas) que estão espalhadas pelos municípios do Estado. Elas também comercializam sementes e prestam assistência técnica rural (análise de solo, consulta a doenças e pragas, cotação da produção, entre outras práticas). As visitas dos representantes dessas lojas aos agricultores têm como objetivo a venda de sementes e defensivos agrícolas que, normalmente, estão nas mãos de seis empresas: Monsanto (EUA), Syngenta (Suíça), Dupont (EUA), Basf (Alemanha), Bayer (Alemanha) e Dow (EUA). Em alguns casos, como no do milho transgênico, por exemplo, o agricultor deixa de comprar um produto de qualidade, que lhe garante semente da própria produção, para adquirir outro que lhe deixará refém das transnacionais, por falta de informação. Em muitas Casas de Agricultura, por exemplo, o produtor pode encontrar sementes de milho por um preço bem mais em conta do que as sementes oferecidas pelas lojas convencionais. Só que essa informação não chega até eles.

Conclui-se, portanto, que tudo isso poderia ter sido evitado ou pelo menos amenizado se o Governo Federal, no período em que Lula e Dilma estiveram à frente do País, tivesse tido a coragem de colocar em prática ao menos o que havia sido cogitado na criação da EBC e da TV Brasil e por outras iniciativas de comunicação. E aqui nem estamos tratando do que deveria ser o ideal, que seria a democratização da comunicação.

O fato é que no, atual modelo, as pontas não se conectam: Governo Federal e povo brasileiro estão distantes um do outro. De um lado, o Governo apresenta e coloca em prática suas políticas públicas, só que, do outro, a população não se identifica e nem se apodera dos programas como uma conquista, pois falta entendimento e comunicação. Isso ocorre não apenas no setor agrícola, mas também na Educação, Saúde, Infraestrutura entre outros setores. Ou seja, se houve erros nas duas administrações petistas, com certeza um deles foi o da falta de atenção com a comunicação pública, o que, como mostra a presente análise, prejudica os objetivos

de apoio aos pequenos produtores rurais, transferência e distribuição de renda e de geração de empregos e oportunidades no campo.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA (ANDI). Mídia e Políticas Públicas de Comunicação. 2007. 225 p. Disponível em:

<<http://www.andi.org.br/politicas-de-comunicacao/publicacao/midia-e-politicas-publicas-de-comunicacao>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

ARAÚJO, J. P. Guia dos Direitos Sociais: a igualdade social e as diferenças entre a esquerda e os neoliberais. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. 272 p.

BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília, 28 jul. 1996.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm>. Acesso em: 2 set. 2017.

BRASIL. Decreto nº 6.882, de 12 de junho de 2009. Institui, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Unidade de Produção Familiar - Pronaf Sustentável, e dá outras providências. Brasília, 19 de junho de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6882.htm. Acesso em: 2 set. 2017.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 24 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 5 set. 2017.

BRASIL. LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em: 18 out. 2016.

BRASIL DEBATE et al. Por um Brasil Justo e Democrático: O Brasil que queremos: subsídios para um projeto de desenvolvimento nacional. São Paulo, 2015. v. 2. 84 p.

Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/porumbrasiljustoedemocratico-vol-02_0.pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.

BRESCIANI, E.; PEREIRA, P. C. Gastos com a EBC chegam a R\$ 3,6 bilhões desde sua criação. O Globo, Rio de Janeiro, 28 maio 2016. Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/brasil/gastos-com-ebc-chegam-r-36-bilhoes-desde-sua-criacao-19379523>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

CANAL RURAL. Produção de sementes engolida pelo mato em São Paulo.

Disponível em:

<<http://www.canalrural.com.br/noticias/rural-noticias/producao-sementes-engolida-pelo-mato-sao-paulo-55134>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

CARTA CAPITAL. Publicidade federal: Globo recebeu R\$ 6,2 bilhões dos governos Lula e Dilma (2015). Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/midiatico/emissoras-de-tv-receberam-mais-de-r-10-8-bilhoes-publicidade-federal-7609.html>>. Acesso em: 8 out. 2016.

CASTRO, C. N. Desafios da Agricultura Familiar: O caso da Assistência Técnica e Extensão Rural. In: Boletim Regional, Urbano e Ambiental 12. IPEA jul./dez. 2015. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6492/1/BRU_n12_Desafios.pdf>. Acesso em: 14 out. 2016.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas. Manual da Lei de acesso à Informação para Estados e Municípios. Brasília, 2013. 1. ed. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/transparencia-publica/brasil-transparente/arquivos/manual_lai_estadosmunicipios.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI). Disponível em: <<http://50anos.cati.sp.gov.br/2017/04/27/casas-da-agricultura-portas-abertas-para-o-desenvolvimento-no-campo/>>. Acesso em: 15 jul. 2017

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI). Projeto Lupa. 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosmunicipais.php>>. Acesso em: 7 set. 2017.

CORDEIRO, T. G. Política social e direito social: uma abordagem histórico-conceitual. Disponível em: <http://cac-php.unioeste.br/eventos/Anais/servico-social/anais/TC_POL_SOCIAL_DIREITO_SOCIAL_ABORD_HIST_CONCEITUAL.pdf>. Acesso em: 16 de out. 2016.

DOWBOR, L. O pão nosso de cada dia: processos produtivos no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. 144 p.

GALINDO, E. P. et al. Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas. Brasília: Ipea, 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_politicagroambientais.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2017

GIANNOTTI, V. Comunicação dos Trabalhadores e a Hegemonia. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. 208 p.

GRISA, C; TRICHES, M. R. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência. Revista do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), vinculado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Presidente Prudente. Ano 18, nº 26, Edição Especial 2015. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/3569>>. Acesso em: 10 ago. 2017

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário 2006. Elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e IBGE. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf. Acesso em: abr. de 2017.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. (atual: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário). Saiba como obter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/saiba-como-obter-declaracao-de-aptidao-ao-pronaf-dap>. Acesso em: 12 de set. de 2017.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Participação da Agricultura Familiar no Brasil (2013). Disponível em: http://www.globalbioenergy.org/fileadmin/user_upload/gbep/docs/2013_events/GBEP_Bioenergy_Week_Brasilia_18-23_March_2013/3.8_MACHADO.pdf. Acesso em: 14 maio 2017.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Apresentação PAC2 (2014). Disponível em: <http://www.mda.gov.br/pac2/>. Acesso em: 20 de abr. 2017.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 15 ago. 2017.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL: Plano Brasil Sem Miséria. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/ferramentas/nucleo/grupo.php?id_grupo=69. Acesso em: 14 de set. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. 2. ed. versão atualizada com a Resolução CD/FNDE nº 04/2015. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-area-para-gestores/pnae-manuais-cartilhas/item/8595-manual-de-aquisicao-de-produtos-da-agricultura-familiar-para-a-alimentacao-escolar>. Acesso: 15 set. 2017

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 15, de 16 de junho de 2003. Diário Oficial da União. Brasília, 3 jul. 2003 (republicado). Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4272-resolucao-cd-fnde-n-15,-de-16-de-junho-de-2003>. Acesso em: 10 out. 2017.

MORAES, R. Política, Sociedade e Meios de Comunicação de Massa. In: Comunicação e Gestão Pública. Greiner Teixeira Marinho Costa (org.). Campinas (SP): Editora Alínea, 2015. p. 77-95

MOYSES, D; SILVA, S. P. da; VALENTE, J. Sistemas Públicos de Comunicação: panorama analítico das experiências em doze países e os desafios para o caso

brasileiro. In: O Sistema público de comunicação no mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro. Intervozes. São Paulo: Intervozes/Paulus, 2009. p. 291-319. Coleção Comunicação. Disponível em: <<http://www.intervozes.org.br/arquivos/interliv004spcmepb.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2017

PIRES, M. J. de S. Contradições em processo: um estudo da estrutura e evolução do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): 2000 a 2010. Brasília: Ipea, 2013. (Texto para Discussão, n. 1.914). Disponível em: <<http://tinyurl.com/ms5sndl>>. Acesso em: 10 set. 2017

RAMOS, M. C. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. In: Direitos à comunicação na sociedade da informação. MELO, J. M. de; SATHLER, L. (Org.). São Bernardo do Campo: Umesp, 2005. p.246. Disponível em: <http://www.andi.org.br/sites/default/files/legislacao/245_253_direitos_a_comunicacao_politicas_publicas_murilo_ramos.pdf>. Acesso em: 7 maio 2017.

RESENDE, G. M. Avaliação de políticas públicas no Brasil: uma análise de seus impactos Regionais. Rio de Janeiro: Ipea, 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_avaliacao_politicas_1>. Acesso em: 5 out. 2017

SAMBUICHI, Regina H. R. ... [et al.]. Políticas Agroambientais e Sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas - Brasília: Ipea, 2014. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_politicasagroambientais.pdf. Acesso em: 10 ago. 2017.

SARAIVA, E. B. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(4):927-936, 2013.

SOUZA, M. G. P. de; VALADARES, A. A. A trajetória recente do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): uma análise das mudanças normativas e institucionais que deram nova inflexão ao programa. Nota técnica nº 21, de dezembro de 2015. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/151215_nt_disoc_21.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2017

TOMAZELA, J. M. Denúncia: Institutos sucateados - Cientistas alertam para o descaso oficial em relação às instituições públicas de pesquisa e extensão rural em São Paulo e outros estados. In: *Jornal do Nassif*. Disponível em: <<https://www.jornaldonassif.com.br/page/noticia/agricultura-denuncia-institutos-de-pesquisa-sucateados>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

UNESCO. Um mundo e muitas vozes – comunicação e informação na nossa época. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1983.

VALENTE, J. Sistema público de comunicação do Brasil. In: O Sistema público de comunicação no mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro. Intervozes.

São Paulo: Intervozes/Paulus, 2009. p. 269-289. Coleção Comunicação. Disponível em:
<<http://www.intervozes.org.br/arquivos/interliv004spcmepb.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2017

APÊNDICE A – Caracterização dos municípios

Os municípios de Caconde, Divinolândia, São José do Rio Pardo, São Sebastião da Gramma e Tapiratiba foram os escolhidos para fazer parte deste estudo. Eles estão localizados na microrregião de São João da Boa Vista, que pertence à mesorregião Campinas (5ª Região Administrativa do Estado de São Paulo).

A microrregião possui uma área total de 5.429,437 km², com população de 409.437 habitantes em 2010, segundo o Censo IBGE, dividida em quatorze municípios: os cinco já mencionados, mais Águas da Prata, Espírito Santo do Pinhal, São João da Boa Vista, Casa Branca, Itobi, Mococa, Santo Antônio do Jardim, Tambaú e Vargem Grande do Sul.

Com base nas informações verificadas nos planos municipais de desenvolvimento rural e sustentável (PMDRS) dos cinco municípios (CATI 2017), tentaremos demonstrar a importância do setor agropecuário de cada um deles e, a partir das análises e discussão de cada plano, demonstrar o resultado apontado, as dificuldades e as diretrizes de desenvolvimento em cada um deles – principalmente no que diz respeito à comunicação pública.

Normalmente, os planos municipais são elaborados pelos conselhos municipais de desenvolvimento rural a partir de um diagnóstico participativo ocorrido com lideranças municipais e produtores rurais divididos em grupos produtivos, bovinocultura de corte e leite, cafeicultura, horticultura e olericultura, avicultura e suinocultura.

Seu principal objetivo é de servir de orientação e guia para a busca do desenvolvimento rural sustentável, garantindo a qualidade de vida da população rural, geração de emprego e renda, inclusão social e respeito ao meio ambiente.

Ele também traz informações socioeconômicas importantes que ajudam a entender o perfil dos municípios mencionados.

CACONDE

O último PMDRS de Caconde foi concluído em dezembro de 2010, com vigência até 2013. Foi elaborado com base em métodos participativos, seja por meio de avaliação dos planos de microbacias hidrográficas nas comunidades rurais

envolvidas, seja por meio das discussões com associação de produtores e no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Caconde.

As instituições envolvidas e comprometidas na elaboração do Plano foram: Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Caconde, Associação Agropecuária Barra Grande de Caconde, Associação de Desenvolvimento Comunitário do Vale do Jaboticabal, Sindicato Rural de Caconde, Banco do Brasil (Agência Tapiratiba), Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda. (Cooxupé, núcleo Caconde) e Casa da Agricultura de Caconde.

De acordo com os seus organizadores, a expectativa do material produzido foi de dar subsídios para possível execução de políticas públicas no município.

Caconde surgiu em meados do século XVIII, com a descoberta de ouro, mas que foi rapidamente extenuado. Porém, a atividade permitiu a povoação e a evolução nas atividades agropastoris. Em 1966, a cidade conquistou a condição de Estância Climática.

A agropecuária é o esteio de sua economia, dela depende cerca de 65% da população, diretamente e indiretamente.

A partir de 1970, houve um acentuado crescimento nas culturas de café e um decréscimo nas áreas com culturas temporárias, ao mesmo tempo em que ocorreu um acréscimo proporcional da área de pastagens cultivadas enquanto a área de pastagens naturais diminuiu.

Há uma tendência dos proprietários rurais de buscar alternativas com culturas de uva, banana, olericultura, reflorestamento com eucalipto, piscicultura, apicultura, avicultura de corte, suinocultura, confinamento de bovinos, criação de avestruz, ovinos e caprinos; agropecuária orgânica e mesmo o turismo rural.

Existe no município uma preocupação e conscientização com o desenvolvimento sustentável, pelas quais os proprietários estão adotando técnicas de conservação do solo e da água, como o plantio em nível, uso de roçadas, plantio direto na palha, construção de fossas sépticas, além de permitir a regeneração da mata ciliar.

Na pecuária, existe uma tendência em melhorar a produtividade através da melhora genética dos animais e da alimentação, com reforma, correção, adubação e divisão de pastagem, irrigação e, na seca, com o uso de capineiras, forrageiras de inverno e silagem.

Nota-se, por meio do levantamento feito no PMDRS, que há um trabalho através de associações e entidades correlatas para melhorar a qualidade dos produtos da agropecuária, principalmente o café, através de certificação, classificação e comercialização, visando um preço melhor no mercado.

Com isso, percebe-se que, mesmo com limitações, em Caconde existe uma dinâmica e um reconhecimento da importância do sistema agropecuário. No entanto, a falta de canais de comunicação é também um fator real e limitador no acesso à informação para os pequenos produtores. Ou seja, à medida em que a informação chega a quem produz, a tendência é que melhorem a dinâmica e a qualidade de vida de quem depende da terra.

Nota-se que há uma certa vontade das instituições envolvidas na elaboração do PMDRS de buscar alternativas mais viáveis e rentáveis para os produtores, principalmente os familiares. Mas, em nenhum momento, o PMDRS demonstra qual é a percepção do agricultor e sua família em relação às alternativas que acabam sendo apresentadas. Também fica clara a limitação da Prefeitura no debate do Plano, que não se coloca como a principal instituição envolvida na produção deste documento. A comunicação, como poderá ser notado abaixo, quase não é citada e muito menos colocada como um dos itens mais importante deste processo, que busca a qualidade de vida e o desenvolvimento do município.

Dados Geográficos:

A área total do município é de 47.049 hectares (IBGE), sendo que a área rural é de 43.898 hectares (LUPA) e a urbana é de 3.151 hectares.

População:

População total	População urbana	População rural	Densidade demográfica
18.552	12.328	6.244	39 hab./km ²

Fonte: IBGE

É um município abundante em recursos hídricos. Os principais rios são: o rio Pardo, onde se localiza a Hidrelétrica da Usina Caconde, com 31 km² de espelho d'água, e o rio Bom Jesus. Possui também os córregos São Mateus, São Tomás, Bom Sucesso, São Miguel, Jaboticabal, Engano, Cedro, Faisqueira, Boa Vista, Conceição e Córrego da Vaca.

De forma limitada, a Casa da Agricultura de Caconde oferece Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) aos agricultores. No entanto, boa parte deste

trabalho, principalmente no que diz respeito ao café, acaba sendo realizado pelo núcleo de Caconde da Cooxupé – a maior cooperativa de café do mundo, segundo o site Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (2013). Em Caconde ela possui, aproximadamente, 400 cooperados, que recebem assistência técnica e usam outros serviços disponibilizados pela Cooperativa. A Cooxupé também oferece assistência técnica para clientes e produtos para a agropecuária.

A malha viária municipal é de, aproximadamente, 1.600 km e a conservação é feita apenas por motoniveladora, usando pouco cascalho. O município não dispõe de linhas regulares de ônibus na zona rural. O transporte de pessoas normalmente é feito por veículos próprios ou alugados. Há o transporte escolar para alunos durante o ano letivo. Já o transporte de cargas é feito por caminhões e caminhonetes próprios ou fretados. O transporte de trabalhadores rurais é feito por ônibus fretado.

Em relação ao saneamento, em boa parte da zona rural o esgoto é canalizado para fossas negras, fica a céu aberto ou é lançado em cursos de água – o que causa poluição ambiental. No entanto, através do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, iniciou-se recentemente a construção de fossas sépticas biodigestoras.

Possui uma boa rede de transmissão de energia elétrica, que cobre praticamente todo o município.

Em relação à comunicação, segundo o PMDRS, o município possui celular com sinal precário, necessitando de antenas, e alguns telefones públicos em alguns bairros. A cidade possui duas emissoras de rádio (Rádio Cultura FM e a Rádio Aurora) e três jornais semanais - Folha Cacondense, Notícias de Caconde e Gazeta de Caconde, todos da iniciativa privada.

Apesar do perfil agrícola do município, nem as emissoras de rádio nem os jornais dispensam muita atenção ao tema, deixando de dialogar com os produtores rurais.

A Cooxupé – por meio da sede, em Guaxupé (MG) –, produz o seu informativo mensal, a Folha Rural, mas que se restringe apenas à atuação da cooperativa e do seu principal produto – o café.

A CATI, com suas limitações, não consegue dialogar com os produtores. O Sindicato Rural também não possui meio de comunicação impresso nem site na internet.

Com isso, os pequenos produtores, dentro das suas limitações e com poucas informações, veem-se obrigados a buscar alternativas em organizações privadas para suprir suas carências - seja orientação técnica, crédito financeiro, entre outras.

Essa carência de informação muitas vezes dificulta o acesso a programas oferecidos pelo governo federal – como o PRONAF, PAA e o PNAE –, que poderiam contribuir na solução das demandas.

Porém, vale salientar que aqueles que conseguiram ter acesso às políticas públicas mencionadas não têm noção de que o benefício concedido se refere a uma política pública concedida por um governo que, de alguma forma, acreditava na importância da agricultura familiar para o país.

Por não terem essa consciência, essas políticas públicas acabaram não sendo apoderadas por quem mais precisava, o que facilita, por exemplo, que outro governo, com perspectivas apenas no agronegócio, desmonte todas as iniciativas de fortalecimento da cadeia produtiva da agricultura familiar no Brasil.

Mas, de modo geral, os agricultores de Caconde estão organizados em algumas entidades, como: Sindicato Rural (150 sindicalizados), Cooxupé (400 cooperados), Conselho Agrícola Municipal, Associação de Desenvolvimento Comunitário do Vale do Jaboticabal (90 associados), Associação Agropecuária Barra Grande Caconde (74 associados), Associação Agropecuária da MBH do Córrego Jaboticabal (13 sócios), Associação Fratellanza Montanhosa (32 associados) e Associação para Proteção Ambiental de Caconde (186 membros).

Ocupação do Solo:

Descrição de uso do solo	Nº de UPAs	Área (ha)	%
Cultura Perene	1250	10.133,10	23,08
Reflorestamento	561	1.022,20	2,33
Vegetação Natural	707	3.360,10	7,65
Área Complementar	1.327	743,66	1,69
Cultura Temporária	517	2.561,60	5,84
Pastagens	1683	25.399,90	57,86
Área em descanso	152	555,10	1,26
Vegetação de brejo e várzea	100	122,80	0,28
Área Total da UPA	1.967	43.898,46	100,0

Fonte: LUPA – CATI/SAA (2008).

Principais atividades agropecuárias:

Principais Explorações Agrícolas	Área (ha)	Nº UPAs
Café	10.032,40	1222
Milho	1.455,6	434
Feijão	73,1	23
Batata	27	2
Cana-de-açúcar	860,9	106
Pastagens	25.389,0	1931

Fonte: LUPA – CATI/SAA (2008).

Principais Explorações Pecuárias	Nº	Unidade	Nº UPAs
Bovinos de leite	1315	cabeças	55
Bovinos de corte	4.114,0	cabeças	94
Bovinos de misto	20.375,0	cabeças	955
Avicultura de corte	20.0490,0	cabeças	7
Suínocultura	2.340,0	cabeças	55
Apicultura	836	colmeias	15
Piscicultura	14.290,00	m ² tanque	7

Fonte: LUPA – CATI/SAA (2008).

Segundo dados do PMDRS, aproximadamente 65% da população de Caconde depende diretamente ou indiretamente da agropecuária do município. No entanto, o município não dispõe de uma infraestrutura adequada e suficiente para o armazenamento de sua produção. Também não há entrepostos.

A Prefeitura dispõe de tratores, implementos, máquina de beneficiar café, mas em quantidade insuficiente para atender toda a demanda. O gerenciamento é feito pelo Departamento de Agricultura da Prefeitura.

Na cidade, os pequenos agricultores participam da feira do produtor, onde são comercializados alimentos da agricultura familiar. Ela acontece duas vezes por semana, no período da manhã. Os itens mais comercializados são as frutas, olerícolas, cereais e produtos de fabricação caseira, como derivados de leite, farinha de milho, pó de café, doces, entre outros.

No que se refere à cadeia produtiva, o PMDRS diagnosticou as dificuldades e também deu algumas sugestões sobre as três principais cadeias do município: café, pecuária bovina (carne e leite) e o turismo rural.

Em relação ao café, as dificuldades diagnosticadas são: a baixa produtividade, a falta de mão de obra na colheita, baixa qualificação da mão de obra, a legislação trabalhista exigente, burocrática e onerosa, produtores descapitalizados, dificuldade de mecanização devido à topografia acidentada, alto custo dos insumos, falta de remuneração adequada pela qualidade do café, entre outras.

Como proposta para enfrentar o cenário da *cafeicultura*, foram sugeridas essas medidas: aumento da mecanização, revisão da legislação trabalhista, diversificação da atividade agropecuária, busca de apoio e recursos junto aos órgãos públicos – para atender as necessidades das propriedades –, criação de selo de qualidade, parceria com órgãos públicos, capacitação, venda e compra em conjunto, revisão da legislação ambiental e assistência técnica.

Em relação à pecuária bovina, foram apresentadas algumas dificuldades, como: baixa produtividade, oferta do produto reduzida e inconstante, custo elevado de produção.

Já para superar essas dificuldades, foram colocadas como propostas: melhoramento genético, manejo adequado, melhor alimentação na seca e divulgação das ações do projeto como CATI-Leite e projeto EMBRAPA.

No que se refere ao turismo rural, a dificuldade levantada pelo Conselho que trabalhou o PMDRS foi o baixo fluxo de turistas no município. Não foi apresentada nenhuma sugestão para superar esta dificuldade.

Como diretrizes para o desenvolvimento municipal, foram colocadas algumas alternativas em relação ao aumento da produtividade e qualidade do café. Entre elas, estão: assistência técnica, renovação de lavoura, adequação de espaçamentos, uso adequado de insumos e agrotóxicos, cuidados na pós colheita, beneficiamento e classificação.

Em relação a estruturação e desenvolvimento do turismo rural, a estratégia é de se realizar capacitação, buscar parcerias, disponibilizar linhas de crédito e adequar as propriedades rurais.

Caconde é único município que trata do tema da agricultura familiar de forma específica e, nesse caso, as estratégias incluem: acesso ao crédito rural, capacitação e qualificação profissional dos agricultores familiares, disponibilização de assistência técnica e extensão rural, participação em programas de aquisição de alimentos (PAA).

Do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural de Caconde também consta um planejamento básico de execução do que foi planejado. No caso do acesso ao crédito, ele especifica a CATI, a Prefeitura e as instituições financeiras. Já em relação ao PAA, o Plano especifica a CATI, a CONAB, a Prefeitura e a Associação Agropecuária Barra Grande Caconde.

Cita também o PNAE (merenda escolar) e as instituições responsáveis: CONAB, Prefeitura e Associação Agropecuária Barra Grande Caconde.

Porém, não há muita preocupação em relação à comunicação - seja horizontal ou transversal. A comunicação foi mencionada uma única vez, e de forma tímida, na cadeia produtiva da pecuária, aparecendo como a necessidade de se divulgar as ações do projeto da CATI-Leite e projeto EMBRAPA.

DIVINOLÂNDIA

O Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Divinolândia (2010) foi concluído em dezembro de 2010, com vigência até 2013. Ele foi realizado com integrantes da CATI, da Casa da Agricultura de Divinolândia, da Prefeitura, do Sindicato Rural Patronal, da Associação dos Moradores do Bairro Campestrinho, da Associação dos Moradores do Bairro Ribeirão Santo Antônio e da Associação dos Produtores de Divinolândia

A origem do município de Divinolândia data por volta de 1850, com um pequeno rancho à margem do Rio do Peixe, onde os tropeiros, vindos de Caconde, rumo a Casa Branca, paravam para descansar e pernoitar. A atual cidade desenvolveu-se a partir do povoado denominado Espírito Santo do Rio do Peixe. Em 1865 foi criada a freguesia em terras pertencentes ao município de Caconde, sendo transferida posteriormente para o município de São José do Rio Pardo (1898). Somente em 1953 o distrito foi elevado à categoria de município, com denominação de Divinolândia.

O município é formado pelos distritos de Divinolândia, Campestrinho, Três Barras e Ribeirão do Santo Antônio.

Divinolândia possui uma área total de 24.599 hectares, sendo 24.431 hectares de área rural e 168 hectares de urbana - tendo na agropecuária a principal fonte econômica e geradora de emprego.

No início da colonização, com o desmatamento das terras, as primeiras áreas foram ocupadas com pastagens e café. No início da década de 1930, a cultura da batata foi introduzida por imigrantes italianos e espanhóis e, devido às condições de clima e solo do município, a cultura expandiu-se rapidamente tornando-se a principal atividade econômica e geradora de emprego até o final do século 20 e início do século 21.

Com a decadência da exploração da cultura da batata devido a problemas de doenças bacterianas de solo, topografia, dificuldade de mecanização e alto custo de

produção, ocorreu um declínio bastante significativo da área de plantio. As áreas da cultura da batata foram substituídas por pastagens, café e várias hortaliças, havendo assim uma diversificação de culturas.

Atualmente, além destas explorações citadas, o município conta com iniciativas isoladas de plantio de fruticultura de clima subtropical.

População:

População total	População urbana	População rural	Densidade demográfica
11991	6850	5141	50,63 hab./km ²

Fonte IBGE – Censo Agropecuário 2007.

O município de Divinolândia vem se destacando, nos últimos anos, na produção de cafés diferenciados, principalmente voltados à qualidade de “Cafés de Montanhas” e “Orgânico”.

Em quase todas as sedes de propriedades há a ocorrência de pequenos barramentos nas drenagens, para uso doméstico, de irrigação e dessedentação de animais. O município possui 48% de sua área total ocupada por pastagens e 31% ocupada por agricultura, com destaque para o cultivo de batata, cebola e café. Isto provocou o processo de retirada da mata ciliar ao longo dos cursos d’água e das cabeceiras.

Seu principal rio é o Rio do Peixe, que tem como afluentes: Ribeirão São Domingos, Ribeirão do Santo Antônio, Córrego Santo Ambrósio, Córrego Contendas, Córrego da Três Barras, Córrego Fortaleza, Córrego Cachoeirinha, Córrego Conceição, Córrego Pirapitinga, Córrego Vargem Grande, Córrego Água Fria.

O município possui boa malha viária, contando hoje com aproximadamente 350 quilômetros de estradas rurais de boa qualidade, que são responsáveis pelo escoamento da produção agropecuária do município e tráfego da população rural, bem como a realização dos atendimentos por parte do poder público.

Por meio da CATI, a população rural tem acesso à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Ela funciona na Casa da Agricultura, conveniada com a Prefeitura Municipal. Tem ainda assistência técnica através das lojas de comércio de insumos, que mantêm profissionais da área.

A Casa da Agricultura atende, basicamente, agricultores familiares e, de acordo com o PMDRS, são cerca de 200 atendimentos mensais, entre consultas e orientações técnicas.

Entre os tipos de atendimentos, estão o da assistência técnica a nível de imóvel, consultas, emissão de DAPs, elaboração de laudos e projetos técnicos de crédito rural. Também são realizadas cerca de 15 interpretações de análise de solo mensalmente. No local, há também a venda de sacas de milho e de feijão.

O crédito rural no município está centralizado principalmente no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal: a grande maioria do público atendido é voltado para a agricultura familiar (80%), através da linha PRONAF (Custeio + Investimento), e linha FEAP (que é uma linha de crédito somente do Estado de São Paulo), onde são realizados somente linhas de crédito para investimento em infraestrutura da propriedade. As duas linhas de crédito são de fácil acessibilidade e são avaliadas, avalizadas e operacionalizadas pelos técnicos da Casa da Agricultura.

No ano de 2.009, foram emitidas 147 declarações de aptidão ao PRONAF, elaborados 28 projetos de investimento da linha PRONAF, e 4 projetos de investimentos da linha FEAP. Estima-se o montante de R\$ 10.000.000,00, somente da linha PRONAF, entre as operações de custeio e investimento operacionalizadas pelas duas agências.

Segundo informações apresentadas pelo PMDRS, a principal dificuldade encontrada pelo agricultor está no processo de comercialização, principalmente no segmento de hortaliças, no qual há um grande volume de produtos que são repassados para comerciantes, que dificultam a cadeia comercial, principalmente nos itens “descarte”, e “prazo de pagamento”. De acordo com o documento, o ideal seria que o produtor fizesse o repasse de sua mercadoria diretamente para a fonte consumidora, como é realizado pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Em Divinolândia, o local de entrega das hortaliças para o Programa ocorre nas dependências da Casa da Agricultura, onde são distribuídos gratuitamente e diretamente para entidades sociais sem fins lucrativos, como creches, asilos, hospitais e escolas.

Na área rural, o município dispõe de transporte escolar para alunos durante o ano letivo. Já o transporte de pessoas que residem na área rural, na maioria das vezes, é feito por veículo próprio.

Para transportes de carga e escoamento da produção, são usados caminhões, caminhonetes e utilitários leves durante o ano todo. Em sua maioria, esses veículos, principalmente os maiores, são contratados.

Assim como em Caconde, o esgoto das residências de Divinolândia é canalizado para fossas negras, cursos de água e fossas sépticas.

O município dispõe de energia elétrica com atendimento praticamente em todo o município onde há residências, e a qualidade é ótima.

No que se refere à comunicação, Divinolândia possui uma emissora comunitária – a Rádio Verde Vale FM –, e três jornais impressos: A Imprensa, A Folha e Folha Divinolandense – com periodicidade que varia de semanal a quinzenal.

Também como em Caconde, os meios de comunicação oficial do município não dialogam com o principal setor econômico – a agropecuária.

De modo geral, os agricultores estão organizados em dois sindicatos e uma associação: Associação dos Cafeicultores de Montanha de Divinolândia, o Sindicato Rural de Divinolândia (patronal) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Ocupação do Solo

Descrição de uso do solo	Nº de UPAs	Área (ha)	%
Cultura Perene	489	3016.1	12.96
Reflorestamento	207	355.2	1.53
Vegetação Natural	617	2611.3	11.22
Área Complementar	1020	626.5	2.69
Cultura Temporária	433	2677.0	11.5
Pastagens	1032	13670.8	58.73
Área em descanso	59	296.24	1.27
Vegetação de brejo e várzea	28	24.0	0.1

Fonte: LUPA – CATI/SAA (2008)

Principais atividades agropecuárias

Principais Explorações Agrícolas	Área (ha)	Nº UPAs
Café	3004.3	485
Batata	878.0	150
Milho	775.8	211
Cebola	692.2	144
Beterraba	39.3	15
Cenoura	122.1	55
Feijão	109.7	45
Repolho	114.2	59

Fonte: LUPA – CATI/SAA (2008)

Principais Explorações Pecuárias	Nº	Unidade	Nº UPAs
Avicultura de Corte	495000.0	cabeças/ano	1
Bovinocultuta Mista	10245.0	cabeças	558
Bovinocultura Leiteira	2850.0	cabeças	71
Bovinocultuta de Corte	1759.0	cabeças	76
Suínocultura	837.0	cabeças	53
Avicultura para Ovos	320.0	cabeças	3
Equinocultura	318.0	cabeças	106
Asininos e Muares	264.0	cabeças	182
Piscicultura	203.0	M² tanques	2
Avicultura Ornamental/decorativa/exótica	50.0	cabeças	1
Caprinocultura	45.0	cabeças	2
Apicultura	33.0	colmeias	4
Minhocultura	20.0	canteiros	1
Bubalinocultura	11.0	cabeças	1
Ovinocultura	10.0	cabeças	1

Fonte: LUPA – CATI/SAA (2008).

Participação da Agropecuária na Economia Municipal

Valor adicionado				Total (em milhões de Reais)	PIB (3) (em milhões de Reais)	PIB per Capita (4) (em Reais)
Agropecuária (em milhões de Reais)	Indústria (em milhões de Reais)	Serviços (em milhões de Reais)				
		Administração Pública	Total (2)			
20,83	8,74	14,85	80,80	110,37	118,79	9.762,56

Fonte: PMDRS de Divinolândia (2010).

(2) Inclui o VA da Administração Pública.

(3) O PIB do Município é estimado somando os impostos ao VA total.

(4) O PIB per Capita foi calculado utilizando a população estimada pelo IBGE.

Sobre infraestrutura e serviços públicos, o município não dispõe de armazéns adequados e suficientes para produtos da agropecuária. Já as propriedades rurais, possuem armazéns, só que, em sua maioria, inadequados e insuficientes para atender as necessidades.

Ao contrário de Caconde, que possui uma “patrulha agrícola”, em Divinolândia a Prefeitura não dispõe de tratores, implementos e máquina de beneficiar café, para atender a população rural. A manutenção das estradas rurais fica por conta do Departamento de Obras do município.

Há dois viveiros particulares no município para produção de hortaliças (folhosas) em ambiente protegido, e mudas em sistema de bandejas, principalmente olerícolas.

Há uma pequena feira do produtor, aos domingos, com seis produtores do próprio município e dois de outros municípios.

O município possui um grande número de propriedades rurais, sendo 80% delas classificadas como pequenas propriedades, ou seja, de propriedades familiares, com grau de instrução variando do primário a universitário.

Possui uma agricultura diversificada, que pode ser citada em ordem decrescente de importância econômica para o município: Café, Batata, Cebola, Feijão, Cenoura, Repolho, Cana-de-Açúcar, Milho, pecuária de leite e de corte, avicultura, piscicultura, suinocultura; nos últimos três anos, foi significativa a diminuição de área das referidas culturas temporárias, principalmente a de batata e cebola, enquanto que a área de pastagem vem aumentando na mesma importância.

Sobre a avaliação das dificuldades das principais cadeias produtivas, em relação à produção do café, o PMDRS aponta: a baixa produtividade, produtores descapitalizados, dificuldade de mecanização devido à topografia acidentada, deficiência de infraestrutura de produção, alto custo dos insumos, falta de remuneração adequada pela qualidade do café, restrição do cafeicultor em aplicação as normas de certificação e atendimento à legislação ambiental, problemas de tráfego em trechos críticos das estradas rurais.

Para superar as dificuldades, o plano de Divinolândia sugere essas ações: busca de apoio e recursos frente aos órgãos públicos para atender às necessidades das propriedades em equipamentos e infraestrutura, produção de café de qualidade e diferenciado, capacitação técnica ao produtor rural, venda e compra em grupos, adequação do produtor à legislação ambiental, e assistência técnica.

Em relação à cebola, às hortaliças e à batata, as dificuldades, em geral, são as mesmas: conservação do solo e água; dificuldade de mão de obra devidamente especializada, dificuldade dos produtores no âmbito organizacional, trechos de estradas rurais com dificuldade de tráfego em determinados períodos, comercialização ainda ineficiente, ausência de cooperativa ou associação.

Logo, as sugestões também se assemelham: orientação e organização dos produtores em associações/cooperativas/sindicatos, capacitação e conscientização dos produtores para conservação das estradas rurais, solo e água, manejo da irrigação e destino correto de embalagens, adequação trabalhista para trabalho fracionado, mobilização dos sindicatos, capacitação e organização da comercialização de insumos e produtos agrícolas, assistência técnica organizada e mais eficiente, e, ainda, mais visitas às propriedades.

Nota-se, mais uma vez, que o quesito comunicação não está entre as preocupações dos entes da gestão pública municipal nem dos representantes das entidades que participaram da elaboração do Plano Municipal.

Por fim, o relatório final do PMDRS fala da necessidade de:

- promover treinamento e capacitação para adequação das exigências da produção;
- conscientizar e orientar os produtores familiares e estudantes sobre a questão ambiental;
- promover eventos abordando as vantagens e necessidades de se estar trabalhando em grupos.
- Assistir e dar suporte tecnológico a esses grupos, com acompanhamento e orientação técnica na implantação da cultura junto aos produtores rurais
- Reforçar a ideia de capacitar os operadores e responsáveis pela manutenção de estradas rurais;
- Melhorar o acesso ao crédito rural, a assistência técnica e extensão rural e também a participação no PAA.

SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

No município de São José do Rio Pardo, o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS) foi concluído em dezembro de 2014, com vigência para os anos de 2015 a 2017.

Entre as instituições envolvidas na elaboração deste documento, estavam a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de São José do Rio Pardo (SAMA), a Casa da Agricultura de São José do Rio Pardo, a Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé LTDA. (COOXUPÉ, Núcleo São José), o Sindicato dos Produtores Rurais de São José do Rio Pardo e a Fundação de Pesquisa e Difusão de Tecnologia Agrícola “Luciano Ribeiro da Silva”.

De acordo com o Plano, a agropecuária é o setor que mais garante a distribuição de renda no município, contribuindo para a geração de um grande número de empregos diretos e indiretos na sua cadeia produtiva. Contudo, o próprio documento coloca que as principais cadeias produtivas do setor precisam ser

fortalecidas e organizadas para atender melhor aos produtores. O documento informa também que o setor é o "motor" do setor comercial.

Esta organização mencionada implica não apenas em infraestrutura, planejamento, mas também em uma rede de informação e canais de comunicação que cheguem a todos os agricultores, o que, visivelmente, não existe em São José do Rio Pardo. Essa afirmação fica mais clara à medida em que se aprofunda nos estudos sobre o município e a região.

Ou seja, o município acaba sendo um reflexo de inoperância e ausência de políticas públicas de comunicação do Governo Federal, Estadual e Municipal com a família do campo.

São José do Rio Pardo (1865) é conhecida nacionalmente como "O berço de Os Sertões". Isto deve-se ao fato do livro "Os Sertões" ter sido escrito em São José por Euclides da Cunha, um engenheiro que chegou à cidade para reconstruir uma ponte metálica (importada da Alemanha) que tinha caído logo após ter sido construída.

Em virtude das boas condições do clima e solo, o café acabou sendo o arranque inicial da agricultura em Rio Pardo, permanecendo na condição de liderança econômica até a década de 1980. Posteriormente, perdeu destaque devido à prolongada crise nos preços praticados, chegando a uma redução de mais de 50% da área plantada.

Atualmente, a cultura de cebola responde pela maior fonte de renda agrícola do município, e também pela melhor condição de distribuição de renda, tendo em vista ser praticada por meio de pequenos produtores e meeiros.

Vale destacar que, nos últimos anos, o sistema de parceria com meeiros também vem caindo bastante. Os principais motivos apontados para isso são: a substituição da irrigação convencional (com baixa demanda de mão de obra por pivô central), o aumento da mecanização no preparo do solo, aplicação de herbicidas e defensivos, a mudança para o sistema de plantio direto, os rigores da legislação trabalhista, entre outros.

No caminho da cebola, outras culturas semelhantes de ciclo curto também começaram a se destacar – tais como: milho, cenoura, beterraba, repolho, couve-flor, entre outros –, fazendo o setor olerícola tornar-se o carro chefe da agricultura municipal.

Em termos fundiários, o município evoluiu de aproximadamente 110 propriedades, no início do século XX, para 1.092 propriedades atualmente. A

explicação apresentada pelo PMDRS é a de que as sucessivas divisões ocorreram pelo fato de inúmeros parceiros de outrora terem evoluído para proprietários ao longo do tempo, fazendo com que mais de 80% das propriedades passassem de grandes áreas para áreas de 50 hectares ou menos (LUPA 2014, dados atualizados).

De acordo com o PMDRS, a cana-de-açúcar, hoje, ocupa a maior parte das áreas no município – e só não é maior por causa da topografia que dificulta o acesso de caminhões e da colheita mecanizada. Sua ocupação ocorreu principalmente nas médias e grandes propriedades rurais que estavam descapitalizadas por causa da crise econômica de 1998 e 1999. Esta cultura substituiu, em grande parte, as áreas de cafeicultura e pastagens, por meio de arrendamento às usinas de açúcar e álcool da região. Com a opção da cultura canavieira, estes produtores puderam manter suas propriedades.

População:

População total	População urbana	População rural	Densidade demográfica
51.900	45.959	5.941	123,81 hab./km ²

Fonte: IBGE 2010.

O seu principal rio, o Pardo, corta e empresta o nome ao município. No perímetro urbano, divide a cidade em duas.

Neste trecho, o rio Pardo recebe as águas do rio Guaxupezinho, no limite com Tapiratiba, do rio do Peixe, do rio Fartura e, no limite com Casa Branca, as águas do rio Verde. O Pardo possui uma grande importância econômica, sendo responsável pela irrigação de culturas e por formar duas usinas hidrelétricas dentro da área do município de São José do Rio Pardo - Limoeiro e Euclides da Cunha. Ainda há uma terceira hidrelétrica, a Santa Alice, sendo de menor porte e movida pelas águas do rio Fartura

Além disso, o município também possui uma malha de estradas vicinais de cerca de 600 quilômetros, toda ela de responsabilidade da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Assim como na maioria das cidades, a Casa da Agricultura rio-pardense pertencente ao Governo do Estado, acaba abrigando a CATI e o INCRA, além da própria Secretaria de Agricultura, entre outros órgãos.

Neste espaço, apesar das limitações e falta de investimentos, a CATI presta serviços de orientação sobre como se conservar o solo; faz encaminhamento e

interpretação de análise de solo; elabora Declarações de Aptidão e planos simples aos produtores para o acesso ao crédito rural; elabora laudos técnicos ambientais; orienta sobre o controle de pragas e doenças; além de preparar a ação para capacitação de produtores.

Além da Casa da Agricultura, há também assistência técnica oferecida pela Cooxupé e também por empresas e lojas de insumos agrícolas particulares.

O município conta com os seguintes agentes financeiros: Banco do Brasil e SICRED – os mais expressivos em crédito rural –, além dos bancos Santander, Bradesco, SICCOB Agrocred e Mercantil do Brasil.

Segundo o PMDRS, o maior problema na aquisição de crédito está na inadimplência do produtor que, muitas vezes, é vítima de calotes do comércio atacadista de outras regiões. Este problema, de acordo com o documento, está relacionado à falta de união entre os produtores e à falta de capital de giro dos atacadistas e comerciantes locais e regionais, que ficam à mercê de compradores dos grandes centros e que, muitas vezes, deixam de pagar o produto adquirido. Sem receber e com contas para pagar, o produtor deixa de honrar os compromissos, o que inviabiliza o acesso ao crédito.

Esse motivo, a grosso modo, não parece ser o único problema para que os agricultores familiares possam ter acesso a créditos como, por exemplo, as linhas do PRONAF.

Segundo a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (2017), em 2016, apenas 79 produtores rio-pardenses tiveram acesso ao PRONAF, número muito pequeno considerando que o município possui mais de 1000 propriedades rurais.

Na educação, é um dos poucos municípios que ainda mantém funcionando parte das escolas do campo. No geral, os municípios optam por fechar as escolas e transportar os alunos e alunas para estudarem na cidade. Ou seja, fora de seu local de convívio.

Sobre o transporte na zona rural, assim como nos outros municípios, ele é feito principalmente por veículos particulares. O transporte coletivo da prefeitura (ônibus, vans, ambulâncias) aparece na área de saúde e educação.

Alguns bairros possuem linhas de ônibus particular (Vila Costina, São Bento, Sítio Novo). A grande maioria dos produtores e trabalhadores rurais reside na zona urbana, deslocando-se todos os dias para a zona rural, de automóvel ou motocicleta.

O transporte de hortifrutigranjeiros é frequente pela oferta de produção, e feito principalmente por caminhões de autônomos.

Na maioria das casas da zona rural, a coleta de esgoto é feito em fossas negras, o que pode acarretar contaminação do lençol freático. O abastecimento de água é feito, na maioria, por mina, poço caipira e poços artesianos. A grande maioria não utiliza tratamento ou cloração da água de consumo, mas, de maneira geral, a qualidade da água é aceitável. É importante frisar que todos os bairros rurais possuem rede de energia elétrica e as propriedades que não dispõem de energia elétrica é por falta de interesse do proprietário.

Em relação à organização das famílias na zona rural, o município possui Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicato Rural, Associação dos Moradores do Bairro do Sítio Novo (ASINO), Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda. (COOXUPÉ), Credisan, Cooperativa Agropecuária de São José do Rio Pardo e região (COOPARDENSE), Condomínio Rural dos Produtores de Cebola de São José do Rio Pardo.

Quanto à comunicação, o município tem quatro emissoras de rádio: Difusora AM, 88 Mais FM (Cidade Livre), Notícia FM e Rádio Esperança FM (Comunitária). Das três rádios comerciais, duas são de propriedade da família do deputado federal Silvio Torres (PSDB). A cidade possui três jornais e uma revista: jornal Gazeta do Rio Pardo, jornal Democrata, O JornalZinho e a Revista Evidência.

Os jornais Democrata e Gazeta do Rio Pardo circulam semanalmente, já O JornalZinho e a Evidência, são mensais. É válido ressaltar que o jornal Gazeta também é de propriedade da família Torres.

A Cooxupé também possui um jornal, o Jornal Rural, impresso mensalmente, mas com foco nos seus cooperados e basicamente tratando do setor cafeeiro.

Já o Sindicato Rural, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, COOPARDENSE, Casa de Agricultura e Fundação de Pesquisa, não possuem nenhum meio de comunicação.

Os meios de comunicação convencionais, jornal e emissora de rádio, não demonstram nenhum interesse, ou muito pouco, pelo setor. O executivo local também não possui uma política pública de comunicação. O governo mantém um site de informações apenas como forma de prestação de contas do gestor e sua equipe.

Ainda sobre a comunicação, segundo o PMDRS, aproximadamente 80% dos produtores possuem telefone fixo ou celular e apenas 149 produtores acessam a

internet para fins agropecuários. O número também é pequeno se comparado ao total de propriedades rurais existentes em São José do Rio Pardo.

Ocupação do Solo

Descrição de uso do solo	Nº de UPAs	Área (ha)	%
Cultura Perene	121	22803,5	7,16
Reflorestamento	166	821,4	2,1
Vegetação Natural	582	4570,3	11,66
Área Complementar	962	1295,8	3,31
Cultura Temporária	639	7912,6	20,2
Pastagens	1046	21114,6	53,89
Área em descanso	6	191,3	0,49
Vegetação de brejo e várzea	180	470,6	1,2

Fonte: LUPA – CATI/SAA (dados atualizados 28/07/2014).

Principais atividades agropecuárias

Principais Explorações Agrícolas	Área (ha)	Nº UPAs
Cana-de-açúcar	3469,4	251
Milho	2594,9	311
Café	2279,1	101
Cebola	1164,2	163
Eucalipto	817,9	165
Milho silagem	504,5	65
Laranja	453,0	5
Beterraba	435,3	153
Repolho	369,7	149
Feijão	271,1	23
Cenoura	226,6	83
Abobrinha, Batata inglesa, berinjela, chuchu, couve flor, pimentão, quiabo, tomate.	650,00	306

Fonte: LUPA – CATI/SAA (dados atualizados 28/07/2014).

Principais Explorações Pecuárias	Nº	Unidade	Nº UPAs
Avicultura de corte	15.255.502	Cabeças	45
Avicultura para ovos	23.800	Cabeças	8
Bovinocultura de corte	24.046	Cabeças	323
Bovinocultura de leite	10.526	Cabeças	182
Bovinocultura mista	5.984	Cabeças	206
Suínocultura	14.643	Cabeças	60
Equinos e muares	1.096	Cabeças	196
Piscicultura	126.000	m ² tanques	9
Ovinocultura	1.815	Cabeças	27
Apicultura	6	Colmeias	1

Fonte: LUPA – CATI/SAA (dados atualizados 28/07/2014).

Participação da Agropecuária na Economia Municipal

São José do Rio Pardo	Valor Adicionado				Total (em milhões de reais)	PIB (2) (em milhões de reais)	PIB per Capita (3) (em reais)
	Agropecuária (em milhões de reais)	Indústria (em milhões de reais)	Serviços (em milhões de reais)				
			Administração Pública	Total (2)			
2007	59,09	253,65	79,84	468,20	780,95	861,10	16.730,14
2008	42,87	242,46	88,47	447,71	733,04	814,09	15.776,00
2009	59,07	328,14	107,38	536,66	923,87	1017,46	19.667,50
2010	39,38	394,57	121,31	581,07	1015,03	1125,64	21.694,95
2011	45,80	363,66	125,80	665,35	1074,81	1203,03	23.123,65
2012	94,09	279,30	134,27	700,58	1073,96	1193,58	22.879,63
2013	91,98	317,30	177,56	836,46	1245,75	1387,94	26.533,00

Fonte: Fundação Seade; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

(1) Dados sujeitos a revisão.

(2) Inclui o VA da Administração Pública.

(3) O PIB do Município é estimado somando os impostos ao VA total.

(4) O PIB per Capita foi calculado utilizando a população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS DE APOIO À PRODUÇÃO

A Prefeitura de São José do Rio Pardo, por meio da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, além de realizar a manutenção das estradas vicinais, oferece aos produtores a Patrulha Agrícola Mecanizada, composta de duas motoniveladoras, uma retroescavadeira, duas carregadeiras e quatro caminhões basculantes.

De acordo com o site da Prefeitura de São José do Rio Pardo, as principais atribuições da pasta são conservar as estradas rurais, fazer a manutenção das praças e jardins, fazer podas de árvore, fazer projeto de preparação de terras (arado e grade) por meio da Patrulha Agrícola, auxiliar a Feira do Produtor, mediar convênios entre a Secretaria de Agricultura do Estado e agricultores locais – este último que, na prática, não ocorre.

Há também dois viveiros, particulares, que atendem uma grande área regional com mudas olerícolas, frutíferas, ornamentais, econômicas, cercas vivas, etc.

O Serviço de Inspeção Municipal, também alocado dentro da Casa de Agricultura, possui apenas um médico veterinário. As inspeções são realizadas em estabelecimentos que fazem abate e processamento de carnes de peixes, aves e suínos, além daquelas que processam mel, derivados da colmeia e derivados do leite. O setor também age sobre a produção, embalagem e classificação de ovos e atua na orientação das pessoas interessadas no selo de inspeção municipal (SIM).

São José tem ainda a Feira do Produtor, que funciona todos os domingos, das 4h às 12h, em um prédio da Prefeitura, na avenida Perimetral (Centro), onde 54 famílias comercializam produtos diversos que vão de hortifrutigranjeiros até embutidos de suínos e peixe resfriado. A participação na feira é, na maioria, de agricultores familiares.

Recentemente, por meio de uma parceria entre o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e o Sindicato Rural, criou-se uma feira ao ar livre no centro de São José do Rio Pardo (Praça Barão do Rio Branco). A Feira tem sido realizada toda quinta-feira, das 16h às 20h.

Por fim, o PMDRS apresentou um diagnóstico sobre as principais cadeias produtivas do município. As informações foram levantadas a partir das várias reuniões e discussões realizadas durante a elaboração do documento. No item cebola e hortaliças, foram definidas essas propostas: fortalecimento das associações de produtores; divulgação da assistência técnica e a atuação mais efetiva da ATER; atuação da ATER com grupos de interesses; realização de treinamento e cursos por grupo de produtores.

No item café, a proposta foi a realização de treinamento e cursos por grupo de produtores. Sobre frangos e suínos, a proposta foi a divulgação da assistência técnica, além da realização de cursos e atualizações técnicas.

No leite e corte, a proposta foi de participação em programas do governo para consumo de carne, leite e derivados.

Em relação às diretrizes para o desenvolvimento municipal, destaca-se a necessidade de “Melhorar e ampliar a divulgação, participação e as ações de pesquisa e assistência técnica rural junto aos produtores rurais”.

Como estratégia, o documento aponta a necessidade de se realizar reuniões com grupos de produtores nos bairros rurais e utilização dos meios de comunicação.

Aponta como necessário o envolvimento de todas as instituições que compõem o Conselho Municipal de Desenvolvimento Regional Sustentável, bem como o de rádios e jornais.

O segundo item apontado como prioridade pelo documento refere-se à importância de se proporcionar a capacitação dos produtores e trabalhadores rurais. E, como estratégia, aponta a realização de cursos em dias escolhidos pelos produtores rurais; a criação e divulgação de planilhas de custo; a divulgação, o apoio e o fomento das ações desenvolvidas pela Fundação de Pesquisa de São José do Rio Pardo. E, por fim, a motivação com grupos de produtores rurais através de visitas a propriedades modelos.

SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA

O PMDRS de São Sebastião da Grama foi elaborado no ano de 2010, com vigência até 2013. Os responsáveis pela elaboração do Plano foram os engenheiros agrônomos José Ricardo Cipolini e Osório Felisberto dos Reis Neto, junto com os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de São Sebastião da Grama, além de lideranças, autoridades municipais e também profissionais das áreas da saúde, educação e segurança.

A agropecuária é a principal atividade econômica geradora de empregos no município, tendo a produção de café e a produção de leite e gado de corte como principais alicerces do setor.

O município possui como principais rios o São Domingos, o Fartura e o córrego Anhumas. Devido à topografia acentuada e poucas culturas irrigáveis, os três cursos de água possuem pouca captação de água para a agricultura. Os rios e o córrego são mais usados para saciar a sede dos animais e para o uso humano.

Os primeiros moradores chegaram no local em 1871 (famílias Manoel Camilo e José Camilo) e estabeleceram-se próximo ao riacho que denominaram de Córregos das Anhumas devido à grande quantidade desses pássaros existente na região.

Poucos anos depois, a passagem de tropeiros tornou-se constante e, como a pastagem era formada apenas por gramíneas, denominaram o local de Pouso da Grama.

Em 1877, por provisão do bispo de São Paulo, foi criada uma capela sob a invocação de São Sebastião, passando a povoação a chamar-se São Sebastião da Grama. Cerca de vinte anos depois, foi elevada à categoria de Distrito com o nome de Grama (1896), mantendo este mesmo quando tornou-se município, em 1925. O nome original, São Sebastião da Grama, somente foi restaurado em 1948.

Com uma população de pouco mais de 12 mil habitantes (Censo 2010-IBGE), o município possui uma área total de 23.500 hectares, sendo 22.000 hectares de área rural e 1.500 hectares de urbana (IBGE).

População:

População total	População urbana	População rural	Densidade demográfica
13.000	8.500	4.500	50 hab./km ²

(IBGE-SEADE).

O clima é favorável ao desenvolvimento da cultura do café e pastagens, devido à altitude elevada de difícil ocorrência de geadas, não havendo limitações para estas atividades. O relevo acidentado limita a mecanização e também o plantio de culturas anuais mecanizadas, sendo assim, a opção é por cultivo de culturas permanentes como café, macadâmia, pastagens e eucalipto.

As estradas vicinais, cerca de 220 quilômetros, são revestidas com cascalho e encontra-se em estado bom, porém as condições de tráfego são regulares na maior parte do ano, com trechos de difícil conservação no período chuvoso.

O transporte de pessoas é feito por veículos próprios e ônibus escolares. Já o transporte de carga é feito por caminhões das empresas distribuidoras de insumos, pelos próprios agricultores ou empresas que compram e comercializam a produção.

Devido às condições topográficas acidentadas, a cultura do café exige muita mão de obra, possuindo na área rural colônias nas propriedades.

A Casa da Agricultura, já mencionada, abriga a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) - que presta serviços de assistência técnica aos agricultores em suas atividades agropecuárias e projetos para enquadramento em linhas de créditos. No local, trabalham um oficial administrativo, dois engenheiros agrônomos – um da Prefeitura e outro da CATI –, e um terceiro profissional, responsável pelo cadastramento rural.

Também está locada na Casa de Agricultura a Inspetoria de Defesa Agropecuária, da Agência de Defesa Agropecuária, que atende os produtores e

comerciantes na área animal, realizando um trabalho de fiscalização e combate à Febre Aftosa, à Raiva bovina e Brucelose e, na área vegetal, na cultura do café bem como na inspeção de produção de mudas e no comércio de defensivos e vacinas.

No município, estão presentes as agências do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Bradesco. Normalmente os produtores não têm dificuldades na obtenção de crédito rural, sendo que os principais problemas se referem às garantias. Atualmente, as linhas de crédito mais utilizadas são: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP).

A maioria dos produtores de São Sebastião da Grama tem um bom nível tecnológico, muitos possuem recursos próprios para conduzir suas atividades.

No entanto, segundo o PMDRS, com os preços agrícolas instáveis ou mesmo em baixa, há uma certa dificuldade no planejamento a longo prazo. Com isto, eles acabam arrendando as propriedades para dividir os custos de produção que sempre estão em elevação, enquanto que o valor dos produtos agrícolas, às vezes, tende a cair.

O saneamento é deficiente: a maioria das propriedades possui fossas negras ou esgotos lançados a céu aberto, poluindo rios e nascentes. Algumas propriedades possuem fossas sépticas biodigestoras.

Segundo o documento, a rede de transmissão de energia é satisfatória e chega em todas as propriedades.

Ao contrário dos demais Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, o de São Sebastião da Grama deixa claro que a comunicação é deficiente. Segundo o documento, há problemas com a telefonia, causando demora para atendimento de emergência; falta de manutenção de telefone fixo e falta de sinal de celulares. Na época em que foi elaborado o Plano, havia duas emissoras de rádio na cidade, uma comercial e outra comunitária, que em 2017 estavam fora do ar.

Circulam dois jornais no município: a Folha e o Destaque - ambos comerciais e sem nenhum comprometimento com o setor agrícola.

Apesar da ponderação sobre a deficiência na comunicação, percebe-se que não há a mínima noção da importância de se elaborar no município políticas públicas de comunicação.

Os agricultores estão organizados em torno do Sindicato Rural, que possui 150 sindicalizados, e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com aproximadamente 600

sindicalizados. Existe ainda a Associação dos Cafeicultores do Vale da Grama, com 40 associados.

Ocupação do Solo

Descrição de uso do solo	Nº de UPAs	Área (ha)	%
Cultura Perene	444	7.537,2	14,85
Reflorestamento	442	673,5	1,33
Vegetação Natural	446	1.919,5	3,78
Área Complementar	447	438,7	0,86
Cultura Temporária	439	2.567,1	5,06
Pastagens	445	11.753,6	23,16
Área em descanso	446	321,9	0,63
Vegetação de brejo e várzea	447	166,0	0,33

Fonte: LUPA – CATI/SAA (2008)

Principais atividades agropecuárias

Principais Explorações Agrícolas	Área (ha)	Nº UPAs
Café	7391.2	264
Braquiária	5359.0	243
Capim – gordura	4334.2	255
Outras gramíneas para pastagem	1910.7	79
Cana-de-açúcar	1141.5	71
Milho	846.6	143
Eucalipto	673.5	170
Batata - inglesa (ou batata, ou batatinha)	445.2	53
Macadamia (ou noz-macadamia)	140.6	1
Setária	66.7	4
Feijão	46.0	14
Capim - napier (ou capim-elefante)	42.7	23
Milho-silagem	27.5	2
Repolho	20.1	13
Outras leguminosas para pastagem	17.0	1
Colonião	14.4	1
Cebola	12.4	3
Cenoura	11.3	6
Tomate (v)	5.0	1
Gramas	4.8	2
Beterraba	3.7	3
Abacate	3.0	1
Morango	3.0	1
Couve-flor	2.7	2
Pimentão	2.4	1
Brócolos (ou brócolis)	2.0	1
Pomar doméstico	2.0	1
Alface	0.5	2

Fonte: LUPA – CATI/SAA (2008.)

Principais Explorações Pecuárias	Nº	Unidade	Nº UPAs
Avicultura de Corte	130000.0	Cabeças	1
Bovinocultura Mista	5803.0	Cabeças	131
Bovinocultura Leiteira	3439.0	Cabeças	66
Suinocultura	3160.0	Cabeças	5
Bovinocultura de Corte	1511.0	Cabeças	38
Equinocultura	476.0	Cabeças	120
Caprinocultura	276.0	Cabeças	4
Asininos E Muares	128.0	Cabeças	46
Ovinocultura	122.0	Cabeças	4
Apicultura	23.0	Colmeias	4
Bubalinos	258	Cabeças	1

Fonte: LUPA – CATI/SAA (2008).

Participação da agropecuária na economia municipal

Valor adicionado				Total (em milhões de Reais)	PIB (3) (em milhões de Reais)	PIB per Capita (4) (em Reais)
Agropecuária (em milhões de Reais)	Indústria (em milhões de Reais)	Serviços (em milhões de Reais)				
		Administração Pública	Total (2)			
18,32	13,32	15,66	85,54	117,18	129,36	10.004,63

Fonte: Fundação Seade; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

(1) Dados sujeitos a revisão.

(2) Inclui o VA da Administração Pública

(3) O PIB do Município é estimado somando os impostos ao VA total.

(4) O PIB per Capita foi calculado utilizando a população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Em relação à infraestrutura e serviços públicos de apoio à produção, o município dispõe de um galpão que abriga uma incubadora de empresas, espaço que é gerenciado pela Prefeitura Municipal, mas não há no local nenhuma empresa que beneficia e agrega valor à produção da terra.

A patrulha agrícola, de responsabilidade da Prefeitura, atende os pequenos e médios produtores com serviços de descasca e classificação de café, aração, gradeamento, roçadas, plantio e outros serviços, utilizando máquinas conveniadas com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado.

De acordo com o PMDRS, a maioria dos produtores explora suas áreas sem considerar a interação das explorações econômica, ambiental e social. Dessas ações isoladas e desconectadas surgem problemas, como erosão do solo, escassez de água potável, perda da diversidade biológica, descapitalização e empobrecimento dos pequenos e médios produtores.

O município possui poucas propriedades agrícolas, se comparado com municípios vizinhos, e tem como principal atividade a monocultura do café.

Considerando as atuais condições, torna-se de grande importância o planejamento da atividade agropecuária, com objetivos definidos, de forma que as

ações a serem implantadas se inter-relacionem com as atividades das propriedades e com a preocupação e colaboração do governo municipal, estadual e federal.

Em relação às dificuldades das principais cadeias produtivas, como o café, o documento aponta o alto custo da produção, os baixos preços do produto, a dificuldade de se trabalhar em associações, a lavoura em terrenos acidentados e a mão de obra pouco especializada.

Sobre as hortaliças, os principais problemas são o fato dos produtos serem perecíveis e a falta de entreposto.

Já em relação aos bovinos (leite e corte), as dificuldades estão relacionadas à mão de obra pouco especializada, preço baixo do leite e da carne, o custo de produção elevado, a pouca assistência técnica especializada e a baixa qualidade genética.

Como estratégia para superar as dificuldades, o PMDRS aponta: necessidade de divulgação de trabalhos realizados por associações já existentes; capacitação dos produtores rurais com novas técnicas; apoio ao associativismo; busca de parcerias; e disponibilização de linhas de crédito para implantação e adequação nas propriedades rurais.

O Plano também colocou como importante - até como forma de planejamento -, a melhoria da infraestrutura para o atendimento e o apoio aos produtores rurais assegurando o acesso aos serviços da ATER. E, ainda, apoiar as campanhas de vacinação contra a Aftosa, Raiva, Brucelose e Tuberculose. Por fim, fortalecer a consciência ecológica dos produtores, melhorando a qualidade da produção agrícola e pecuária e garantindo as condições adequadas das estradas rurais.

TAPIRATIBA

No município de Tapiratiba, o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável foi elaborado com a intenção de inseri-lo na gestão e execução da administração pública municipal, contribuindo na melhoria do diálogo entre os órgãos municipais e entidades parceiras. E, desta forma, produzir ações e resultados com o melhor uso dos recursos humanos e financeiros.

O PMDRS foi produzido pelo seu Conselho, com a participação das comunidades rurais envolvidas, seja através das discussões na Casa da Agricultura e

com a CATI, e a diretoria municipal de Agricultura. O documento foi elaborado em 2010, com vigência até 2013.

Tapiratiba foi fundada em 1889, tendo como início a construção de uma capela em homenagem à Nossa Senhora da Conceição, denominada de Soledade, sendo elevada à categoria de município em 1929.

No início, com a chegada dos colonizadores, foram exploradas as riquezas naturais da floresta nativa e abertas áreas para o cultivo do café.

Mesmo sendo a atividade principal e pioneira, a cafeicultura acabou abrindo espaço para a produção de cana-de-açúcar, que começou a ganhar destaque a partir da instalação de um engenho no início do século 20 – a Fazenda Itaiquara. Este engenho fez com que o município ganhasse projeção e domínio político/econômico e, por meio de um grupo praticamente familiar, passou a influenciar os rumos da agricultura e da sociedade no município e região.

Posteriormente, com as crises, estas culturas passaram por dificuldades, mas a atividade cafeeira e o avanço da cana-de-açúcar persistiram ao longo do século XX, tendência que continua até os dias de hoje, assim como a pecuária de corte e leiteira, que também teve grande expressão no município.

Outras atividades agrícolas, como a cultura do algodão e da cebola, também estiveram presentes no município. Mas, hoje, a olericultura (alface, repolho, abobrinha, pepino, entre outras), tem se mostrado uma alternativa viável para alguns produtores familiares manterem-se na atividade agrícola.

Na zona rural, há predominância de pequenas e médias propriedades, porém, as médias e grandes ocupam maior parte do município. Outra característica é a de que boa parte dos proprietários das terras residem em municípios vizinhos. Já a mão de obra para os trabalhos é de empregados moradores nas propriedades, mas com uma forte tendência na contratação de serviços de terceiros nos períodos de safra. A baixa diversidade faz dos produtores reféns da sazonalidade dos preços.

Na exploração animal, predomina a pecuária de forma extensiva (corte, misto e leite). No caso da produção leiteira, há falta de técnicas adequadas para as propriedades familiares, que acabam competindo com uma grande empresa de produtos lácteos de beneficiamento de leite tipo A.

Tapiratiba possui uma área total de 22.800,0 hectares, sendo 20.496,2 hectares de área rural e 2.303,8 hectares de urbana (Lupa).

População:

População total	População urbana	População rural	Densidade demográfica
12.246	9.814	2.432	55 hab./km ²

(Fonte IBGE).

Sua área hidrográfica é privilegiada, contando com o ribeirão Soledade, rio Conceição, rio Guaxupé, rio Pardo e os córregos Areias e Pocinhas.

Sua malha viária atende bem as necessidades da população oferecendo uma boa rede de comunicação com aproximadamente 200 quilômetros de estradas municipais.

Segundo as informações do PMDRS, seu meio rural é caracterizado por fazendas que pressionam o êxodo rural para a cidade – onde as pessoas acabam ficando dependentes do emprego no período das safras do café e da cana-de-açúcar.

Por falta de perspectivas, parte da população acaba se mudando para as regiões de Campinas e São Paulo.

A Casa da Agricultura do município abriga o quadro de funcionários da CATI, que possui um engenheiro agrônomo e dois oficiais de apoio agropecuário. O atendimento ocorre tanto nas dependências do prédio como também nas propriedades. O atendimento é para todos os produtores, mesmo aqueles cooperados ou sindicalizados, mas, em geral, o principal público é de produtores familiares beneficiários do PRONAF.

O Departamento de Agricultura e Meio Ambiente da Prefeitura possui um zootecnista e oferece serviços com tratores, grades e arados, por meio da patrulha mecanizada.

O município possui como agentes financeiros: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Povo, Bancoob e Banco Bradesco. Os governos federal e estadual disponibilizam as principais linhas de crédito rural (FEAP e PRONAF).

O transporte na zona rural é feito pelos próprios moradores, sendo que a prefeitura disponibiliza o transporte aos alunos. Já o transporte dos trabalhadores rurais que residem na cidade, é feito através de ônibus autônomos de conservação precária.

O saneamento na zona rural funciona da mesma forma que nos demais municípios analisados: a maioria do esgoto doméstico é lançado, sem nenhum tratamento, nos mananciais ou depositados em fossa negra – o que acaba contaminando o lençol freático. De acordo com o Plano, o sistema de fossa séptica

biodigestora foi bastante divulgado por meio do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, mas foram construídas duas.

A maioria das propriedades rurais é atendida pela rede de energia elétrica e há disponibilização de energia para as propriedades que não possuem eletricidade através do Programa Luz para Todos, do Governo Federal. O fornecimento de energia atualmente possui uma boa qualidade, com índice de interrupção muito baixo.

Tapiratiba conta com dois jornais, Jornal Sexto Sentido e Jornal O Clarão, ambos sem periodicidade bem definida. Também existe uma rádio comunitária, a Rádio Cultura Soledade FM. Na zona urbana e rural existem poucos telefones públicos, sendo que a maioria dos produtores rurais possui telefone celular, mas existe deficiência do sinal em vários pontos do município.

Mesmo com a precariedade dos meios de comunicação, a comunicação direta com o produtor se tornaria fácil e eficaz se o município tivesse o mínimo de planejamento em política pública de comunicação, já que Tapiratiba, dos cinco municípios é o que tem a menor quantidade de propriedades rurais - 248 unidades.

Parte dos produtores está organizada na Associação de Produtores Rurais de Tapiratiba e região. A entidade possui 282 associados e abrange também os municípios de Caconde e Divinolândia.

A Associação possui um tanque de expansão para recebimento de leite *in natura*, e com um volume maior do produto, conseguem preços melhores. Eles também são atendidos pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal, por intermédio da CONAB.

Muitos dos produtores de café são cooperados em cidades vizinhas, como na Cooxupé que, além de Guaxupé (MG), possui filiais que atendem nos municípios de Caconde e São José do Rio Pardo. Não há Sindicato Rural patronal no município.

Na cidade, atua o Sindicato dos Empregados Rurais, que age juntamente com o SENAR na oferta de cursos para produtores familiares.

Ocupação do Solo

Descrição de uso do solo	Nº de UPAs	Área (ha)	%
Cultura Perene	248	20496.2	50.00
Reflorestamento	237	2592.2	6.32
Vegetação Natural	247	2894.65	7.06
Área Complementar	242	1067.05	2.60
Cultura Temporária	240	4984.4	12.16
Pastagens	243	6782.9	16.55
Área em descanso	247	434.1	1.06
Vegetação de brejo e várzea	248	1052.2	2.57

Fonte: LUPA – CATI/SAA (2008).

Principais atividades agropecuárias

Principais Explorações Agrícolas	Área (ha)	Nº UPAs
Cana-de-Açúcar	3764.2	79
Café	2585.7	71
Milho	715.0	71
Pastagens	707.8	60
Eucalipto	688.7	51
Milho Silagem	446.1	2
Feijão	74.4	9

Fonte: LUPA – CATI/SAA (2008).

Principais Explorações Pecuárias	Nº	Unidade	Nº UPAs
Avicultura de corte	414.415	Cabeças	15
Bovinocultura leite	6.696	Cabeças	29
Bovinocultura corte	3.353	Cabeças	66
Bovinocultura mista	2.001	Cabeças	44
Suinocultura	579	Cabeças	16
Ovinocultura	574	Cabeças	8

Fonte: LUPA – CATI/SAA (2008).

Participação da agropecuária na economia municipal

Municípios	Valor Adicionado				TOTAL EM milhões de reais	PIB (milhões de reais)	PIB per capita (milhões de reais)
	Agropecuária (em milhões de reais)	Indústria (em milhões de reais)	Serviços (em milhões de reais)				
			Administração Pública	Total (2)			
Estado de SP	14.217,09	203.547,21	57.504,81	456.765,82	674.530,12	802.551,69	19.547,86
Tapiratiba	23,32	25,89	18,62	71,80	121,02	147,59	10.704,89

Fonte: www.sead.gov.br/produtos/perfil ao ano de 2006.

(2) Inclui o VA da Administração Pública.

Em relação à infraestrutura e serviços públicos de apoio à produção, há certa precariedade, pois no município não há armazéns, entrepostos e nem viveiros. Aos domingos, acontece a feira do produtor, mas é descaracterizada pela presença da maioria de comerciantes que não atendem às necessidades básicas dos consumidores.

O serviço de inspeção é realizado pela Prefeitura Municipal, através da vigilância sanitária, que possui atribuições básicas pois o município não possui o Serviço de Inspeção Municipal (SIM).

Sobre as principais dificuldades das principais cadeias produtivas, o documento aponta, no caso do café: mão de obra desqualificada; exigências da legislação trabalhista e ambiental; produtores descapitalizados; dificuldade de mecanização

devido à topografia acidentada; deficiência de infraestrutura de produção; remuneração inadequada pela qualidade do café; e resistência do cafeicultor em adequar a propriedade às normas de certificação.

Em relação à hortifruticultura, foram citadas essas dificuldades: distância entre o local da produção e o mercado consumidor; legislação ambiental; falta de política de preço; produtos perecíveis; alto custo de insumos; práticas agrícolas intensivas; e mão de obra qualificada insuficiente.

Sobre a avicultura, as deficiências foram, também, a falta de mão de obra especializada, além de falta de instalações adequadas e equipamentos desatualizados. No caso do bovino misto, segundo o PMDRS, há baixa produtividade, pouca e inconstante oferta do produto e custo de produção elevado.

Entre as estratégias apresentadas para superar as deficiências, foram colocadas: necessidade da capacitação dos produtores rurais para as atividades; adoção de novas tecnologias; apoio à organização dos produtores; aquisição de equipamentos; e instalação de infraestrutura nas propriedades.

Também foi colocado a importância da atuação da ATER, e a promoção e apoio de cursos de capacitação de produtores rurais, entre outras.

APÊNDICE B – Respostas dos representantes de entidades e gestores ao questionário da pesquisa

Questionário aplicado aos entrevistados:

1. Quais os tipos de serviços que são oferecidos aos agricultores?
2. Os serviços oferecidos são suficientes para suprir as demandas dos agricultores? Falta algum? Qual?
3. Quais as principais dificuldades enfrentadas para suprir as demandas do setor no município?
4. Há algum tipo de parceria com o governo Municipal, Estadual ou Federal? Qual?
5. Possui ou utiliza algum canal de comunicação? Qual?
6. Consegue comunicar-se com os agricultores, principalmente os da agricultura familiar?
7. Tem conhecimento dos programas PAA, PNAE e PRONAF?
8. Acredita que todos os agricultores têm conhecimento ou acesso a estes programas?
9. Existe algum trabalho para facilitar o acesso do agricultor aos programas do Governo Federal?
10. O pequeno número de acesso aos programas se deve a falhas de comunicação?
11. Que outros fatores podem estar prejudicando o acesso aos programas?
12. Se houver uma melhora na comunicação do Governo Federal poderia ampliar os índices de acesso a estes programas?
13. Você poderia apresentar duas sugestões para enfrentar o problema?

RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO NO MUNICÍPIO - CACONDE

Nome da entidade: Departamento de Agricultura de Caconde

Representante: Carlos Broclemam

Cargo: Diretor de Agricultura

- 1. Quais os tipos de serviços que são oferecidos aos agricultores?**
Conservação de estradas, apoio aos sindicatos e associações e disponibiliza equipamentos como trator e equipamentos por meio do programa de atendimento ao agricultor.
- 2. Os serviços oferecidos são suficientes para suprir as demandas dos agricultores? Falta algum? Qual?**
Acredita que não, no caso da manutenção das estradas, por exemplo, falta maquinário que quebra muito.
- 3. Quais as principais dificuldades enfrentadas para suprir as demandas do setor no município?**
Falta de maquinário.
- 4. Há algum tipo de parceria com o governo Municipal, Estadual ou Federal? Qual?**
Disse que tem parceria com a CATI, que emite a DAP.
- 5. Possui ou utiliza algum canal de comunicação? Qual?**
Não. Quando tem alguma notícia, passamos para a rádio. Tem o portal da Prefeitura.
- 6. Consegue comunicar-se com os agricultores, principalmente os da agricultura familiar?**
Disse ter dificuldade de comunicar.
- 7. Tem conhecimento dos programas PAA, PNAE e PRONAF?**
Tem conhecimento.
- 8. Acredita que todos os agricultores têm conhecimento ou acesso a estes programas?**
Disse que tem, principalmente do PRONAF. O PAA eles têm conhecimento por causa da Associação Barra Grande.
- 9. Existe algum trabalho para facilitar o acesso do agricultor aos programas do Governo Federal?**
Não tem.
- 10. O pequeno número de acesso aos programas se deve a falhas de comunicação?**
Ele acredita que não, porque mesmo se tivesse não iria alterar muito, porque todos já sabem.

11. Que outros fatores podem estar prejudicando o acesso aos programas?

Não soube dizer.

12. Se houver uma melhora na comunicação do Governo Federal poderia ampliar os índices de acesso a estes programas?

Acredita que não mudaria muito.

13. Você poderia apresentar duas sugestões para enfrentar o problema?

No caso de Caconde, divulgar a novo Decreto de Conformidade assinado pelo governador voltado à piscicultura.

RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO APLICADO NO MUNICÍPIO - CACONDE

Nome da entidade: CATI de Caconde.

Representante: José Antônio Carvalho.

Cargo: Coordenador.

1. Quais os tipos de serviços que são oferecidos aos agricultores?

Atendimento de demandas de sementes a preço de custo, análise de solo, orientação sobre nutrição das plantas, auxilia no licenciamento ambiental de pequena escala, projetos por meio das microbacias para cooperativa e associação.

2. Os serviços oferecidos são suficientes para suprir as demandas dos agricultores? Falta algum? Qual?

Acho que não. Falta mão de obra.

3. Quais as principais dificuldades enfrentadas para suprir as demandas do setor no município?

Falta funcionários. Aqui temos que fazer tudo: o administrativo, trabalho de campo e a parte técnica.

4. Há algum tipo de parceria com o governo Municipal, Estadual ou Federal? Qual?

Tem uma parceria com a Prefeitura e, por meio de convênio com o Governo Federal, emitimos a DAP.

5. Possui ou utiliza algum canal de comunicação? Qual?

Temos o site da CATI com todas as publicações.

6. Consegue comunicar-se com os agricultores, principalmente os da agricultura familiar?

Não, é falho. Porque não são todas as pessoas que tem acesso à internet.

7. Tem conhecimento dos programas PAA, PNAE e PRONAF?

Mais o PRONAF e o PAA.

8. Acredita que todos os agricultores têm conhecimento ou acesso a estes programas?

A maioria tem conhecimento.

9. Existe algum trabalho para facilitar o acesso do agricultor aos programas do Governo Federal?

Tem o boca a boca e a CATI, que faz o meio de campo com palestras.

10. O pequeno número de acesso aos programas se deve a falhas de comunicação?

Não sei dizer.

11. Que outros fatores podem estar prejudicando o acesso aos programas?

Não há.

12. Se houver uma melhora na comunicação do Governo Federal poderia ampliar os índices de acesso a estes programas?

Em Caconde não seria tão significativo, mas tem municípios que sim.

13. Você poderia apresentar duas sugestões para enfrentar o problema?

Um concurso para contratação para a CATI, mais investimentos em pesquisa para que possamos passar as informações aos agricultores.

RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO APLICADO NO MUNICÍPIO - CACONDE

Nome da entidade: Sindicato Rural de Caconde

Representante: Ademar Pereira

Cargo: Presidente

1. Quais os tipos de serviços que são oferecidos aos agricultores?

Contabilidade rural, agrônomo que dá assistência técnica, contador à disposição.

2. Os serviços oferecidos são suficientes para suprir as demandas dos agricultores? Falta algum? Qual?

Acha que precisa intensificar os trabalhos, não conseguimos atender a todos. São muitas pequenas propriedades, não damos conta.

3. Quais as principais dificuldades enfrentadas para suprir as demandas do setor no município?

A principal é a mão de obra, é o gargalo, precisaria fazer mais, mas não dá conta.

4. Há algum tipo de parceria com o governo Municipal, Estadual ou Federal? Qual?

Não há nenhuma parceria.

5. Possui ou utiliza algum canal de comunicação? Qual?

Usamos muito a internet e o *WhatsApp*.

6. Consegue comunicar-se com os agricultores, principalmente os da agricultura familiar?

Consegue comunica bem. Realizamos um programa de retransmissão de internet para a zona rural – o ponto a ponto. Compramos os equipamentos que leva o sinal até a zona rural. É algo pioneiro.

Temos uma parceria com o SENAR que realiza curso toda semana. Temos uma organização comunitária onde as pessoas trocam informações entre elas. As reuniões formais funcionam muito pouco. É um outro olhar sobre a forma de se organizar.

7. Tem conhecimento dos programas PAA, PNAE e PRONAF?

Disse que tem conhecimento.

8. Acredita que todos os agricultores têm conhecimento ou acesso a estes programas?

Disse que têm conhecimento e têm utilizado.

9. Existe algum trabalho para facilitar o acesso do agricultor aos programas do Governo Federal?

Disse que sim, o Sindicato realiza reuniões periódicas com entidades financeiras. Faz todo o ano o lançamento do Plano Safra com os bancos e com as cooperativas de crédito. Fazem reuniões nas propriedades.

10. O pequeno número de acesso aos programas se deve a falhas de comunicação?

O problema está mais nas instituições. A divulgação deve ficar por conta do poder público local. O governo tem os programas e informa, agora a canalização da informação deve ser feita no local. Fazendo pronto atendimento, realizando a DAP, laudo de vistoria... é na operação que o município peca. Deve buscar apoio na iniciativa privada.

11. Que outros fatores podem estar prejudicando o acesso aos programas?

O problema está no local, no município, o governo faz a parte dele.

12. Se houver uma melhora na comunicação do Governo Federal poderia ampliar os índices de acesso a estes programas?

Acredita que não muito.

13. Você poderia apresentar duas sugestões para enfrentar o problema?

Fomento à organização, divulgando os resultados, uma organização comunitária. Porque temos infraestrutura e o Estado está atrasado demais neste sentido. A própria infraestrutura que há no Estado faz com que os produtores se acomodem. Ele precisa se organizar mesmo que não esteja em cooperativas. As vezes passamos informação para alguns padres que levam a notícia para as comunidades.

Se o agricultor tiver renda não há problema, nem êxodo rural.

RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO APLICADO NO MUNICÍPIO - DIVINOLÂNDIA

Nome da entidade: Sindicato Rural de Divinolândia

Representante: Francisco Sérgio Large, 60 anos

Cargo: Presidente

1. Quais os tipos de serviços que são oferecidos aos agricultores?

Representação da categoria e não de prestação de serviços. Damos apoio aos produtores sindicalizados para que eles consigam certificação de qualidade na sua produção. Ajuda o produtor a trabalhar com planejamento, gestão e busca de qualidade.

2. Os serviços oferecidos são suficientes para suprir as demandas dos agricultores? Falta algum? Qual?

Não são. Precisa melhorar e crescer.

3. Quais as principais dificuldades enfrentadas para suprir as demandas do setor no município?

O produtor tem dificuldade de investir em inovação. Ele precisa ver vantagem na proposta.

4. Há algum tipo de parceria com o governo Municipal, Estadual ou Federal? Qual?

Não.

5. Possui ou utiliza algum canal de comunicação? Qual?

Falamos direto com o produtor, mas seria importante ter um canal para isso. Trabalhamos com o *Facebook* e o *WhatsApp* e muitos produtores vão ao Sindicato.

6. Consegue comunicar-se com os agricultores, principalmente os da agricultura familiar?

Tem dificuldade, mas conseguimos comunicar. O município é pequeno.

7. Tem conhecimento dos programas PAA, PNAE e PRONAF?

Tem.

8. Acredita que todos os agricultores têm conhecimento ou acesso a estes programas?

Têm conhecimento, mas principalmente o PAA não deu muito certo em Divinolândia, funcionou só uns dois anos.

9. Existe algum trabalho para facilitar o acesso do agricultor aos programas do Governo Federal?

Não.

10. O pequeno número de acesso aos programas se deve a falhas de comunicação?

O Pronaf é forte em Divinolândia.

11. Que outros fatores podem estar prejudicando o acesso aos programas?

Não soube responder.

12. Se houver uma melhora na comunicação do Governo Federal poderia ampliar os índices de acesso a estes programas?

Tem que melhorar os programas e o acesso. Tem que ter uma modalidade diferente para o caso da região. Aqui não é mais agricultura familiar, é uma agricultura familiar empresarial.

13. Você poderia apresentar duas sugestões para enfrentar o problema?

O governo tem que disponibilizar meios de implementar projeto de gestão e empreendimento rural. É possível fazer isso por meio das organizações nos municípios.

RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO APLICADO NO MUNICÍPIO - DIVINOLÂNDIA

Nome da entidade: Prefeitura/Cati

Representante: José Geraldo Depaoli

Cargo: Funcionário da Prefeitura cedido para CATI

1. Quais os tipos de serviços que são oferecidos aos agricultores?

Assistência técnica, DAP, CAR, LUPA, entre outras.

2. Os serviços oferecidos são suficientes para suprir as demandas dos agricultores? Falta algum? Qual?

Não dá conta, não temos condições de atender todos os produtores.

3. Quais as principais dificuldades enfrentadas para suprir as demandas do setor no município?

Falta material humano qualificado.

4. Há algum tipo de parceria com o governo Municipal, Estadual ou Federal? Qual?

Parceria com a prefeitura, que cede funcionários à CATI.

5. Possui ou utiliza algum canal de comunicação? Qual?

Não tem.

6. Consegue comunicar-se com os agricultores, principalmente os da agricultura familiar?

Consegue por que os produtores sempre estão passando pela Casa da Agricultura, principalmente por causa da DAP.

7. Tem conhecimento dos programas PAA, PNAE e PRONAF?

Tem conhecimento do PRONAF e do PAA, que chegou a funcionar por alguns anos – dois anos.

8. Acredita que todos os agricultores têm conhecimento ou acesso a estes programas?

Acredita que conheçam os dois programas, mas que os agricultores são desorganizados.

9. Existe algum trabalho para facilitar o acesso do agricultor aos programas do Governo Federal?

Só as publicações da CATI, mas nem todos os produtores têm acesso a elas.

10. O pequeno número de acesso aos programas se deve a falhas de comunicação?

Acredita que o baixo número esteja relacionado ao êxodo rural. Hoje muitos estão indo trabalhar em Poços de Caldas.

11. Que outros fatores podem estar prejudicando o acesso aos programas?

Acha que os produtores que tem acesso ao PRONAF estão mais ligados ao cultivo do café.

12. Se houver uma melhora na comunicação do Governo Federal poderia ampliar os índices de acesso a estes programas?

Acha que todos os produtores têm acesso à informação.

13. Você poderia apresentar duas sugestões para enfrentar o problema?

Contratação de mais pessoas, falta material humano que queira trabalhar.

RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO APLICADO NO MUNICÍPIO – S. SEBASTIÃO DA GRAMA.

Nome da entidade: Mário Cunha Resende Neto

Representante: CATI

Cargo: Coordenador

1. Quais os tipos de serviços que são oferecidos aos agricultores?

Assistência técnica, auxílio aos pequenos produtores e divulgação das políticas públicas dos governos federal e estadual.

2. Os serviços oferecidos são suficientes para suprir as demandas dos agricultores? Falta algum? Qual?

É suficiente.

3. Quais as principais dificuldades enfrentadas para suprir as demandas do setor no município?

Não tem.

4. Há algum tipo de parceria com o governo Municipal, Estadual ou Federal? Qual?

Com o município, por meio de empréstimos de servidores. Com o governo federal com a realização da DAP.

5. **Possui ou utiliza algum canal de comunicação? Qual?**
Tem o site da CATI com muita informação.
6. **Consegue comunicar-se com os agricultores, principalmente os da agricultura familiar?**
Acredita que sim.
7. **Tem conhecimento dos programas PAA, PNAE e PRONAF?**
Sim, principalmente o Pronaf, que é mais demandado.
8. **Acredita que todos os agricultores têm conhecimento ou acesso a estes programas?**
Acredita que o Pronaf sim, mas os outros, nem tanto.
9. **Existe algum trabalho para facilitar o acesso do agricultor aos programas do Governo Federal?**
Não existe nenhuma campanha, apenas o boca a boca.
10. **O pequeno número de acesso aos programas se deve a falhas de comunicação?**
Falta campanha.
11. **Que outros fatores podem estar prejudicando o acesso aos programas?**
O município tem grandes propriedades e muitas vezes elas não se enquadram no Pronaf.
12. **Se houver uma melhora na comunicação do Governo Federal poderia ampliar os índices de acesso a estes programas?**
Falta incentivo e melhoria na comunicação.
13. **Você poderia apresentar duas sugestões para enfrentar o problema?**
Poderia ter mais divulgação dos programas, fica só no boca a boca.

RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO APLICADO NO MUNICÍPIO – S. SEBASTIÃO DA GRAMA.

Nome da entidade: Osório Felisberto Neto
Representante: Departamento de Agricultura
Cargo: Diretor

1. **Quais os tipos de serviços que são oferecidos aos agricultores?**
Manutenção de estradas rurais, meio ambiente, poda de árvores rural e urbana.
2. **Os serviços oferecidos são suficientes para suprir as demandas dos agricultores? Falta algum? Qual?**
É suficiente, fazemos relatório diário de tudo que é feito.

3. Quais as principais dificuldades enfrentadas para suprir as demandas do setor no município?

Não tem tido problemas.

4. Há algum tipo de parceria com o governo Municipal, Estadual ou Federal? Qual?

Parceria com o Estado e com o Governo Federal.

5. Possui ou utiliza algum canal de comunicação? Qual?

Site da Prefeitura.

6. Consegue comunicar-se com os agricultores, principalmente os da agricultura familiar?

Consegue mais por meio do Sindicato Rural, CATI e a Associação Vale da Grama.

7. Tem conhecimento dos programas PAA, PNAE e PRONAF?

Tem.

8. Acredita que todos os agricultores têm conhecimento ou acesso a estes programas?

A maioria sim.

9. Existe algum trabalho para facilitar o acesso do agricultor aos programas do Governo Federal?

Palestras promovidas pela CATI.

10. O pequeno número de acesso aos programas se deve a falhas de comunicação?

Não.

11. Que outros fatores podem estar prejudicando o acesso aos programas?

Não soube dizer.

12. Se houver uma melhora na comunicação do Governo Federal poderia ampliar os índices de acesso a estes programas?

Precisa fazer um levantamento se a divulgação deve ser feito mais pela TV ou pela Internet.

13. Você poderia apresentar duas sugestões para enfrentar o problema?

Melhoria na divulgação dos programas.

RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO APLICADO NO MUNICÍPIO – SÃO JOSÉ DO RIO PARDO.

Nome da entidade: CATI
Representante: Rodrigo Vieira
Cargo Coordenador CATI

1. Quais os tipos de serviços que são oferecidos aos agricultores?

Disse que a CATI oferece a prestação de serviços de ATER, venda de sementes, apoio ao cadastramento no sistema de cadastro ambiental rural (SICARSP), realiza assistência e capacitação técnica de produtores rurais, é responsável pela emissão da declaração de aptidão ao Pronaf (DAP) - Esse é o principal instrumento de identificação do agricultor familiar. A declaração é indispensável para acesso a políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o programa de aquisição de alimentos, merenda escolar e habitação rural. A CATI também faz levantamento censitário das unidades da produção agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA), saneamento rural, elabora projetos para o fundo de expansão do agronegócio paulista (FEAP), atua junto ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), faz levantamento do preço médio mensal e previsão de safras para o ano.

2. Os serviços oferecidos são suficientes para suprir as demandas dos agricultores? Falta algum? Qual?

Para ele não são suficientes. Faltam profissionais, como agrônomos, por exemplo.

3. Quais as principais dificuldades enfrentadas para suprir as demandas do setor no município?

A dificuldade é o número reduzido de pessoas.

4. Há algum tipo de parceria com o governo Municipal, Estadual ou Federal? Qual?

Há uma parceria com o executivo municipal.

5. Possui ou utiliza algum canal de comunicação? Qual?

Existe o site da CATI (<http://www.cati.sp.gov.br/portal>) e no município quando precisa informar alguma coisa utiliza os jornais e entrevistas nas rádios. Há também o Jornal do Produtor, da cidade de Vargem Grande do Sul.

6. Consegue comunicar-se com os agricultores, principalmente os da agricultura familiar?

Disse que tem um pouco de dificuldade, porque não há nada frequente que possa falar com o agricultor.

7. Tem conhecimento dos programas PAA, PNAE e PRONAF?

Disse ter conhecimento das três políticas públicas. Sem a DAP o produtor não consegue ter acesso aos programas do governo federal.

8. Acredita que todos os agricultores têm conhecimento ou acesso a estes programas?

Acredita que os produtores têm conhecimento do Pronaf, mas o PAA e o PNAE eles têm um pouco mais de dificuldade de entender.

9. Existe algum trabalho para facilitar o acesso do agricultor aos programas do Governo Federal?

Disse que a COOPARDENSE, a Cooxupé, o Sindicato Rural e o Banco do Brasil acaba ajudando na orientação do acesso aos programas.

10. O pequeno número de acesso aos programas se deve a falhas de comunicação?

Ele acredita que o maior problema esteja na questão financeira e a restrição dos bancos. O produtor na maioria das vezes está com dívidas o que complica o acesso ao crédito.

11. Que outros fatores podem estar prejudicando o acesso aos programas?

A falta de conectividade entre os governos. O trabalho seria da CATI, mas o processo veio piorando à medida em que nos últimos anos o governo federal e o estadual se tornaram antagônicos na disputa política – PT no governo federal e PSDB no governo do estado.

12. Se houver uma melhora na comunicação do Governo Federal poderia ampliar os índices de acesso a estes programas?

Disse que a parte de comunicação deveria ser feito pela CATI. Mas, falta pessoas, não tem como assumir algo que não vamos dar conta.

13. Você poderia apresentar duas sugestões para enfrentar o problema?

O ideal seria a contratação de mais funcionários em cada CATI, e São José do Rio Pardo, por exemplo, estamos com dois funcionários, só que pela diversidade de produção do município teríamos que ter pelo menos 10.

RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO APLICADO NO MUNICÍPIO – SÃO JOSÉ DO RIO PARDO.

Nome da entidade: Sindicato Rural

Representante: Claudine Minussi (Nei Minussi)

Cargo: Presidente

1. Quais os tipos de serviços que são oferecidos aos agricultores?

Disse que oferece projetos para financiamento rural na modalidade custeio e investimento, programa de regularização ambiental, possui um departamento jurídico, pessoal e contábil com assessoria previdenciária, parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) para a realização de cursos e seminários. A elaboração de projetos passou a ser oferecido este ano por meio de uma parceria com alguns profissionais da área.

2. Os serviços oferecidos são suficientes para suprir as demandas dos agricultores? Falta algum? Qual?

Segundo ele o que é oferecido é suficiente, mas o problema está no produtor. Temos vários serviços mas que não são utilizados. É difícil trazê-los para usufruir dos benefícios oferecidos pelo Sindicato e muitas vezes eles acabam buscando outros escritórios para prestação de serviços ou informação.

3. Quais as principais dificuldades enfrentadas para suprir as demandas do setor no município?

A principal delas é trazê-los ao Sindicato, eles não têm consciência que o órgão é para defendê-los.

4. Há algum tipo de parceria com o governo Municipal, Estadual ou Federal? Qual?

A única parceria que temos é com o SENAR é uma entidade vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

5. Possui ou utiliza algum canal de comunicação? Qual?

Não possui nenhum canal de comunicação. Estamos montando um site e um *Facebook*.

6. Consegue comunicar-se com os agricultores, principalmente os da agricultura familiar?

Estamos realizando um trabalho de cadastro, onde um funcionário do Sindicato visita os produtores e informa todos os trabalhos que estamos oferecendo.

7. Tem conhecimento dos programas PAA, PNAE e PRONAF?

Disse que o Sindicato conhece todos os três programas.

8. Acredita que todos os agricultores têm conhecimento ou acesso a estes programas?

Disse que os produtores têm conhecimento, principalmente do PAA. Só que eles não têm dimensão do que é o programa.

9. Existe algum trabalho para facilitar o acesso do agricultor aos programas do Governo Federal?

Muito pouco, apenas essa pessoa que está visitando o campo.

10. O pequeno número de acesso aos programas se deve a falhas de comunicação?

Acredita que sim, há falha na comunicação. Falta orientação, geralmente o produtor vai ao banco endividado e quer um financiamento para pagar contas. Quando na verdade ele deveria ir ao banco quando ele está financeiramente bem e buscar recursos para financiamento da produção e compra de equipamentos.

11. Que outros fatores podem estar prejudicando o acesso aos programas?

Está ligado ao endividamento dos produtores.

12. Se houver uma melhora na comunicação do Governo Federal poderia ampliar os índices de acesso a estes programas?

Com mais informação e conscientização, acredita que sim.

13. Você poderia apresentar duas sugestões para enfrentar o problema?

Ele acha que o governo federal e a agricultura familiar fica muito distante. O governo federal poderia juntar os pequenos agricultores por regiões, convoca-

los para uma atividade de explicação. Acho que os Sindicatos poderiam fazer o meio de campo.

RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO APLICADO NO MUNICÍPIO – SÃO JOSÉ DO RIO PARDO.

Nome da entidade: Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
Representante: Carlos Ricardo Dias de Souza (Cadão)
Cargo: Secretário

1. Quais os tipos de serviços que são oferecidos aos agricultores?

Feira do produtor, incentiva os produtores a produzirem produtos orgânicos, mas sem adesão. Incentivo para a realização da Feira do SENAR, no centro da cidade. Realização do Sindicato Rural e o SENAR às quintas-feiras à tarde. Participa do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), cuida da manutenção das estradas, cerca de 700 quilômetros. Possui um programa que atende os produtores rurais com aração e gradiação – mas dos cinco tratores, apenas um funciona. E este único veículo há mais de 90 dias está realizando outra atividade diferente de sua proposta inicial. Também é responsável pela limpeza das vias públicas, cuida das praças e poda de árvores.

2. Os serviços oferecidos são suficientes para suprir as demandas dos agricultores? Falta algum? Qual?

Disse que não são suficientes e que falta recurso, mão de obra e equipamentos.

3. Quais as principais dificuldades enfrentadas para suprir as demandas do setor no município?

A principal dificuldade é a falta de recurso e um orçamento muito pequeno para o tamanho da pasta.

4. Há algum tipo de parceria com o governo Municipal, Estadual ou Federal? Qual?

O município, por meio da Secretaria, possui um convênio com o Governo do Estado, por meio da CATI, que é a responsável pela assistência técnica e extensão rural (ATER) e liberação da DAP.

5. Possui ou utiliza algum canal de comunicação? Qual?

Não possui nenhum canal direto de comunicação. A única ferramenta é a assessoria da Prefeitura, que produz releases e encaminha para os meios de comunicação e posta no site da Prefeitura.

6. Consegue comunicar-se com os agricultores, principalmente os da agricultura familiar?

Disse que o trabalho de comunicação feito pela Secretaria com os agricultores familiares se dá na própria feira do produtor. “Estou em contato direto com os pequenos produtores”.

7. Tem conhecimento dos programas PAA, PNAE e PRONAF?

Disse ter conhecimento dos programas do governo federal.

8. Acredita que todos os agricultores têm conhecimento ou acesso a estes programas?

Disse que os produtores conhecem os programas, mas, na maioria das vezes eles não se enquadram nas exigências de cada modalidade para ter acesso aos benefícios de cada um dos programas.

9. Existe algum trabalho para facilitar o acesso do agricultor aos programas do Governo Federal?

Um dos trabalhos que é realizado são as reuniões com os agricultores e os gerentes de bancos, principalmente o Brasil, que explica quem pode ter acesso aos créditos e como.

10. O pequeno número de acesso aos programas se deve a falhas de comunicação?

Acredita que há falhas na comunicação.

11. Que outros fatores podem estar prejudicando o acesso aos programas?

Falta de material explicativo de cada programas para que possa chegar até a mão dos pequenos produtores.

12. Se houver uma melhora na comunicação do Governo Federal poderia ampliar os índices de acesso a estes programas?

Ele acredita que o problema está mais vinculado às restrições que os produtores acabam adquirindo devido ao seu endividamento.

13. Você poderia apresentar duas sugestões para enfrentar o problema?

Para ele, seria importante que o governo federal produzisse uma cartilha explicativa de cada programa sobre quem tem direito e como ter acesso às linhas de crédito e também ao PNAE e PAA. “Não adianta fazer uma reunião e explicar, é preciso de um material que o agricultor possa levar para casa para ler com calma e tirar as suas dúvidas”.

RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO APLICADO NO MUNICÍPIO – TAPIRATIBA

Nome da entidade: CATI

Representante: Francisco Caetano de Paula Lima

Cargo: Diretor Técnico de Divisão

1. Quais os tipos de serviços que são oferecidos aos agricultores?

Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural

2. Os serviços oferecidos são suficientes para suprir as demandas dos agricultores? Falta algum? Qual?

Somente a falha por falta de funcionários do quadro e os municípios sem visão da importância da atividade rural para a economia.

- 3. Quais as principais dificuldades enfrentadas para suprir as demandas do setor no município?**
Atualmente dificuldade é pela falta de reposição de técnicos, falta de concurso público.
- 4. Há algum tipo de parceria com o governo Municipal, Estadual ou Federal? Qual?**
Não, os municípios não se interessam, não têm a visão da importância do setor, buscando sempre o imediatismo. Ainda apesar da baixa de funcionários fica a cargo do Estado.
- 5. Possui ou utiliza algum canal de comunicação? Qual?**
Página na Internet, boletim eletrônico CATI On-line, revista casa da Agricultura.
- 6. Consegue comunicar-se com os agricultores, principalmente os da agricultura familiar?**
Sim o público de maior acesso da CATI.
- 7. Tem conhecimento dos programas PAA, PNAE e PRONAF?**
Sim somos os divulgadores e a entidade oficial para emissão de DAP, Decomp ou seja realizamos o enquadramento para Pronaf, PPAIS e PMAE.
- 8. Acredita que todos os agricultores têm conhecimento ou acesso a estes programas?**
Sim já é do conhecimento de muitos, PAA, PNAE e PPAIS ainda falta é a organização do produtor para melhor acesso.
- 9. Existe algum trabalho para facilitar o acesso do agricultor aos programas do Governo Federal?**
Palestras, reuniões e divulgação realizadas pela CATI.
- 10. O pequeno número de acesso aos programas se deve a falhas de comunicação?**
Em parte pode ser.
- 11. Que outros fatores podem estar prejudicando o acesso aos programas?**
Melhor organização social dos produtores.
- 12. Se houver uma melhora na comunicação do Governo Federal poderia ampliar os índices de acesso a estes programas?**
Provavelmente.
- 13. Você poderia apresentar duas sugestões para enfrentar o problema?**
Maior investimento nos órgãos de extensão rural do País e Estado, contratação de funcionários através de concurso público, os municípios terem uma visão menos imediatista e investirem no setor agrícola que são resultados a médio e longo prazo.

APÊNDICE C – Respostas dos produtores da região da Média Mogiana ao questionário da pesquisa

Perguntas do questionário aplicado aos entrevistados:

1. É sindicalizado (a) ou associado (a) em alguma entidade?
2. Utiliza algum tipo de serviço oferecido por algum sindicato, associação, CATI ou prefeitura? Qual?
3. Conhece os programas do Governo Federal: PAA, PNAE e PRONAF?
4. Você já teve acesso a algum deles?
5. Quais os meios de comunicação que você utiliza para se informar?
6. Já ouviu ou ouve a Voz do Brasil?
7. Tem algum meio de comunicação (a nível municipal, estadual ou federal) que você conheça que leva informação até os agricultores?

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PRODUTORES MUNICÍPIO - CACONDE

Antônio Reis Guimarães, de 39 anos, é casado e tem uma filha. Ele possui um sítio de 3,5 alqueires em Caconde, mas reside em Tapiratiba.

- 1. É sindicalizado (a) ou associado (a) em alguma entidade?**
À COOXUPÉ.
- 2. Utiliza algum tipo de serviço oferecido por algum sindicato, associação, CATI ou prefeitura? Qual?**
Serviços da COOXUPÉ.
- 3. Conhece os programas do Governo Federal: PAA, PNAE e PRONAF?**
Tenho pouco conhecimento.
- 4. Você já teve acesso a algum deles?**
Nunca.
- 5. Quais os meios de comunicação que você utiliza para se informar?**
Internet e a TV para ver o Globo Rural.
- 6. Já ouviu ou ouve a Voz do Brasil?**
Todo dia um pouco.
- 7. Tem algum meio de comunicação (a nível municipal, estadual ou federal) que você conheça que leva informação até os agricultores?**
Não.

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PRODUTORES MUNICÍPIO - CACONDE

José Nivaldo Rosseto, de 39 anos, é casado e possui um filho. Ele reside com a sua família no sítio São José, em Caconde, um sítio de quatro alqueires.

- 1. É sindicalizado (a) ou associado (a) em alguma entidade?**
Já pertenci a uma associação. Hoje, não mais.
- 2. Utiliza algum tipo de serviço oferecido por algum sindicato, associação, CATI ou prefeitura? Qual?**
Só participei do concurso de qualidade do café para exportação.
- 3. Conhece os programas do Governo Federal: PAA, PNAE e PRONAF?**
Conheço o PRONAF.
- 4. Você já teve acesso a algum deles?**
Já tive acesso ao PRONAF em 2008, mas o meu irmão utiliza mais.

5. **Quais os meios de comunicação que você utiliza para se informar?**
Jornal Nacional.
 6. **Já ouviu ou ouve a Voz do Brasil?**
Difícil ouvir.
 7. **Tem algum meio de comunicação (a nível municipal, estadual ou federal) que você conheça que leva informação até os agricultores?**
Não.
-

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PRODUTORES MUNICÍPIO - CACONDE

Luci Alves dos Reis Aurelieti, de 30 anos, é casada e mãe de dois filhos. Ela reside com a família no lote 11, com 1,2 alqueires, do Assentamento Hugo Mazzili em Caconde.

1. **É sindicalizado (a) ou associado (a) em alguma entidade?**
Não.
 2. **Utiliza algum tipo de serviço oferecido por algum sindicato, associação, CATI ou prefeitura? Qual?**
Não.
 3. **Conhece os programas do Governo Federal: PAA, PNAE e PRONAF?**
Conheço o PRONAF, é o que mais fala na TV.
 4. **Você já teve acesso a algum deles?**
Não, mas o meu sogro sim.
 5. **Quais os meios de comunicação que você utiliza para se informar?**
Internet via celular.
 6. **Já ouviu ou ouve a Voz do Brasil?**
Não.
 7. **Tem algum meio de comunicação (a nível municipal, estadual ou federal) que você conheça que leva informação até os agricultores?**
Só a rádio da cidade.
-

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PRODUTORES MUNICÍPIO - CACONDE

Marcelo Garcia da Silva, de 28 anos, é solteiro, e reside no lote 3, com 3,5 hectares, no Assentamento Hugo Mazzili, em Caconde.

1. **É sindicalizado (a) ou associado (a) em alguma entidade?**
Não.
 2. **Utiliza algum tipo de serviço oferecido por algum sindicato, associação, CATI ou prefeitura? Qual?**
Utilizo os tratores da Prefeitura para gradeação e aração.
 3. **Conhece os programas do Governo Federal: PAA, PNAE e PRONAF?**
Conheço o PRONAF e já ouvi falar do PAA, mas não sei como funciona.
 4. **Você já teve acesso a algum deles?**
Já tive acesso ao PRONAF.
 5. **Quais os meios de comunicação que você utiliza para se informar?**
Geralmente a Internet, via celular, e a TV.
 6. **Já ouviu ou ouve a Voz do Brasil?**
Já. Ouço às vezes no carro.
 7. **Tem algum meio de comunicação (a nível municipal, estadual ou federal) que você conheça que leva informação até os agricultores?**
O rádio da cidade às vezes informa algumas coisas.
-

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PRODUTORES MUNICÍPIO - CACONDE

Tiago Roberto Borges, 31 anos, é casado, não tem filhos e reside com a esposa em um sítio de nove alqueires em Caconde.

1. **É sindicalizado (a) ou associado (a) em alguma entidade?**
Não.
2. **Utiliza algum tipo de serviço oferecido por algum sindicato, associação, CATI ou prefeitura? Qual?**
Já participei de um curso de tratores oferecido pelo Sindicato.
3. **Conhece os programas do Governo Federal: PAA, PNAE e PRONAF?**
Conheço o PRONAF.
4. **Você já teve acesso a algum deles?**
Já fiz uso do PRONAF.
5. **Quais os meios de comunicação que você utiliza para se informar?**
Mais a TV e a internet, mas quando o sinal chega.
6. **Já ouviu ou ouve a Voz do Brasil?**
Sim.

7. Tem algum meio de comunicação (a nível municipal, estadual ou federal) que você conheça que leva informação até os agricultores?

Jornal da Cooperativa Cooxupé e do Sindicato Rural.

**QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PRODUTORES
MUNICÍPIO – DIVINOLÂNDIA**

Márcio Henrique Balazze, de 57 anos, é casado e possui dois filhos. Tem um sítio de 9,6 hectares, mas reside na cidade de Divinolândia.

1. É sindicalizado (a) ou associado (a) em alguma entidade?

Não.

2. Utiliza algum tipo de serviço oferecido por algum sindicato, associação, CATI ou prefeitura? Qual?

Não.

3. Conhece os programas do Governo Federal: PAA, PNAE e PRONAF?

Conheço, só que mais o PRONAF.

4. Você já teve acesso a algum deles?

Já.

5. Quais os meios de comunicação que você utiliza para se informar?

Internet e a TV.

6. Já ouviu ou ouve a Voz do Brasil?

Já, é muito bom.

7. Tem algum meio de comunicação que você conheça (a nível municipal, estadual ou federal) que leve informação até os agricultores?

Não.

**QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PRODUTORES
MUNICÍPIO – DIVINOLÂNDIA**

Divelena Donizetti Faria, de 53 anos, é casada, mãe de três filhos. Mora com a família em uma propriedade de 1,8 alqueires.

1. É sindicalizado (a) ou associado (a) em alguma entidade?

Não.

2. Utiliza algum tipo de serviço oferecido por algum sindicato, associação, CATI ou prefeitura? Qual?

Não.

**3. Conhece os programas do Governo Federal PAA, PNAE e PRONAF?
O PRONAF.**

4. **Você já teve acesso a algum deles?**
Já, ao PRONAF.
 5. **Quais os meios de comunicação que você utiliza para se informar?**
Internet.
 6. **Já ouviu ou ouve a Voz do Brasil?**
Ouço sempre.
 7. **Tem algum meio de comunicação que você conheça (a nível municipal, estadual ou federal) que leve informação até os agricultores?**
Não tem.
-

**QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PRODUTORES
MUNICÍPIO – DIVINOLÂNDIA**

José Lúcio de Siqueira, de 80 anos, é casado, pai de sete filhos. Mora na cidade de Divinolândia, mas tem um sítio de 7,5 alqueires

1. **É sindicalizado (a) ou associado (a) em alguma entidade?**
Não.
 2. **Utiliza algum tipo de serviço oferecido por algum sindicato, associação, CATI ou prefeitura? Qual?**
Não.
 3. **Conhece os programas do Governo Federal: PAA, PNAE e PRONAF?**
Não.
 4. **Você já teve acesso a algum deles?**
Não.
 5. **Quais os meios de comunicação que você utiliza para se informar?**
Só o Globo Rural.
 6. **Já ouviu ou ouve a Voz do Brasil?**
Sim.
 7. **Tem algum meio de comunicação que você conheça (a nível municipal, estadual ou federal) que leve informação até os agricultores?**
Não.
-

**QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PRODUTORES
MUNICÍPIO – DIVINOLÂNDIA**

Miguel Aparecido de Araújo, de 65 anos, é casado, pai de sete filhos. Mora em um sítio de 13,3 hectares no município de Divinolândia.

1. **É sindicalizado (a) ou associado (a) em alguma entidade?**
Não.
 2. **Utiliza algum tipo de serviço oferecido por algum sindicato, associação, CATI ou prefeitura? Qual?**
Não.
 3. **Conhece os programas do Governo Federal: PAA, PNAE e PRONAF?**
Tenho conhecimento vago.
 4. **Você já teve acesso a algum deles?**
Não.
 5. **Quais os meios de comunicação que você utiliza para se informar?**
Internet e a TV.
 6. **Já ouviu ou ouve a Voz do Brasil?**
Ouço sempre.
 7. **Tem algum meio de comunicação que você conheça (a nível municipal, estadual ou federal) que leve informação até os agricultores?**
Não.
-

**QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PRODUTORES
MUNICÍPIO – DIVINOLÂNDIA**

Vitório Dezorzi Junior, de 61 anos. É casado, pai de cinco filhos. Reside na cidade de Divinolândia, mas possui um sítio de 3,8 alqueires.

1. **É sindicalizado (a) ou associado (a) em alguma entidade?**
Não.
2. **Utiliza algum tipo de serviço oferecido por algum sindicato, associação, CATI ou prefeitura? Qual?**
Não.
3. **Conhece os programas do Governo Federal: PAA, PNAE e PRONAF?**
Sim, o PRONAF.
4. **Você já teve acesso a algum deles?**
Não.
5. **Quais os meios de comunicação que você utiliza para se informar?**
Internet.
6. **Já ouviu ou ouve a Voz do Brasil?**
Ouço sempre.

7. **Tem algum meio de comunicação que você conheça (a nível municipal, estadual ou federal) que leve informação até os agricultores?**
Não.

**QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PRODUTORES
MUNICÍPIO - SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA**

José Antônio Abbá, de 59 anos, é casado e pai de dois filhos. Ele é dono de uma propriedade de 60 alqueires e reside na cidade de São Sebastião da Grama

1. **É sindicalizado (a) ou associado (a) em alguma entidade?**
Sou sindicalizado ao Sindicato Rural e cooperado da COOXUPÉ.
2. **Utiliza algum tipo de serviço oferecido por algum sindicato, associação, CATI ou prefeitura? Qual?**
Uso alguns serviços da CATI e da COOXUPÉ
3. **Conhece os programas do Governo Federal PAA, PNAE e PRONAF?**
Conheço o PRONAF.
4. **Você já teve acesso a algum deles?**
Não.
5. **Quais os meios de comunicação que você utiliza para se informar?**
Sempre a internet
6. **Já ouviu ou ouve a Voz do Brasil?**
Não.
7. **Tem algum meio de comunicação que você conheça (a nível municipal, estadual ou federal) que leve informação até os agricultores?**
Informações mais da CATI e do Sindicato Rural.

**QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PRODUTORES
MUNICÍPIO - SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA**

Luiz Roberto Dias Ribeiro Nogueira, de 54 anos, é casado e pai de dois filhos. Possui uma propriedade de 59 alqueires, mas reside na cidade de São Sebastião da Grama.

1. **É sindicalizado (a) ou associado (a) em alguma entidade?**
Faço parte do Sindicato Rural e da COOXUPÉ.
2. **Utiliza algum tipo de serviço oferecido por algum sindicato, associação, CATI ou prefeitura? Qual?**
Utilizo os serviços da CATI.

3. Conhece os programas do Governo Federal: PAA, PNAE e PRONAF?

Conhece todos.

4. Você já teve acesso a algum deles?

Não.

5. Quais os meios de comunicação que você utiliza para se informar?

O Canal Rural e a Internet.

6. Já ouviu ou ouve a Voz do Brasil?

Já.

7. Tem algum meio de comunicação que você conheça (a nível municipal, estadual ou federal) que leve informação até os agricultores?

Não.

**QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PRODUTORES
MUNICÍPIO - SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA**

Márcio Eduardo Ribeiro de Andrade, de 73 anos, é casado, pai de dois filhos. Possui cerca de 100 alqueires em Poços de Caldas (MG). Mas reside em São Sebastião da Grama.

1. É sindicalizado (a) ou associado (a) em alguma entidade?

No Sindicato Rural.

2. Utiliza algum tipo de serviço oferecido por algum sindicato, associação, CATI ou prefeitura? Qual?

Só a CATI.

3. Conhece os programas do Governo Federal: PAA, PNAE e PRONAF?

Conheço.

4. Você já teve acesso a algum deles?

Não

5. Quais os meios de comunicação que você utiliza para se informar?

Mais a TV. O programa Globo Rural e o Canal Rural.

6. Já ouviu ou ouve a Voz do Brasil?

Não.

7. Tem algum meio de comunicação que você conheça (a nível municipal, estadual ou federal) que leve informação até os agricultores?

Só se consegue informação da CATI.

**QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PRODUTORES
MUNICÍPIO - SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA**

Sebastião Brás Junior, de 47 anos, é casado e pai de três filhos. Possui uma propriedade de 17 alqueires, em São Sebastião da Grama, onde reside.

- 1. É sindicalizado (a) ou associado (a) em alguma entidade?**
Sou cooperado da COOXUPÉ.
 - 2. Utiliza algum tipo de serviço oferecido por algum sindicato, associação, CATI ou prefeitura? Qual?**
Não.
 - 3. Conhece os programas do Governo Federal: PAA, PNAE e PRONAF?**
O PRONAF.
 - 4. Você já teve acesso a algum deles?**
Ao PRONAF.
 - 5. Quais os meios de comunicação que você utiliza para se informar?**
O boca a boca.
 - 6. Já ouviu ou ouve a Voz do Brasil?**
Sim.
 - 7. Tem algum meio de comunicação que você conheça (a nível municipal, estadual ou federal) que leve informação até os agricultores?**
Não.
-

**QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PRODUTORES
MUNICÍPIO - SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA**

Sílvio Francisco Pedro, de 49 anos, é casado e pai de um filho. Possui uma propriedade de seis hectares em São Sebastião da Grama. Ele reside na cidade.

- 1. É sindicalizado (a) ou associado (a) em alguma entidade?**
Não.
- 2. Utiliza algum tipo de serviço oferecido por algum sindicato, associação, CATI ou prefeitura? Qual?**
Utilizo os serviços da CATI.
- 3. Conhece os programas do Governo Federal: PAA, PNAE e PRONAF?**
Apenas o PRONAF.
- 4. Você já teve acesso a algum deles?**
Uma vez, o PRONAF.
- 5. Quais os meios de comunicação que você utiliza para se informar?**
A TV, o Canal Rural.

6. Já ouviu ou ouve a Voz do Brasil?

Ouço quando viajo.

7. Tem algum meio de comunicação que você conheça (a nível municipal, estadual ou federal) que leve informação até os agricultores?

Não tem. Me informo com a CATI.

**QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PRODUTORES
MUNICÍPIO - SÃO JOSÉ DO RIO PARDO**

Djalma Galeazzo Junior, de 60 anos, casado, pai de três filhas. Possui uma propriedade de 3 alqueires em São José do Rio Pardo, mas reside na cidade.

1. É sindicalizado (a) ou associado (a) em alguma entidade?

Ao Sindicato Rural de São José do Rio Pardo e a COOXUPÉ.

2. Utiliza algum tipo de serviço oferecido por algum sindicato, associação, CATI ou prefeitura? Qual?

Utilizo os serviços de escrita, aquisição de insumos, comercialização e orientação técnica e cursos.

3. Conhece os programas do Governo Federal: PAA, PNAE e PRONAF?

Ouvi dizer, mas não os conheço.

4. Você já teve acesso a algum deles?

Não.

5. Quais os meios de comunicação que você utiliza para se informar?

Televisão, rádio e internet.

6. Já ouviu ou ouve a Voz do Brasil?

Ouço.

7. Tem algum meio de comunicação que você conheça (a nível municipal, estadual ou federal) que leve informação até os agricultores?

Não.

**QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PRODUTORES
MUNICÍPIO - SÃO JOSÉ DO RIO PARDO**

José Olímpio de Souza Nogueira, de 66 anos, casado e pai de um filho. Possui uma propriedade de 1,5 hectares na zona rural de São José do Rio Pardo, mas reside na cidade.

1. É sindicalizado (a) ou associado (a) em alguma entidade?

Não.

2. **Utiliza algum tipo de serviço oferecido por algum sindicato, associação, CATI ou prefeitura? Qual**
Não utilizo.
 3. **Conhece os programas do Governo Federal: PAA, PNAE e PRONAF?**
Sei que existe, há muitos anos que existe.
 4. **Você já teve acesso a algum deles?**
Já tive acesso ao PRONAF há muitos anos, por volta dos anos 2000. Mas foi uma decepção.
 5. **Quais os meios de comunicação que você utiliza para se informar?**
Internet.
 6. **Já ouviu ou ouve a Voz do Brasil?**
Ouço algumas vezes.
 7. **Tem algum meio de comunicação que você conheça (a nível municipal, estadual ou federal) que leve informação até os agricultores?**
Não.
-

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PRODUTORES MUNICÍPIO - SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Simone Moreno Galego, de 35 anos, solteira e não tem filhos. Junto com a mãe e a irmã, possui um sítio de 20 alqueires em São José do Rio Pardo, mas reside com a família na cidade.

1. **É sindicalizado (a) ou associado (a) em alguma entidade?**
Não.
2. **Utiliza algum tipo de serviço oferecido por algum sindicato, associação, CATI ou prefeitura? Qual?**
Não.
3. **Conhece os programas do Governo Federal: PAA, PNAE e PRONAF?**
Não conheço.
4. **Você já teve acesso a algum deles?**
Não.
5. **Quais os meios de comunicação que você utiliza para se informar?**
Internet, TV.
6. **Já ouviu ou ouve a Voz do Brasil?**
Não.

7. **Tem algum meio de comunicação que você conheça (a nível municipal, estadual ou federal) que leve informação até os agricultores?**

Não.

**QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PRODUTORES
MUNICÍPIO - SÃO JOSÉ DO RIO PARDO**

Vicente Rodrigues, de 62 anos, é casado e pai de 5 filhos. Reside na Chácara Ribeirão, de 1,5 alqueires, em São José do Rio Pardo.

1. **É sindicalizado (a) ou associado (a) em alguma entidade?**
Não.
 2. **Utiliza algum tipo de serviço oferecido por algum sindicato, associação, CATI ou prefeitura? Qual?**
Não.
 3. **Conhece os programas do Governo Federal: PAA, PNAE e PRONAF?**
Conheço PAA e o PRONAF.
 4. **Você já teve acesso a algum deles?**
Ao PAA e ao PRONAF.
 5. **Quais os meios de comunicação que você utiliza para se informar?**
Procuro um agrônomo para me informar, assisto quando posso o Globo Rural.
 6. **Já ouviu ou ouve a Voz do Brasil?**
Já ouvi há muito tempo.
 7. **Tem algum meio de comunicação que você conheça (a nível municipal, estadual ou federal) que leve informação até os agricultores?**
Não tem.
-

**QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PRODUTORES
MUNICÍPIO - TAPIRATIBA**

Levi de Souza, de 63 anos, é casado e pai de 4 filhos. Mora na cidade de Tapiratiba, e tem um sítio de 5 alqueires.

1. **É sindicalizado (a) ou associado (a) em alguma entidade?**
À Associação.
2. **Utiliza algum tipo de serviço oferecido por algum sindicato, associação, CATI ou prefeitura? Qual?**
Não.
3. **Conhece os programas do Governo Federal: PAA, PNAE e PRONAF?**
Conheço o PRONAF.

4. **Você já teve acesso a algum deles?**
Tive ao PRONAF há cerca de 3 anos.
 5. **Já ouviu ou ouve a Voz do Brasil?**
Sempre escuto.
 6. **Quais os meios de comunicação que você utiliza para se informar?**
 7. **Tem algum meio de comunicação que você conheça (a nível municipal, estadual ou federal) que leve informação até os agricultores?**
O jornal Sexto Sentido, às vezes, publica alguma coisa.
-

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PRODUTORES MUNICÍPIO - TAPIRATIBA

Luís Aparecido da Silva, de 61 anos, é casado e pai de três filhos. Ele mora com a família em um sítio de 3,7 alqueires em Tapiratiba.

1. **É sindicalizado (a) ou associado (a) em alguma entidade?**
Participo da Associação.
 2. **Utiliza algum tipo de serviço oferecido por algum sindicato, associação, CATI ou prefeitura? Qual?**
Não.
 3. **Conhece os programas do Governo Federal: PAA, PNAE e PRONAF?**
Conheço o PAA.
 4. **Você já teve acesso a algum deles?**
Ao PAA.
 5. **Quais os meios de comunicação que você utiliza para se informar?**
Jornal da Record, do SBT, e o Jornal Nacional.
 6. **Já ouviu ou ouve a Voz do Brasil?**
Não.
 7. **Tem algum meio de comunicação que você conheça (a nível municipal, estadual ou federal) que leve informação até os agricultores?**
Tem o Jornal Sexto Sentido, mas não fala nada de agricultura.
-

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PRODUTORES MUNICÍPIO - TAPIRATIBA

Oscar Gonçalves Nogueira, de 50 anos, é casado e pai de três filhos. Reside em com a família em seu sítio de 2,4 alqueires na zona rural de Tapiratiba.

1. **É sindicalizado (a) ou associado (a) em alguma entidade?**
Não.
 2. **Utiliza algum tipo de serviço oferecido por algum sindicato, associação, CATI ou prefeitura? Qual?**
Não.
 3. **Conhece os programas do Governo Federal: PAA, PNAE e PRONAF?**
Conheço, mas nunca mexi.
 4. **Você já teve acesso a algum deles?**
Nunca.
 5. **Quais os meios de comunicação que você utiliza para se informar?**
Não usa.
 6. **Já ouviu ou ouve a Voz do Brasil?**
De vez em quando.
 7. **Tem algum meio de comunicação que você conheça (a nível municipal, estadual ou federal) que leve informação até os agricultores?**
Não.
-

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PRODUTORES MUNICÍPIO - TAPIRATIBA

Sérgio Luiz de Oliveira, de 53 anos, é casado e pai de 4 filhos. Reside no sítio de 23 alqueires, de sua propriedade, em Tapiratiba.

1. **É sindicalizado (a) ou associado (a) em alguma entidade?**
À Associação dos Produtores Rurais de Tapiratiba e Região.
2. **Utiliza algum tipo de serviço oferecido por algum sindicato, associação, CATI ou prefeitura? Qual?**
Não.
3. **Conhece os programas do Governo Federal: PAA, PNAE e PRONAF?**
Já ouvi falar do PRONAF e conheço o PAA.
4. **Você já teve acesso a algum deles?**
Ao PAA por meio da Associação.
5. **Quais os meios de comunicação que você utiliza para se informar?**
A internet e por meio da CONAB.
6. **Já ouviu ou ouve a Voz do Brasil?**
Escuto às vezes.

7. **Tem algum meio de comunicação que você conheça (a nível municipal, estadual ou federal) que leve informação até os agricultores?**
Não tem nada.
-

**QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PRODUTORES
MUNICÍPIO - TAPIRATIBA**

Vitor da Silva, de 59 anos, é casado e pai de um filho. Ele é dono de meio alqueire de terra na zona rural de Tapiratiba, mas reside com a família na cidade.

1. **É sindicalizado (a) ou associado (a) em alguma entidade?**
Não.
2. **Utiliza algum tipo de serviço oferecido por algum sindicato, associação, CATI ou prefeitura? Qual?**
Não.
3. **Conhece os programas do Governo Federal: PAA, PNAE e PRONAF?**
O PAA.
4. **Você já teve acesso a algum deles?**
Sim, ao PAA.
5. **Quais os meios de comunicação que você utiliza para se informar?**
TV: Globo Rural.
6. **Já ouviu ou ouve a Voz do Brasil?**
Não.
7. **Tem algum meio de comunicação que você conheça (a nível municipal, estadual ou federal) que leve informação até os agricultores?**
Não.